

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
UNIPAR CARBOCLORO S.A.**

**ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E
EXTRAORDINÁRIA**

20 de abril de 2022



UNIPAR CARBOCLORO S.A.
CNPJ/ME nº 33.958.695/0001-78
NIRE 35.300.454.758
Companhia Aberta

SUMÁRIO

CONVITE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

1. PROCEDIMENTOS INERENTES ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
 - 1.1. Instalação, Convocação e Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária
 - 1.2. Instalação, Convocação e Ordem do Dia da Assembleia Geral Extraordinária
 - 1.3. Participação Presencial e Representação na AGOE
 - 1.4. Participação via Boletim de Voto à Distância na AGOE
2. MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
 - 2.1. Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das Notas Explicativas, do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria
 - 2.2. Destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos
 - 2.3. Fixação do número de membros efetivos do Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2024, e eleição dos membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia
 - 2.4. Eleição, dentre os membros do Conselho de Administração a serem eleitos, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia
 - 2.5. Instalação, se requerida, e fixação do número de membros efetivos do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2023, bem como a eleição dos membros efetivos do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes, nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia
 - 2.6. Fixação da remuneração global anual dos administradores e, conforme o caso, dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2022
3. MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
 - 3.1. Aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização de parte das reservas de lucros, com bonificação em ações
 - 3.2. Aumento do limite do capital autorizado da Companhia
 - 3.3. Sujeito à aprovação das deliberações constantes dos itens 3.1 e 3.2 acima, alteração dos artigos 5º e 8º do Estatuto Social, para registrar o novo capital social da Companhia, as conversões de ações preferenciais de classe A em ações preferencias classe B até a presente data e o novo limite do capital autorizado

Anexo I – Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das Notas Explicativas, do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria.

Anexo II – Comentários dos Diretores da Companhia, conforme informações apresentadas nos itens 10.1 a 10.9 do Formulário de Referência, nos termos do artigo 9º, inciso III, da ICVM 481/09.

Anexo III – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, contendo, no mínimo, as informações indicadas no Anexo 9-1-II da ICVM 481/09, nos termos do artigo 9º, parágrafo único, inciso II, da ICVM 481/09.

Anexo IV – Informações dos candidatos para ocupar os cargos de membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia, conforme informações apresentadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, nos termos do artigo 10, inciso I, da ICVM 481/09.

Anexo V – Proposta de remuneração dos administradores e, conforme o caso, dos membros do Conselho Fiscal, conforme item 13 do Formulário de Referência, nos termos do artigo 12, inciso II, da ICVM 481/09.

Anexo VI – Aumento de capital, conforme artigo 14 da ICVM 481/09, na forma do Anexo 14.

Anexo VII – Estatuto social consolidado contendo as alterações propostas, conforme artigo 11, inciso I, da ICVM 481/09.

Anexo VIII – Justificativas e impactos das alterações ao estatuto social, conforme artigo 11, inciso II, da ICVM 481/09.

Anexo IX – Parecer do Conselho Fiscal, conforme o item 4 do Anexo 14 da ICVM 481/09.

CONVITE

Senhores Acionistas,

É com muita satisfação que convidamos V.Sas. a participarem das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) da UNIPAR CARBOCLORO S.A. (“Unipar” ou “Companhia”), a se realizarem, cumulativamente, em primeira convocação, no dia 20 de abril de 2022, às 09h, no edifício da sede social da Companhia, localizado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1327, CEP 04543- 011, na cidade e Estado de São Paulo.

Diante da atual crise sanitária, a Companhia incentiva que os acionistas participem por meio do boletim de voto à distância, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 481/09”).

Não obstante a recomendação do uso do boletim de voto à distância, a Companhia ressalta que adotará medidas de prevenção de disseminação do COVID-19 no ambiente onde será realizada a AGOE, conforme protocolos das autoridades públicas e sanitárias aplicáveis na data da assembleia. Tais protocolos, podem incluir, mas não se limitam a, medição de temperatura dos participantes antes do seu ingresso no recinto, obrigatoriedade de utilização de máscaras de proteção e disponibilização de álcool em gel para higienização.

As matérias a serem deliberadas na AGOE estão descritas no Edital de Convocação e nesta Proposta da AGOE (“Proposta da Administração”).

Todas as informações e os documentos referidos na presente Proposta da Administração exigidos pela lei e pela regulamentação aplicável encontram-se à disposição dos acionistas, no edifício da sede social da Companhia, acima informado, assim como na página da rede mundial de computadores nos *websites* da Companhia (<http://www.ri.unipar.com>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”) (www.b3.com.br).

A Companhia elaborou a presente Proposta da Administração em atendimento às boas práticas de governança corporativa e transparência, visando orientar e esclarecer aos seus acionistas sobre as matérias a serem deliberadas, colocando à sua disposição a Gerência de Relações com Investidores para eventuais esclarecimentos que se façam necessários, por meio do e-mail ri@unipar.com.

UNIPAR CARBOCLORO S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 33.958.695/0001-78
NIRE 35.300.454.758

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os Srs. Acionistas da Unipar Carbochloro S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“AGOE”), a se realizarem, cumulativamente, em primeira convocação, no dia 20 de abril de 2022, às 09h, no edifício da sede social da Companhia, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1327, CEP 04543-011, na cidade e Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. Em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”):

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria;
- (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a distribuição de dividendos;
- (iii) deliberar sobre a proposta de fixação do número de membros efetivos do Conselho de Administração, e eleição dos membros do Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, nos termos do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia;
- (iv) deliberar sobre a eleição, dentre os membros do Conselho de Administração a serem eleitos, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e
- (v) fixar a remuneração global anual dos administradores e, conforme o caso, dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2022.

2. Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”):

- (i) aprovar o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização de parte das reservas de lucros, com bonificação em ações;
- (ii) elevar o limite do capital autorizado da Companhia para até R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais); e
- (iii) sujeito à aprovação das deliberações anteriores, aprovar a alteração dos artigos 5º e 8º do Estatuto Social, para registrar o novo capital social da Companhia, as conversões de ações preferenciais

de classe A em ações preferencias classe B até a presente data e o novo limite do capital autorizado.

Informações gerais:

1. Documentos à disposição dos acionistas. Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima e necessários ao exercício do direito de voto dos acionistas encontram-se à disposição na sede e no *website* da Companhia (<http://www.ri.unipar.com>), bem como nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão (<http://www.b3.com.br>), conforme previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), e na Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 481/09”).

2. Voto múltiplo. Nos termos do artigo 141 da Lei das S.A. combinado com o artigo 1º da Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada, é facultado a acionistas que representa, no mínimo, 5% (cinco por cento) das ações com direito a voto requerer a adoção do processo de voto múltiplo, devendo tal faculdade ser exercida pelos acionistas em até 48 (quarenta e oito horas) antes data em que será realizada a assembleia.

3. Eleição em separado. Os acionistas que votarem ou participarem das AGOE, via boletim de voto à distância ou via sistema eletrônico, e desejarem solicitar e/ou votar em eleição em separado para o Conselho Fiscal da Companhia, devem encaminhar diretamente à Companhia, por meio do *e-mail* ri@unipar.com, extrato de participação acionária ininterrupta, nos termos do artigo 141, § 6º, da Lei das S.A.

4. Participação dos acionistas nas AGOE. Poderão participar das AGOE ora convocadas os acionistas detentores de ações emitidas pela Companhia, (i) pessoalmente, (ii) por meio de seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração; ou (iii) por meio de envio de boletim de voto à distância, conforme abaixo indicado.

5. Participação Presencial e Representação. No caso de acionistas que optarem por participar presencialmente ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme aplicável, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, também deverão observar os seguintes requisitos formais de participação previstos no artigo 15 do Estatuto Social da Companhia: (a) documento de identidade com foto; (b) o comprovante da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, emitido, no máximo, 2 (dois) dias antes das AGOE; e, se for o caso, (c) instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das S.A.

Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimentos deverão enviar à Companhia: (a) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente nas AGOE, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; (b) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça às AGOE ou a quem tenha outorgado a procuração; e (c) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos no item “b” deste parágrafo, a ele relativos.

A Companhia esclarece que, excepcionalmente para estas AGOE, dispensará a necessidade de depósito das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas, relacionados acima, na sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista e a notariação, a consularização, o apostilamento dos instrumentos de procuração. Bastará o envio de cópia simples de tais documentos ao endereço eletrônico ri@unipar.com, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas a contar da hora marcada para a realização das AGOE. As procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico deverão ter sido assinadas digitalmente mediante certificados emitidos pela ICP-Brasil.

Caso o acionista não tenha depositado o instrumento de mandato e os documentos de representação no prazo estabelecido, seus representantes ou procuradores poderão participar das AGOE, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes, conforme o disposto no § 2º do artigo 5º da ICVM 481/09.

6. Participação via Boletim de Voto à Distância. Nos termos da ICVM 481/09, a Companhia adotará o sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto à distância, conforme modelos disponibilizados no *website* da Companhia, (i) por meio de seus respectivos agentes de custódia, (ii) via a instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., ou, (iii) diretamente à Companhia. Para informações adicionais acerca do exercício do direito de voto à distância, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na ICVM 481/09, bem como as orientações e prazos constantes dos próprios boletins de voto, na Proposta da Administração.

Diante da atual crise sanitária, a Companhia incentiva que os acionistas participem por meio dos boletins de voto à distância, nos termos da ICVM 481/09.

Não obstante a recomendação do uso dos boletins de voto à distância, a Companhia ressalta que adotará medidas de prevenção de disseminação do COVID-19 no ambiente onde serão realizadas as AGOE, conforme protocolos das autoridades públicas e sanitárias aplicáveis na data das assembleias. Tais protocolos, podem incluir, mas não se limitam a, medição de temperatura dos participantes antes do seu ingresso no recinto, obrigatoriedade de utilização de máscaras de proteção e disponibilização de álcool em gel para higienização.

São Paulo, 16 de março de 2022.

FRANK GEYER ABUBAKIR

Presidente do Conselho de Administração

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

1. PROCEDIMENTOS INERENTES ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A fim de facilitar a compreensão e a participação dos Senhores Acionistas na AGOE ora convocada, a Unipar Carbochloro S.A. (“Companhia” ou “Unipar”) discorre, a seguir, sobre algumas informações relevantes referentes aos procedimentos de instalação, convocação, participação e representação do conclave.

Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 481/09”), todas as informações e documentos necessários à instrução do direito de voto dos acionistas encontram-se disponíveis, nesta data, na sede social da Companhia e na página da rede mundial de computadores nos *websites* da Companhia (www.ri.unipar.com), da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”) (www.b3.com.br).

1.1. Instalação, Convocação e Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária

Para a instalação da AGO, em primeira convocação, será necessária a presença de acionistas que representem 1/4 (um quarto) do capital com direito a voto da Companhia. Caso este quórum não seja alcançado, haverá uma segunda convocação para a AGO, em data a ser oportunamente definida.

Nos termos do artigo 124 da Lei das S.A., a AGO será convocada por edital a ser publicado nos dias 17, 18 e 21 de março de 2022, no “Diário Comercial”, sendo também disponibilizado no *website* da Companhia.

As matérias a serem deliberadas na AGO ora convocada são:

- a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria;
- b) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a distribuição de dividendos;
- c) deliberar sobre a proposta de fixação do número de membros efetivos do Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2024, e sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia;
- d) deliberar sobre a eleição, dentre os membros do Conselho de Administração a serem eleitos, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e
- e) fixar a remuneração global e anual dos administradores e, conforme o caso, dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2022.

1.2. Instalação, Convocação e Ordem do Dia da Assembleia Geral Extraordinária

Para a instalação da AGE, em primeira convocação, será necessária a presença de acionistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo, do capital com direito a voto da Companhia. Caso este quórum não seja alcançado, haverá uma segunda convocação para a AGE, em data a ser oportunamente definida.

Nos termos do artigo 124 da Lei das S.A., a AGE será convocada por edital a ser publicado nos dias 17, 18 e 21 de março de 2022, no “Diário Comercial”, sendo também disponibilizado no *website* da Companhia.

As matérias a serem deliberadas na AGE ora convocada são:

- a) aprovar o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização de parte das reservas de lucros, com bonificação em ações
- b) elevar o limite do capital autorizado da Companhia para até R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais); e
- c) sujeito à aprovação das deliberações anteriores, aprovar a alteração dos artigos 5º e 8º do Estatuto Social, para registrar o novo capital social da Companhia, as conversões de ações preferenciais de classe A em ações preferencias classe B até a presente data e o novo limite do capital autorizado.

1.3. Participação Presencial e Representação na AGOE

O acionista poderá participar da AGOE (i) pessoalmente, ou (ii) por meio de procurador devidamente constituído, observado o disposto no artigo 126 da Lei das S.A.

No caso de acionistas que optarem por participar presencialmente ou por meio de procurador, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, também deverão ser observados os seguintes requisitos formais de participação, conforme previsto no artigo 15 do Estatuto Social da Companhia: (a) documento de identidade com foto; (b) o comprovante da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, emitido, no máximo, 2 (dois) dias antes da AGOE; e, se for o caso, (c) instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das S.A.

Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimentos deverão enviar à Companhia: (a) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na AGOE, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; (b) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à AGOE ou a quem tenha outorgado a procuração; e (c) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos no item “b” deste parágrafo, a ele relativos.

A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta AGOE, dispensará a necessidade de depósito das vias físicas dos documentos relacionados acima na sede da Companhia bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista e a notariação, a consularização e o apostilamento do instrumento de procuração. Bastará o envio de cópia simples de tais documentos ao endereço eletrônico ri@unipar.com, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas a contar da

hora marcada para a realização da AGOE. A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico assinadas digitalmente por meio de certificados emitidos pela ICP-Brasil.

Caso o acionista não tenha depositado o instrumento de mandato e os documentos de representação no prazo estabelecido, seus representantes ou procuradores poderão participar da AGOE, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes, conforme o disposto no § 2º do artigo 5º da ICVM 481/09.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Conforme entendimento do Colegiado da CVM em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ 2014/3578), os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados na AGO por meio de seus representantes legais ou por meio de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade representada e conforme as regras do Código Civil ou da Lei das S.A., a depender do tipo societário do acionista, não sendo necessário que o mandatário seja acionista, administrador da Companhia ou advogado.

1.4. Participação via Boletim de Voto à Distância na AGOE

O boletim de voto à distância (“Boletim”) encontra-se disponível no *website* da Companhia (www.ri.unipar.com) e nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), nos termos da regulamentação em vigor, não fazendo parte da presente Proposta da Administração.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio do Boletim, deverá fazê-lo por uma das seguintes opções:

- (i) transmitir as instruções de preenchimento a qualquer dos Agentes (conforme abaixo indicados); ou
- (ii) preencher e enviar este Boletim diretamente à Companhia.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio dos Agentes (conforme abaixo definidos) deverá **(1)** transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia (“Agente de Custódia”) ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia (“Agente Escriturador”, e, em conjunto com o Agente de Custódia, “Agentes”), conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, e **(2)** observar eventuais regras determinadas pelos Agentes.

Caso o acionista escolha transmitir suas instruções de voto por meio do seu Agente de Custódia, deverá observar as regras adotadas pelo seu subcustodiante, que deverá encaminhar as suas manifestações de voto à central depositária da B3. Os acionistas devem entrar em contato com seu respectivo Agente de Custódia ou Agente Escriturador para verificarem os procedimentos a serem adotados.

A instituição contratada pela Companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários é a Itaú Corretora de Valores S.A., devendo o acionista direcionar seu Boletim para o endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, CEP: 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, **e/ou** enviá-lo para o *e-mail* atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br, ou ainda pelo *website* <https://www.itau.com.br/investmentservices/assembleia-digital/>.

Para votar pelo *website* é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no *website* <https://www.itau.com.br/investmentservices/assembleia-digital/>. O telefone para atendimento aos

acionistas é (11) 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 720 9285 (demais localidades). O horário de atendimento é realizado exclusivamente em dias úteis, das 09h às 18h.

O acionista que optar por enviar o Boletim diretamente à Companhia deverá encaminhar para o *e-mail* ri@unipar.com, **e/ou** para o endereço da sede da Companhia, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.327, 22º andar, CEP 04543-011, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, aos cuidados da Gerência de Relações com Investidores, com o assunto “Boletim de Voto a Distância”, e com solicitação de confirmação de recebimento:

- (i)** Boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado (sendo possível assinatura por certificado digital emitido pela ICP-Brasil);
- (ii)** comprovante expedido pela instituição financeira depositária, com a quantidade de ações que consta como titular, observado, caso aplicável, a necessidade de comprovação do disposto no artigo 141, § 6º, da Lei das S.A.; e
- (iii)** cópia simples dos seguintes documentos, conforme a seguir:
 - (1)** Se acionista pessoa física:
 - (A)** documento de identidade, com foto, e CPF do acionista (e, em caso de procurador, instrumento de mandato, além de tais documentos do próprio procurador).
 - (2)** Se acionista pessoa jurídica:
 - (A)** documento de identidade, com foto, e CPF do(s) representante(s) legal(is) e, em caso de procurador, instrumento de mandato, além de tais documentos do próprio procurador; e
 - (B)** último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista.
 - (3)** Se acionista constituído sob a forma de fundo de investimento:
 - (A)** documento de identidade, com foto, e CPF do(s) representante(s) legal(is) e, em caso de procurador, instrumento de mandato, além de tais documentos do próprio procurador;
 - (B)** último regulamento consolidado do fundo; e
 - (C)** estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação.

A excepcionalidade dos termos e condições acima descritos acima, referentes ao reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, à notariação, à consularização e ao apostilamento do instrumento de procuração, aplicam-se, também, aos documentos que deverão ser apresentados aos acionistas que desejarem votar por meio do Boletim. A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico assinadas digitalmente por meio de certificados emitidos pela ICP-Brasil.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Para que o Boletim seja considerado válido e por consequência os votos sejam contabilizados na AGOE: **(1)** todos os campos deverão ser devidamente preenchidos, conforme aplicável; **(2)** todas as suas páginas deverão ser rubricadas pelo acionista ou por seu(s) representante(s) legal(is); e **(3)** ao final, o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso, deverá(ão) assiná-lo.

Além disso, os acionistas poderão solicitar a inclusão de candidatos a membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal no Boletim, que deverá ser enviada, por escrito, aos cuidados da Gerência de Relações com Investidores, para o *e-mail* ri@unipar.com com o assunto “Indicação de Candidatos”, observando-se o disposto nos artigos 21-L e 21-M da ICVM 481/09. Nesses casos, em até 3 (três) dias úteis, a Companhia informará aos requerentes que incluirá no Boletim as propostas recebidas dos acionistas ou indicará os motivos pelos quais tal solicitação não cumpre os requisitos regulamentares, incluindo os casos em que as solicitações foram recebidas fora dos prazos disciplinados pela ICVM 481/09.

Será admitido o Boletim que for recebido pelos Agentes e/ou pela Companhia no prazo de até 7 (sete) dias antes da data de realização da AGOE.

Observado o prazo acima, os acionistas poderão enviar o boletim e a documentação ao *e-mail* ri@unipar.com com o assunto “Boletim de Voto a Distância”.

No caso de entrega deste Boletim diretamente à Companhia, a Unipar comunicará o acionista, em até 3 (três) dias, **(1)** a respeito do recebimento deste Boletim, **(2)** se o Boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que os votos sejam considerados válidos, ou **(3)** acerca da necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto à distância, sendo certo que eventual retificação ou reenvio deverá ser feita em até 7 (sete) dias antes da data de realização da assembleia, ou seja, 14 de abril de 2022 (inclusive).

Para informações adicionais acerca do exercício do direito de voto à distância, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na ICVM 481/09, bem como as demais orientações no próprio Boletim.

2. MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Administração da Unipar vem apresentar aos Senhores Acionistas a proposta acerca das matérias a serem submetidas à apreciação de V.Sas. na AGO ora convocada, nos termos a seguir:

2.1. Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das Notas Explicativas, do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria

Conforme manifestação favorável do Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada no dia 16 de março de 2022, nos termos do artigo 22, inciso V, de seu Estatuto Social, a Administração da Companhia submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das Notas Explicativas, do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer

do Comitê de Auditoria, tendo sido elaborados pela Diretoria da Companhia e auditados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Todos estes documentos foram disponibilizados pela Companhia em 16 de março de 2022 e foram publicados, em 17 de março de 2022, no jornal “Diário Comercial”, sendo dispensada a publicação dos anúncios de que trata o artigo 133 da Lei das S.A., por força do § 5º do mesmo artigo.

O Conselho Fiscal emitiu parecer favorável em 15 de março de 2022, opinando pelo encaminhamento dos referidos documentos para aprovação dos acionistas da Companhia na AGO. Da mesma forma, o Comitê de Auditoria emitiu parecer favorável em 15 de março de 2022, opinando pelo encaminhamento dos referidos documentos para aprovação em AGO.

O **Anexo I** desta Proposta da Administração contém cópia dos seguintes documentos: o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das Notas Explicativas, do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria.

O **Anexo II** à presente Proposta da Administração contém o comentário dos Diretores da Companhia nos termos dos itens 10.1 a 10.9 do Anexo 24 da Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Formulário de Referência” e “ICVM 480/09”, respectivamente), nos termos do artigo 9º, inciso III, da ICVM 481/09.

Adicionalmente, nos termos do artigo 133 da Lei das S.A., artigo 9º da ICVM 481/09 e artigo 25, §1º da ICVM 480/09, os seguintes documentos são disponibilizados para a análise dos Srs. Acionistas:

- (i) Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP;
- (ii) Declaração dos Diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes; e
- (iii) Declaração dos Diretores de que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

Os documentos acima referidos, bem como as atas das reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que sobre eles deliberaram, conforme aplicável, também se encontram disponíveis para consulta dos Srs. Acionistas no escritório da Companhia localizado no Estado de São Paulo, Cidade de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.327, 22º andar, CEP 04543-011, no seu website (www.ri.unipar.com) e nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

Assim, com base nos documentos e informações, a Administração da Unipar propõe à assembleia a aprovação integral das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria.

2.2. Destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos

A Administração da Companhia propõe aos acionistas deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 da seguinte forma:

| | |
|-------------------------------|---------------------|
| Lucro Líquido | R\$1.984.763.589,73 |
| Reserva Legal (5%) | (R\$29.642.331,93) |
| Dividendos Obrigatórios (25%) | (R\$488.780.314,45) |

| | |
|---|---------------------|
| Reserva Especial de Dividendos | (R\$29.642.331,93) |
| Reserva Estatutária (art. 32, VI, e §4º) | (R\$433.962.925,87) |
| | |
| Dividendos Obrigatórios (25%) | R\$488.780.314,45 |
| Dividendos Intermediários Distribuídos em 2021 | R\$1.002.735.685,55 |
| Dividendos Adicionais à conta de Reserva de Lucros a Realizar | R\$ 58.484.000,00 |
| Total de Dividendos a serem declarados | R\$1.550.000.000,00 |
| Total de Dividendos a serem pagos | R\$ 250.000.000,00 |

As demais informações acerca dessa matéria encontram-se detalhadas no **Anexo III** à presente Proposta da Administração.

2.3. Fixação do número de membros efetivos do Conselho de Administração e eleição de seus membros, nos termos do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia

A definição do número de membros do Conselho de Administração, quando o Estatuto Social dispuser sobre um número mínimo e máximo, deve ser objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária, conforme entendimento manifestado pela CVM.

Nos termos do *caput* artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, “o Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros efetivos, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado, sendo permitida a reeleição”.

Dessa forma, a Administração propõe que o Conselho de Administração seja composto por 7 (sete) membros, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2024.

O acionista controlador da Companhia encaminhou correspondência indicando seus candidatos para compor o Conselho de Administração e Conselho Fiscal (**Anexo IV**).

2.3.1. Introdução aos processos de votação

De acordo com a Lei das S.A., a eleição de membros do Conselho de Administração pode ser realizada por votação majoritária, sendo esta a regra geral. A regra possui duas exceções: o processo de voto múltiplo e/ou a eleição em separado. Tratam-se de faculdades dos minoritários votantes. Como os diversos procedimentos de votação podem impactar na fixação do número de membros do Conselho de Administração, para melhor compreensão da dinâmica da eleição dos membros do Conselho de Administração, os diversos processos de votação são detalhados a seguir.

2.3.2. Número de membros efetivos proposto do Conselho de Administração

Caso os acionistas não controladores requeiram a eleição de conselheiros pelo processo de eleição em separado, tais acionistas poderão eleger, no mínimo, 2 (dois) conselheiros, sendo 1 (um) conselheiro eleito pelos acionistas titulares de ações ordinárias que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações ordinárias da Companhia, e o outro eleito pelos acionistas titulares de ações preferenciais de emissão da Companhia, que representem, no mínimo 10% (dez por cento) do seu capital social. Com isso, o acionista controlador terá o direito de eleger os 5 (cinco) membros remanescentes do Conselho de Administração.

Ainda, esclarece-se que, realizada as votações em separado, e caso, em seguida, seja requerida a adoção do processo de voto múltiplo, é provável que o acionista controlador consiga eleger 5 (cinco) dos 7 (sete) membros do Conselho de Administração.

Nos termos da legislação aplicável, os acionistas podem indicar um ou mais candidatos para compor o Conselho de Administração até o momento da realização da AGO. Em conformidade a ICVM 481/09, o **Anexo IV** à presente Proposta da Administração traz a lista e informações dos candidatos indicados pelo acionista controlador da Companhia, considerando o número atual de membros fixado para o Conselho de Administração.

Caso qualquer acionista queira indicar membro para eleição do Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal (neste caso, se for instalado), tal acionista deverá encaminhar as informações do **Anexo IV**, incluindo currículo, à Companhia, ou, alternativamente, apresentar tais informações no início da AGOE.

2.3.3. Votação majoritária

O procedimento mais comum para eleição dos membros do Conselho de Administração é a votação majoritária, na qual cada ação ordinária confere 1 (um) voto a seu titular. Para permitir a maior participação dos acionistas, o Presidente da Assembleia Geral colocará em votação o nome de cada candidato ao Conselho de Administração indicado pelo acionista controlador ou pelos acionistas minoritários da Companhia.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocará em votação os nomes dos candidatos, considerando-se eleitos os candidatos que receberem a maior quantidade de votos, desconsideradas as abstenções e votos contrários.

2.3.4. Votação em separado

A Lei das S.A. garante ao acionista minoritário o direito de exigir a realização de uma votação em separado para eleição de 1 (um) membro do Conselho de Administração aos seguintes grupos de acionistas: (a) minoritários titulares de ações ordinárias presentes na Assembleia Geral que representem, individualmente ou em conjunto, pelo menos 15% (quinze por cento) do capital social com direito a voto; e (b) titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito presentes na Assembleia Geral que representem, individual ou conjuntamente, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social total.

Ademais, caso nem os titulares de ações ordinárias nem os titulares de ações preferenciais presentes na Assembleia Geral atinjam os respectivos percentuais para exercício do voto separado, poderão agregar suas ações e eleger, conjuntamente, 1 (um) membro efetivo e seu respectivo suplente do Conselho de Administração, desde que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social total.

O objetivo da votação em separado é tornar o órgão efetivamente representativo, o que contribui para a boa governança das companhias abertas. Logo, o acionista controlador não participa da votação, que será realizada por maioria de votos dentro do universo de acionistas minoritários e preferencialistas presentes que desejem participar dessa votação.

Cabe ressaltar que o Colegiado da CVM se pronunciou em reunião ocorrida em 4 de novembro de 2014, referente aos processos CVM nº RJ2013/4386 e RJ2013/4607, no sentido de que as ações mantidas em tesouraria devem ser excluídas do número total de ações com direito a voto, conforme o caso, para fins de realização do cálculo dos percentuais indicados no artigo 141, § 4º e § 5º, da Lei das S.A.

Ressalta-se que, nos termos do § 6º do artigo 141 da Lei das S.A., somente poderão exercer o direito a requerer e participar da votação em separado os acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta

da participação acionária durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização de Assembleia Geral.

2.3.5. Voto múltiplo

Trata-se de procedimento de eleição por meio do qual se atribui a cada ação tantos votos quantos forem os membros do Conselho de Administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de concentrar todos os seus votos num só candidato ou distribuí-los entre vários.

O percentual mínimo do capital votante para requerer a adoção de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5% (cinco por cento) das ações ordinárias, de acordo com a Instrução da CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada. Nos termos do artigo 141, § 1º, da Lei das S.A., a requisição da adoção do procedimento de voto múltiplo deverá ser realizada pelos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia em até 48 (quarenta e oito) horas antes da AGOE.

Uma vez recebido o requerimento de voto múltiplo pelo acionista ou conjunto de acionistas representando o percentual de 5% (cinco por cento) do capital social, a Companhia, em conformidade com a legislação aplicável, divulgará por meio de “Aviso aos Acionistas” informando a respeito da realização da eleição dos membros do Conselho de Administração por meio do processo de voto múltiplo, conforme solicitado pelos acionistas da Companhia.

2.3.6. Cumulação do processo de voto múltiplo com a votação em separado

Tanto o voto múltiplo quanto a eleição em separado podem ocorrer na mesma assembleia. Assim, o acionista deverá escolher se participa de um ou outro processo, e poderá, inclusive, utilizar parte de suas ações para votar por voto múltiplo e parte para votar por votação em separado. Porém, um acionista não pode utilizar uma determinada ação para votar ao mesmo tempo nos dois processos eletivos.

Quando os mecanismos do voto múltiplo e da votação em separado forem utilizados cumulativamente em uma mesma eleição, a Lei das S.A. assegura ao acionista ou grupo de acionistas vinculados por acordo de votos que detenham mais do que 50% (cinquenta por cento) das ações com direito de voto o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um, independentemente do número de conselheiros que, segundo o Estatuto Social, compoem o referido órgão (artigo 141, § 7º, da Lei das S.A.). Para tanto, o acionista controlador poderá eleger um membro excedente ao número máximo de conselheiros previsto no Estatuto Social.

Em atenção às orientações constantes no item 7.1.5 do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP (“Ofício Circular”), a Companhia esclarece que, uma vez definido o número de membros que compoem o Conselho de Administração da Companhia, conforme acima, *“os acionistas poderão ser instados a se manifestar se desejam prosseguir com a sistemática do voto múltiplo, se este já tiver sido requisitado nos termos da lei, ou adotar a votação em separado, desistindo assim do pedido de voto múltiplo, sem prejuízo de, se for o caso, ambos os procedimentos serem adotados”*.

A Companhia esclarece, ainda, que, nos termos das orientações constantes do item 7.1.5 do Ofício Circular, se houver na assembleia a *“adoção da sistemática do voto múltiplo cumulada com pedido de votação em separado, a eleição dos conselheiros de acordo com este último sistema deverá ser anterior à eleição por voto múltiplo, pois somente após a realização da votação em separado será possível identificar o número de vagas remanescentes e, assim, calcular o coeficiente do voto múltiplo”*.

2.4. Eleição, dentre os membros do Conselho de Administração ora eleitos, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia

Nos termos do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia, caberá à Assembleia Geral escolher, por maioria de votos dos presentes, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração.

2.5. Instalação, se requerida, e fixação do número de membros efetivos do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2023, bem como a eleição dos membros efetivos, e seus respectivos suplentes, do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia

Caso haja pedido de acionistas para a instalação do Conselho Fiscal para o exercício de 2022, nos termos da Lei das S.A., a Administração propõe, então, que o número o Conselho de Fiscal seja composto por 5 (cinco) membros efetivos.

Caso os acionistas que representem, no mínimo, 0,1 (um décimo) das ações com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto requeiram a instalação do Conselho Fiscal, os acionistas titulares de ações preferenciais de emissão da Companhia terão direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente e os acionistas titulares de ações ordinárias que representem, em conjunto, pelo menos, 10% (dez por cento) do total das ações ordinárias da Companhia poderão eleger outro membro e respectivo suplente. Com isso, o acionista controlador terá o direito de eleger os 3 (três) membros remanescentes do Conselho Fiscal.

Em conformidade com a ICVM 481/09, o **Anexo IV** à presente Proposta da Administração traz a lista e informações dos candidatos indicados pelo acionista controlador da Companhia, considerando o número atual de membros fixado para o Conselho Fiscal.

Caso qualquer acionista queira indicar candidatos para disputarem a eleição do Conselho Fiscal (neste caso, se for instalado), tal acionista deverá encaminhar as informações do **Anexo IV**, incluindo currículo do candidato, à Companhia, ou, alternativamente, apresentar tais informações no início da AGOE.

A Administração propõe que a remuneração mensal individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal no limite mínimo de 10% (dez por cento) da média de remuneração fixa mensal da Diretoria Estatutária da Companhia. Nesse caso, os membros do Conselho Fiscal receberão 12 (doze) salários mensais e não haverá benefícios, verbas de representação e participação nos resultados.

2.6. Fixação da remuneração global e anual dos administradores e, conforme o caso, dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2022

Para o exercício social de 2022, a Administração da Companhia propõe a fixação da remuneração global em até R\$ 32.675.396,25 (trinta e dois milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, trezentos e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos) para os administradores e, conforme o caso, para os membros do Conselho Fiscal da Companhia. Caberá ao Conselho de Administração, nos termos do artigo 22, inciso VII, do Estatuto Social da Companhia, fixar e ratear as remunerações individuais de seus membros e dos membros da Diretoria, dentro do limite ora proposto, se aprovado.

O valor da remuneração global ora proposto compreende a remuneração da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal no período de janeiro a dezembro de 2022, e inclui remuneração fixa e variável (considerando o patamar máximo atingível), direta e indireta, bem como benefícios de qualquer natureza. Estão excluídos tributos e contribuições para a previdência social oficial.

As informações referentes à fixação da remuneração dos administradores e, se instalado, de seu Conselho Fiscal encontram-se detalhadas no **Anexo V** à presente Proposta da Administração, nos termos do artigo 12 da ICVM 481/09.

3. MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

3.1. Aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização de parte das reservas de lucros, com bonificação em ações.

A Administração propõe que seja aprovado o aumento do capital social da Companhia, com consequente alteração do art. 5º do Estatuto Social da Companhia, no valor de R\$ 228.874.322,86 (duzentos e vinte e oito milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, trezentos e vinte e dois reais e oitenta e seis centavos), passando de R\$ 699.002.142,83 (seiscentos e noventa e nove milhões, dois mil e cento e quarenta e dois reais e oitenta e três centavos) para R\$ 927.876.465,69 (novecentos e vinte e sete milhões, oitocentos e setenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), mediante a capitalização de parte do saldo da reserva estatutária da Companhia, denominada reserva para investimento, em conformidade com o disposto no artigo 169 da Lei das S.A., com a emissão de 9.443.286 (nove milhões, quatrocentas e quarenta e três mil, duzentas oitenta e seis) ações nominativas, escriturais, sem valor nominal, sendo 3.300.797 (três milhões, trezentas mil, setecentas e noventa e sete) ações ordinárias, 205.537 (duzentas e cinco mil e quinhentas e trinta e sete) ações preferenciais classe “A” e 5.936.952 (cinco milhões, novecentas e trinta e seis mil, novecentas e cinquenta e duas) ações preferenciais classe “B”, que serão atribuídas aos titulares de ações, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) nova ação de cada espécie para cada 10 (dez) ações detidas da mesma espécie, ou seja, à razão de 10,0%, sendo que as ações mantidas em tesouraria também serão bonificadas. As novas ações emitidas serão distribuídas de forma gratuita e beneficiarão os acionistas proporcionalmente à participação acionária em 20 de abril de 2022 (“Data de Corte”). Desta forma, a quantidade (i) de ações ordinárias da Companhia passará de 33.007.970 (trinta milhões, sete mil novecentos e setenta ações) para 36.308.767 (trinta e seis milhões, trezentas e oito mil, setecentas e sessenta e sete); (ii) de ações preferencias classe “A” passará de 2.055.375 (duas milhões, cinquenta e cinco mil, trezentas e setenta e cinco) para 2.260.912 (duas milhões, duzentas e sessenta mil, novecentas e doze); e (iii) de ações preferenciais classe “B” passará de 59.369.527 (cinquenta e nove milhões, trezentas e sessenta e nove mil, quinhentas e vinte e sete) para 65.306.479 (sessenta e cinco milhões, trezentas e seis mil, quatrocentas e setenta e nove).

O aumento de capital com bonificação em ações tem como objetivo atender ao disposto no artigo 199 da Lei das S.A., tendo em vista que o limite de saldo de reservas de lucro previsto nesse artigo foi excedido na última assembleia geral ordinária da Companhia, assim como preservar a liquidez das ações de emissão da Companhia.

Farão jus ao direito à bonificação ora proposta, os titulares de ações de emissão da Companhia na Data de Corte. As ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas ex-bonificação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) a partir de 22 de abril de 2022. As ações oriundas da bonificação serão creditadas à posição dos acionistas em 26 de abril de 2022 e terão os mesmos direitos conferidos pelo Estatuto Social da Companhia e pela legislação aplicável, às ações já existentes, inclusive a dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que venham a ser declarados após a emissão das ações oriundas da

bonificação. As datas acima descritas dependerão de validação junto à B3, sendo que qualquer alteração nas datas previstas ora divulgadas será comunicada aos acionistas por meio de comunicado ao mercado.

A bonificação será efetuada sempre em números inteiros, de forma que, nos termos do disposto no artigo 169, parágrafo 3º, da Lei das S.A., as sobras decorrentes das frações de ações serão vendidas na B3 e o valor líquido apurado será disponibilizado aos acionistas titulares das eventuais frações. Se necessário, a Companhia informará oportunamente maiores detalhes sobre referido procedimento por meio de comunicado ao mercado.

As informações exigidas pelo artigo 14 da ICVM 481/09 encontram-se detalhadas no **Anexo VI** a esta Proposta.

3.2. Alteração do limite do capital autorizado da Companhia.

Tendo em vista o item 3.1 acima, e o atual capital autorizado da Companhia, de R\$840.000.000,00 (oitocentos e quarenta milhões de reais), observadas as demais disposições do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, a Administração propõe que seja elevado o limite do capital autorizado da Companhia para o montante de R\$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais).

Caso aprovada a proposta, a Companhia estará autorizada a aumentar o capital social até o montante acima mencionado por deliberação de seu Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.

A proposta da Administração tem por objetivo adaptar o número de ações que compreende o capital autorizado à nova realidade da Companhia, permitindo ao Conselho de Administração iniciar, de forma mais ágil, os procedimentos necessários ao ingresso de novos recursos para o capital social, respeitando-se sempre as regras aplicáveis da Lei das S.A., principalmente o direito de preferência dos acionistas e a não diluição injustificada dos acionistas.

3.3. Sujeito à aprovação das deliberações anteriores, aprovar a alteração dos artigos 5º e 8º do Estatuto Social da Companhia para registrar o novo capital social da Companhia, as conversões de ações preferenciais de classe A em classe B até a respectiva data e o novo limite do capital autorizado.

Em decorrência do exposto nos itens 3.1 e 3.2 acima, a Administração propõe que o caput do artigo 5º e do caput do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia sejam reformados para refletir o aumento do capital social e a elevação do limite do capital autorizado ora propostos.

Ainda, a alteração do Estatuto Social considera as conversões das ações preferenciais de classe A em classe B, realizadas até a data da referida assembleia.

Nos termos da ICVM 481/09, o **Anexo VII** a esta proposta contém a versão consolidada da proposta para o novo Estatuto Social da Companhia e o **Anexo VIII**, por sua vez, contém minuta do Estatuto Social com as alterações propostas em destaque, bem como as informações sobre a origem e justificativa de cada alteração proposta e a análise dos seus efeitos jurídicos e econômicos.



Conforme acima exposto, as propostas a serem deliberadas na AGOE têm como objetivo atender aos legítimos interesses da Companhia, motivo pelo qual a Administração propõe que sejam aprovadas na íntegra pelos Senhores Acionistas.

Permanecemos à disposição de V. Sas. para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

São Paulo, 16 de março de 2022.

Cordialmente,

FRANK GEYER ABUBAKIR

Presidente do Conselho de Administração



ANEXO I

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA
COMPANHIA, RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2021, ACOMPANHADAS DAS NOTAS EXPLICATIVAS, DO PARECER
DOS AUDITORES INDEPENDENTES, DO PARECER DO CONSELHO FISCAL E DO
PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA**

(este anexo inicia-se na próxima página)

Unipar Carbocloro S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais
e Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de dezembro de 2021
e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda

Índice

| | |
|---|----|
| Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 1 |
| Balço patrimonial | 6 |
| Demonstração do resultado | 8 |
| Demonstração do resultado abrangente | 9 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido | 10 |
| Demonstração do fluxo de caixa | 12 |
| Demonstração do valor adicionado | 13 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 14 |
| Relatório as Administração | 80 |
| Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras | 84 |
| Declaração da Diretoria sobre o Parecer dos Auditores Independentes | 85 |
| Parecer do Comitê de Auditoria..... | 86 |
| Parecer do Conselho Fiscal..... | 87 |

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e acionistas da
Unipar Carbocloro S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unipar Carbocloro S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Unipar Carbocloro S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Reconhecimento de receitas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 26, a Companhia reconheceu receitas no montante de R\$1.6 bilhão ("Controladora") e R\$6.3 bilhões ("Consolidado") em 31 de dezembro de 2021.

O reconhecimento de receitas requer que os seguintes aspectos no processo de venda das mercadorias sejam atendidos: (a) as partes devem aprovar o contrato de compra e venda (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e devem estar comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (b) a Companhia deve identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos; (c) a Companhia deve identificar os termos de pagamento para os bens a serem transferidos; (d) o contrato deve possuir substância comercial; (e) deve ser provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

Como o assunto foi conduzido pela auditoria

- Avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade das atividades de controles relacionadas ao reconhecimento de receitas pela Companhia, os quais incluíram o seguinte:
 - Determinação e aprovação de preços de acordo com política interna vigente;
 - Análise e aprovação de crédito de clientes, bem como estabelecimento dos limites de crédito aplicáveis;
 - Análise e aprovação de pedidos de venda e ordens de carregamento;
 - Asseguração de que as mercadorias transferidas estão de acordo com pedido de venda, ordem de carregamento e respectiva emissão de nota fiscal antes da conclusão da transação comercial (“three-way-match”);
 - Análise de evidências de transferências das mercadorias ao cliente para efetivação do respectivo reconhecimento contábil das receitas, incluindo análises de “cut-off”;
 - Acompanhamento e assegurar de recebimento das contraprestações aplicáveis.
- Efetuamos a análise do perfil da carteira de clientes e vendas ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 através de ferramentas de “Data Analytics”, com o objetivo de identificar e avaliar individualmente possíveis “outliers” ou transações não usuais.
- Inspecionamos, em base amostral, as documentações-suporte das vendas ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com o objetivo de certificar que:
 - As transações possuíam substância comercial e estavam alinhadas com as práticas usuais de negócios da Companhia;
 - As partes (Companhia e clientes) aprovaram as transações de compra e venda de acordo com as práticas usuais de negócios da Companhia;
 - A Companhia identificou os direitos de cada parte envolvida nas transações comerciais, bem como os termos de pagamento para os bens transferidos aos seus clientes;

A Companhia cumpriu as suas obrigações de entrega da mercadoria, e os clientes cumpriram as obrigações pecuniárias aplicáveis, ou, quando aplicável, obtivemos evidências de auditoria que demonstram que é provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual tem direito em troca dos bens transferidos aos seus clientes. Com base em nossos procedimentos de auditoria descritos acima, consideramos que os critérios adotados para o reconhecimento de receitas e as suas respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, tomadas em conjunto.

b) ICMS na base do PIS/COFINS

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui saldo de PIS/COFINS a recuperar nos montantes de R\$145 milhões (“Controladora”) e R\$728 milhões (“Consolidado”).

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal modulou a sua decisão de março de 2017, garantindo o direito às Companhias que contestaram a inclusão do ICMS da base de apuração do PIS e da COFINS, com base na abordagem bruta, que consiste em excluir o valor do ICMS divulgado na nota fiscal.

Como o assunto foi conduzido pela auditoria

Examinamos as documentações-suporte aplicáveis para avaliar se as evidências tais como:

- Existência do trânsito em julgado para processos finalizados e avaliação legal sobre eventuais vícios de processos para os processos ainda sem trânsito em julgado para suportar a decisão da Administração da Companhia no reconhecimento desses créditos decorrentes da exclusão do ICMS na base do PIS/COFINS.

- Obtivemos e revisamos suporte utilizado para mensuração desses créditos, em bases amostrais, para assegurarmos a exatidão e integridade das informações mensuradas e reconhecidas pela Administração da Companhia.
- Envolvermos especialistas em impostos para avaliar se as premissas utilizadas pela Administração da Companhia para mensurar os créditos de PIS e COFINS decorrente da exclusão do ICMS na base de cálculo são aceitas e são razoáveis.

Com base em nossos procedimentos de auditoria descritos acima, consideramos que os critérios adotados para o reconhecimento desses créditos as suas respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa

base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alessandro Costa Ramos
Contador
CRC nº 1 SP 198853/O-3

Unipar Carbocloro S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(em milhares de reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Ativo | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 156.135 | 371.734 | 331.177 | 924.852 |
| Aplicações financeiras | 5 | 402.732 | 52.646 | 1.291.272 | 188.908 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 173.595 | 105.132 | 676.256 | 534.092 |
| Impostos a recuperar | 7 | 55.676 | 8.938 | 68.187 | 29.165 |
| Estoques | 8 | 79.609 | 39.446 | 442.130 | 189.238 |
| Despesa antecipada | - | 1.192 | 875 | 3.113 | 1.876 |
| Créditos com Empresas Ligadas | 10 | 47.253 | - | - | - |
| Outros | 11 | 13.566 | 5.862 | 30.692 | 12.488 |
| | | 929.758 | 584.633 | 2.842.827 | 1.880.619 |
| Não circulante | | | | | |
| Contas a receber de clientes | 6 | 38.759 | 28.644 | - | - |
| Impostos a recuperar | 7 | 104.729 | 7.867 | 693.891 | 15.073 |
| Estoques | 8 | 25.700 | 22.041 | 62.657 | 69.714 |
| Depósitos judiciais | 9 | 34.192 | 53.321 | 34.232 | 53.361 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 21 | - | - | - | 142.971 |
| Créditos com Empresas Ligadas | 10 | 245.516 | 213.500 | - | - |
| Outros | 11 | 20.055 | 9.692 | 41.803 | 32.310 |
| | | 468.951 | 335.065 | 832.583 | 313.429 |
| Investimentos | 12 | 2.433.484 | 937.817 | 104.995 | 66.961 |
| Imobilizado | 13 | 863.044 | 867.712 | 2.159.924 | 1.949.684 |
| Intangível | 14 | 284.069 | 278.566 | 307.879 | 297.604 |
| | | 3.580.597 | 2.084.095 | 2.572.798 | 2.314.249 |
| | | 4.049.548 | 2.419.160 | 3.405.381 | 2.627.678 |
| Total do ativo | | 4.979.306 | 3.003.793 | 6.248.208 | 4.508.297 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Unipar Carbocloro S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(em milhares de reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|-------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Passivo | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Fornecedores | 15 | 68.822 | 39.692 | 391.762 | 238.342 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 16 | 151.226 | 325.894 | 161.824 | 340.730 |
| Salários e encargos sociais | - | 52.550 | 36.951 | 160.472 | 120.632 |
| Imposto de renda e contribuição social | - | 93.265 | 45.971 | 325.519 | 117.336 |
| Outros impostos e contribuições a pagar | 22 | 44.510 | 28.705 | 95.439 | 97.870 |
| Dividendos a pagar | 31 | 300.216 | 23.459 | 300.216 | 23.459 |
| Demandas judiciais | 18 | 1.386 | 2.831 | 8.411 | 4.999 |
| Energia elétrica | 17 | 130.276 | 105.696 | 232.112 | 185.386 |
| Débito com terceiros | 20 | - | - | - | 1.950 |
| Passivo ambiental | 19 | 313 | - | 22.580 | 14.492 |
| Outros | - | 42.277 | 24.979 | 97.886 | 74.963 |
| | | 884.841 | 634.178 | 1.796.221 | 1.220.159 |
| Não circulante | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 16 | 1.279.884 | 331.978 | 1.313.005 | 372.810 |
| Salários e encargos sociais | - | 7.090 | 3.683 | 7.403 | 3.779 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 21 | 468.997 | 261.104 | 631.290 | 317.912 |
| Outros impostos e contribuições a pagar | 22 | 18.050 | 27.491 | 32.248 | 46.454 |
| Obrigações com benefícios aos empregados | 23 | 4.180 | 4.377 | 51.274 | 56.318 |
| Demandas judiciais | 18 | 24.793 | 15.561 | 69.250 | 35.731 |
| Passivo ambiental | 19 | 2.452 | - | 25.736 | 4.581 |
| Débito com terceiros | 20 | - | - | - | 711.015 |
| Outros | - | 276 | 414 | 344 | 499 |
| | | 1.805.722 | 644.608 | 2.130.550 | 1.549.099 |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| Capital social | 24 | 699.002 | 699.002 | 699.002 | 699.002 |
| Ações em tesouraria | 24(d) | (1.401) | (1.154) | (1.401) | (1.154) |
| Reservas de lucros | 25 | 1.147.566 | 804.599 | 1.147.566 | 804.599 |
| Outros resultados abrangentes | - | 443.576 | 222.560 | 443.576 | 222.560 |
| Atribuído à participação dos controladores | | 2.288.743 | 1.725.007 | 2.288.743 | 1.725.007 |
| Participação dos não controladores | | - | - | 32.694 | 14.032 |
| | | 2.288.743 | 1.725.007 | 2.321.437 | 1.739.039 |
| Total do patrimônio líquido | | 2.288.743 | 1.725.007 | 2.321.437 | 1.739.039 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 4.979.306 | 3.003.793 | 6.248.208 | 4.508.297 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Unipar Carbocloro S.A.

Demonstração do resultado do exercício
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|------|------------------|-----------|--------------------|-------------|
| | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Receita operacional líquida | 26 | 1.585.647 | 1.124.217 | 6.289.369 | 3.868.223 |
| Custo dos produtos vendidos | 27 | (784.719) | (630.311) | (3.486.604) | (2.533.636) |
| Lucro bruto | | 800.928 | 493.906 | 2.802.765 | 1.334.587 |
| Despesas com vendas | 27 | (67.020) | (51.689) | (197.736) | (175.387) |
| Despesas administrativas | 27 | (179.253) | (208.511) | (409.025) | (381.393) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 12 | 1.264.909 | 193.647 | (2.534) | (2.342) |
| Ajuste de preço de aquisição | 12 | 447.971 | - | 447.971 | - |
| Outras despesas operacionais, líquidas | 28 | 76.408 | (2.686) | 303.047 | (26.945) |
| Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social | | 2.343.943 | 424.667 | 2.944.488 | 748.520 |
| Receitas financeiras | 29 | 113.599 | 74.724 | 497.639 | 140.132 |
| Despesas financeiras | 29 | (106.871) | (34.902) | (406.804) | (287.495) |
| Resultado financeiro líquido | | 6.728 | 39.822 | 90.835 | (147.363) |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | 2.350.671 | 464.489 | 3.035.323 | 601.157 |
| Imposto de renda e contribuição social | 21 | (365.907) | (96.823) | (1.031.490) | (230.942) |
| Lucro líquido do exercício | | 1.984.764 | 367.666 | 2.003.833 | 370.215 |
| Lucro atribuído a: | | | | | |
| Participação dos controladores | | | | 1.984.764 | 367.666 |
| Participação dos não controladores | | | | 19.069 | 2.549 |
| Lucro por ação (expressos em reais) | 30 | | | | |
| Ordinárias | | 19,74 | 3,62 | | |
| Preferenciais "A" | | 21,71 | 3,98 | | |
| Preferenciais "B" | | 21,71 | 3,98 | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Unipar Carbocloro S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------|--------------------|-------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Lucro líquido do exercício | 1.984.764 | 367.666 | 2.003.833 | 370.215 |
| Outros componentes do resultado abrangente que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado | 219.189 | 83.299 | 222.206 | 84.612 |
| Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios pós emprego de controladas | 5.546 | (4.184) | 5.623 | (4.250) |
| Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego de controladas | (1.801) | 1.353 | (1.826) | 1.374 |
| Ganhos (Perda) atuariais de plano de benefícios pós emprego | 91 | 442 | 91 | 442 |
| Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego | (31) | (150) | (31) | (150) |
| Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação) | 240.441 | 90.572 | 243.797 | 92.007 |
| Ajuste na conversão de informações financeiras de controlada no exterior | (25.057) | (4.734) | (25.448) | (4.811) |
| Total do resultado abrangente do exercício | 2.203.953 | 450.965 | 2.226.039 | 454.827 |
| Resultado abrangente total atribuível a: | | | | |
| Participação dos controladores | | | 2.203.953 | 450.965 |
| Participações de não controladores | | | 22.086 | 3.862 |
| | | | 2.226.039 | 454.827 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Unipar Carbocloro S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

| | Capital social | Ações em tesouraria | Reservas de Lucros | Outros Resultados Abrangentes | Lucros acumulados | Total da participação dos acionistas da Companhia | Participação dos Não Controladores | Patrimônio Líquido Consolidado |
|---|-----------------------|----------------------------|---------------------------|--------------------------------------|--------------------------|--|---|---------------------------------------|
| Em 31 de dezembro de 2019 | 699.002 | (101.459) | 736.249 | 139.261 | - | 1.473.053 | 10.170 | 1.483.223 |
| Cancelamento de ações em tesouraria (Nota 29 (d)) | - | 219.736 | (219.736) | - | - | - | - | - |
| Recompra de ações em tesouraria (Nota 29 (d)) | - | (144.201) | - | - | - | (144.201) | - | (144.201) |
| Plano de outorga de ações restritas | - | 24.770 | 3 | - | - | 24.773 | - | 24.773 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 367.666 | 367.666 | 2.549 | 370.215 |
| Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados | - | - | 7.738 | - | - | 7.738 | - | 7.738 |
| Dividendos intermediários (Nota 31) | - | - | - | - | (72.000) | (72.000) | - | (72.000) |
| Dividendos propostos (Nota 31) | - | - | - | - | (15.321) | (15.321) | - | (15.321) |
| Constituição de reservas (Nota 25) | - | - | 280.345 | - | (280.345) | - | - | - |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | 83.299 | - | 83.299 | 1.313 | 84.612 |
| Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios pós emprego de controladas | - | - | - | (4.184) | - | (4.184) | (66) | (4.250) |
| Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego de controladas | - | - | - | 1.353 | - | 1.353 | 21 | 1.374 |
| Ganhos (Perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego | - | - | - | 442 | - | 442 | - | 442 |
| Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego | - | - | - | (150) | - | (150) | - | (150) |
| Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação) | - | - | - | 90.572 | - | 90.572 | 1.435 | 92.007 |
| Ajuste na conversão de informações financeiras de controlada no exterior | - | - | - | (4.734) | - | (4.734) | (77) | (4.811) |
| Em 31 de dezembro de 2020 | 699.002 | (1.154) | 804.599 | 222.560 | - | 1.725.007 | 14.032 | 1.739.039 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Unipar Carbocloro S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

| | Capital social | Ações em tesouraria | Reservas de Lucros | Outros Resultados Abrangentes | Lucros acumulados | Total da participação dos acionistas da Companhia | Participação dos Não Controladores | Patrimônio Líquido Consolidado |
|---|----------------|---------------------|--------------------|-------------------------------|-------------------|---|------------------------------------|--------------------------------|
| Em 31 de dezembro de 2020 | 699.002 | (1.154) | 804.599 | 222.560 | - | 1.725.007 | 14.032 | 1.739.039 |
| Recompra de ações em tesouraria (Nota 29 (d)) | - | (247) | - | - | - | (247) | - | (247) |
| Plano de outorga de ações restritas | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 1.984.764 | 1.984.764 | 19.069 | 2.003.833 |
| Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados | - | - | 4.549 | - | - | 4.549 | - | 4.549 |
| Dividendos intermediários (Nota 31) | - | - | (154.831) | - | - | (154.831) | - | (154.831) |
| Dividendos propostos (Nota 31) | - | - | - | - | (1.491.515) | (1.491.515) | - | (1.491.515) |
| Constituição de reservas (Nota 25) | - | - | 493.249 | - | (493.249) | - | - | - |
| Compra de participação de acionistas não controladores em controlada - líquido dos efeitos tributários | - | - | - | 1.827 | - | 1.827 | (3.424) | (1.597) |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | 219.189 | - | 219.189 | 3.017 | 222.206 |
| Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios pós emprego de controladas | - | - | - | 5.546 | - | 5.546 | 77 | 5.623 |
| Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego de controladas | - | - | - | (1.801) | - | (1.801) | (25) | (1.826) |
| Ganhos (Perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego de planos de benefícios pós emprego | - | - | - | 91 | - | 91 | - | 91 |
| Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego | - | - | - | (31) | - | (31) | - | (31) |
| Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação) | - | - | - | 240.441 | - | 240.441 | 3.356 | 243.797 |
| Ajuste na conversão de informações financeiras de controlada no exterior | - | - | - | (25.057) | - | (25.057) | (391) | (25.448) |
| Em 31 de dezembro de 2021 | 699.002 | (1.401) | 1.147.566 | 443.576 | - | 2.288.743 | 32.694 | 2.321.437 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Unipar Carbocloro S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa líquido Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | | |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 2.350.671 | 464.489 | 3.035.323 | 601.157 |
| Depreciação e amortização | 90.086 | 87.448 | 219.353 | 197.951 |
| Efeito da Aplicação do IAS 29 (Hiperinflação) | - | - | 61.821 | (6.830) |
| Baixas de ativos | 1.071 | 340 | 1.623 | 968 |
| Provisões (reversão) para demandas judiciais | 16.509 | (2.400) | 48.837 | (674) |
| Provisões de contingências ambientais | 2.765 | - | 41.167 | 12.045 |
| Provisão (Reversão) de juros, variações cambiais e outros encargos sobre empréstimos e débitos com terceiros | 7.665 | (21.206) | 151.141 | 246.897 |
| Provisão (Reversão) de créditos de liquidação duvidosa | (453) | (3.771) | 1.259 | (1.554) |
| Reversão para ajustes de estoques | - | - | (368) | - |
| Provisão de encargos de energia elétrica | - | 1.433 | - | 3.627 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (1.264.909) | (193.647) | 2.534 | 2.342 |
| Pagamento baseado em ações | - | 24.770 | - | 24.770 |
| Provisão de Receitas com Contrato de Servidão | - | (1.600) | - | (1.600) |
| Receita com créditos reembolsáveis | (7.452) | - | (7.452) | - |
| Crédito PIS e COFINS (Exclusão ICMS da base de cálculo), corrigidos | (122.794) | - | (705.485) | - |
| | 1.073.159 | 355.856 | 2.849.753 | 1.079.099 |
| Variações nos ativos e passivos | | | | |
| Contas a receber de clientes | (78.126) | 692 | (143.423) | (150.716) |
| Impostos a recuperar | 43.470 | 6.270 | 80.688 | 25.386 |
| Estoques | (43.821) | (3.149) | (241.183) | 2.843 |
| Outros ativos | (45.526) | (8.163) | (52.469) | 34.414 |
| Fornecedores | 25.644 | (2.560) | 137.197 | 30.760 |
| Salários e encargos sociais | 19.007 | 18.192 | 43.438 | 57.095 |
| Impostos, taxas e contribuições | 6.364 | 38.853 | (16.637) | 111.501 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (9.882) | (8.991) | (122.871) | (51.565) |
| Obrigações de benefícios aos empregados | (105) | 54 | 3.853 | (142) |
| Outros passivos | 42.293 | 1.566 | 54.714 | 8.111 |
| | (40.682) | 42.764 | (256.693) | 67.687 |
| Caixa gerado pelas operações | 1.032.477 | 398.620 | 2.593.060 | 1.146.786 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (103.962) | (62.964) | (303.159) | (78.150) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 928.515 | 335.656 | 2.289.901 | 1.068.636 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | | |
| Aplicações financeiras líquidas de resgates | (350.086) | 76.934 | (1.102.364) | 24.249 |
| Compras de imobilizado e intangível | (59.126) | (45.298) | (266.310) | (132.264) |
| Aquisição de participação em empresa controlada | (1.034) | - | (1.034) | - |
| Aquisição de participação em empresa controlada em conjunto | (8.769) | (30.547) | (8.769) | (30.547) |
| Aporte de capital em empresa investida | (35.700) | (12.500) | (35.700) | (12.500) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | (454.715) | (11.411) | (1.414.177) | (151.062) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | | |
| Amortização de Empréstimos/ Debêntures | (325.286) | (157.156) | (1.052.919) | (228.357) |
| Pagamento de juros e outros encargos sobre empréstimos | (48.824) | (30.586) | (75.525) | (68.743) |
| Dividendos pagos | (1.365.042) | (110.562) | (1.365.042) | (110.562) |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 1.050.001 | 203.000 | 1.050.001 | 263.705 |
| Recuperação de ações em tesouraria | (248) | (144.201) | (248) | (144.201) |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento | (689.399) | (239.505) | (1.443.733) | (288.158) |
| Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa de controlada no exterior | - | - | (25.666) | (6.089) |
| Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa | (215.599) | 84.740 | (593.675) | 623.327 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 371.734 | 286.994 | 924.852 | 301.525 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 156.135 | 371.734 | 331.177 | 924.852 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Unipar Carbocloro S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------------|-----------|--------------------|-------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Receitas | | | | |
| Vendas brutas de produtos e serviços | 2.057.010 | 1.454.674 | 7.735.784 | 4.831.339 |
| Resultado na venda de ativos imobilizados e outros | (973) | (149) | (5.365) | (3.377) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 453 | 3.771 | (1.259) | 1.554 |
| | 2.056.490 | 1.458.296 | 7.729.160 | 4.829.516 |
| Insumos adquiridos de terceiros | | | | |
| Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados | (690.039) | (538.652) | (3.409.539) | (2.398.263) |
| Materiais, energia e serviços de terceiros | (247.802) | (255.190) | (540.831) | (520.609) |
| | (937.841) | (793.842) | (3.950.370) | (2.918.872) |
| Valor adicionado bruto | 1.118.649 | 664.454 | 3.778.790 | 1.910.644 |
| Depreciação e amortização | (90.086) | (87.448) | (219.353) | (197.951) |
| Valor adicionado líquido produzido pela entidade | 1.028.563 | 577.006 | 3.559.437 | 1.712.693 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | | | |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 1.264.909 | 193.647 | (2.534) | (2.342) |
| Receitas financeiras | 113.599 | 74.724 | 497.638 | 140.132 |
| Outros | 426.750 | 7.377 | 421.975 | 7.377 |
| Valor adicionado total a distribuir | 2.833.821 | 852.754 | 4.476.516 | 1.857.860 |
| Distribuição do valor adicionado | | | | |
| Pessoal | | | | |
| Remuneração direta | (88.782) | (109.323) | (385.192) | (328.883) |
| Benefícios | (27.598) | (24.605) | (84.570) | (68.904) |
| FGTS | (8.014) | (7.410) | (60.130) | (45.480) |
| | (124.394) | (141.338) | (529.892) | (443.267) |
| Impostos, taxas e contribuições | | | | |
| Federais | (362.471) | (193.422) | (1.002.790) | (486.405) |
| Estaduais | (226.309) | (102.050) | (450.817) | (218.950) |
| Municipais | (2.631) | (2.436) | (25.626) | (16.338) |
| | (591.411) | (297.908) | (1.479.233) | (721.693) |
| Remuneração de capitais de terceiros | | | | |
| Juros e variações cambiais | (102.432) | (33.655) | (301.365) | (282.231) |
| Aluguéis | (1.922) | (1.804) | (1.947) | (1.828) |
| Outros | (28.898) | (10.383) | (160.247) | (38.626) |
| | (133.252) | (45.842) | (463.559) | (322.685) |
| Remuneração de capitais próprios | | | | |
| Dividendos | (1.491.515) | (87.321) | (1.491.515) | (87.321) |
| Prejuízos (lucros) retidos | (493.249) | (280.345) | (493.248) | (280.345) |
| Participação de não controladores | - | - | (19.069) | (2.549) |
| | (1.984.764) | (367.666) | (2.003.832) | (370.215) |
| Valor adicionado distribuído | (2.833.821) | (852.754) | (4.476.516) | (1.857.860) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Unipar Carbocloro S.A. ("Unipar" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327 – 22º andar. Itaim Bibi - São Paulo– SP. As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sobre os códigos UNIP3, UNIP5 e UNIP 6.

A Unipar tem como atividades preponderantes a fabricação de cloro, derivados de cloro e soda cáustica.

A Unipar é controlada pela Vila Velha S.A. Administração e Participações ("Vila Velha"). Em 31 de dezembro de 2021 a Vila Velha possuía 17,4% (em 31 de dezembro de 2020 - 21,5%) do capital total da Unipar e 49,7% (em 31 de dezembro de 2020 - 61,5%) de suas ações ordinárias.

A Unipar é controladora da Unipar Indupa S.A.I.C. ("Indupa Argentina") e detém ações que representam 98,63% (em 31 de dezembro de 2020 - 98,44%) do capital votante desta Companhia. Em sua operação, a Indupa Argentina possui uma planta localizada na cidade de Bahía Blanca com capacidade instalada para produção de 240 mil toneladas de PVC e 186 mil toneladas de soda ("Informação não auditada pelos auditores independentes"). A Indupa Argentina também é detentora de 58% do capital social total da Solalban Energía S.A., empresa Argentina que possui ativos de geração de energia em seu próprio país. Adicionalmente, a Indupa Argentina também detém ações representativas de 100% do capital social votante e total da Unipar Indupa do Brasil S.A. ("Indupa Brasil"), proprietária de uma planta localizada na cidade de Santo André – SP, com capacidade de produção de 300 mil toneladas de PVC e 180 mil toneladas de soda, ("Informação não auditada pelos auditores independentes").

A Companhia também possui investimento em controlada em conjunto (*Joint Venture*) com a AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê") através da aquisição de 50% das ações da Tucano III como controle compartilhado com a AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê"). O Acordo de Investimento tem o objetivo a geração total de 155 MW de energia eólica, equivalentes a 78 MW médios de energia assegurada. A fazenda eólica está em construção e faz parte do complexo eólico Tucano, localizado no Estado da Bahia.

A Companhia celebrou em 16 de julho de 2021 Contrato de Outorga de Opção de Compra ("Opção de Compra") com a Atlas Lar do Sol Holding Ltda. ("Atlas Renewable Energy") para que a Companhia tenha o direito de se tornar sócia de sociedades de propósito específico ("SPEs"), após o cumprimento das condições precedentes ao negócio, com a finalidade de desenvolver projetos de geração de energia solar em estágio *greenfield* localizado na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais, em conjunto com a Atlas Renewable Energy, possibilitando, assim o regime de autoprodução de energia por equiparação ("Projeto").

O Projeto possui 239 MWp de capacidade solar instalada, sendo que 49 MW médios serão comercializados por meio de um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica de longo prazo firmado, nesta data, entre as SPEs e a Companhia, com início do período de suprimento estimado para 2024 ("PPA").

A celebração da Opção de Compra, em conjunto com o PPA, assim como a operação divulgada no Fato Relevante de 03 de setembro de 2020, são consistentes com a estratégia da Companhia de (i) diversificação de sua matriz de energia a partir de fontes renováveis; (ii) acesso a insumos que fazem parte de seu processo produtivo; e (iii) aumento da competitividade ao poder fruir dos benefícios relacionados a autoprodução de energia por equiparação. Este projeto foi aprovado pelo. As informações sobre a capacidade energética e capacidade operacional não foram auditadas pelos auditores independentes.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

A controlada Indupa Brasil, possui um contrato de intenção de compra em uma segunda (Joint Venture) com a AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê") para construção e operação de um novo parque eólico. O projeto será desenvolvido no complexo eólico Cajuína nas cidades de Lajes, Pedro Avelino, Angicos e Fernando Pedroza, no Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade eólica de 91 MW, dos quais 40 MW médios serão comercializados com a Unipar através de um contrato de compra de energia com prazo de 20 anos com início de vigência em 2024 e sob regime de autoprodução. Este projeto foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 23 de fevereiro de 2022.

A controlada Indupa Brasil implementará projeto de ampliação da produção de cloro em 29 mil toneladas ao ano, e de soda cáustica em 32 mil toneladas ao ano na planta situada em Santo André/SP. O projeto contempla, também, a construção de um forno de ácido clorídrico com capacidade de 91 mil toneladas ao ano e prevê investimentos de cerca de R\$ 100 milhões, com início estimado da operação no 2º semestre de 2023.

Desta forma, o Grupo Unipar aumentará sua capacidade instalada de produção, no Brasil, para 545 mil toneladas de cloro, 615 mil toneladas de soda cáustica e 755 mil toneladas de ácido clorídrico.

A expansão da produção está em linha com a estratégia da Companhia de fortalecimento da sua posição no mercado de cloro, soda cáustica e produtos químicos derivados. As informações sobre a capacidade energética e capacidade operacional não foram auditadas pelos auditores independentes.

COVID - 19

A Companhia está trabalhando ativamente nas medidas de prevenção para auxiliar no controle da disseminação do Coronavírus ("COVID-19"), coordenado por um Comitê de Crise, reforçou os protocolos de higiene, propagando informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos e seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde ("OMS"), cancelando eventos internos e viagens adotando meios eletrônicos de comunicação, flexibilizando rotinas de trabalho para evitar aglomerações, adesão de trabalho remoto para diversos grupos de profissionais, dentre outras iniciativas.

No segundo semestre de 2020 e durante o ano de 2021 a Administração da Companhia identificou uma normalização e aumento da demanda da resina de PVC. Os produtos cloro e soda da Companhia fazem parte da cadeia de abastecimento de itens de primeira necessidade para a população, relacionados ao segmento alimentício, produtos de limpeza, higiene pessoal e hospitalar e para estes mercados foram mantidas suas previsões de produção e vendas. Em todas as análises, sendo de forma consolidada ou por planta, a administração ressalta que não há risco na continuidade de seus negócios.

Em relação as volatilidades do mercado financeiro, incluindo os efeitos de desvalorização da moeda nacional frente ao dólar americano, a Companhia conta com robusta posição de caixa e perfil de dívida alongado e controlado. Os *covenants* financeiros são monitorados frequentemente, independente da crise gerada pelo COVID-19 e todas as cláusulas estão sendo cumpridas.

Diante do atual cenário, a Administração da Companhia analisou eventuais impactos frente as suas estimativas, julgamentos e premissas que pudessem impactar na recuperabilidade dos seus ativos e afetar a mensuração das provisões apresentadas nas referidas demonstrações financeiras por aumento de perdas esperadas ou alteração significativa aos riscos que a Companhia está exposta.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

Esta revisão considerou os eventos subsequentes ocorridos até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não foram identificados efeitos significativos que deveriam estar refletidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais da Unipar estão identificadas como “Controladora” e as demonstrações financeiras consolidadas estão identificadas como “Consolidado”.

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia e controladas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, normas emitidas pela CVM e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

2.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

As transações em moeda estrangeira da Companhia e das controladas são convertidas para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

2.3.2. Conversão das demonstrações financeiras da Indupa Argentina

As demonstrações financeiras da Indupa Argentina, incluídas na consolidação foram elaboradas em pesos argentinos, que é sua moeda funcional e foram convertidas para reais conforme a seguir:

- Os saldos ativos e passivos foram convertidos à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2021 e de 2020;
- As contas de resultado foram convertidas pela taxa final para os exercícios apresentados;

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

- Os ativos e passivos para cada balanço patrimonial apresentado são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação das transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro do período, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

As taxas de câmbio em Reais em vigor na data base destas demonstrações financeiras são as seguintes:

| Taxa final | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
|----------------|---------------------------|---------------------------|
| Peso argentino | 0,05 | 0,06 |

2.4. Consolidação e aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram considerados os resultados da controlada direta Indupa Argentina e indireta Indupa Brasil.

- A Companhia aplicou o CPC 42 (IAS 29) – “Contabilidade em economia hiperinflacionária” como prática contábil para fins de Contabilidade e Evidenciação de Economia Altamente Inflacionária, seguindo a metodologia aplicada para estas demonstrações financeiras.

O índice utilizado para cálculo do ajuste por inflação é divulgado pela *Federación de Consejos Profesionales de Argentina* (FACPCE). A variação acumulada da inflação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de 50,94% (em 31 de dezembro de 2020 – 36,14%).

2.5. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de março de 2022.

3. Principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez. Tais ativos são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses recursos são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas.

3.2. Ativo Mantido para Venda

Para qualquer tipo de imóvel recebido em garantia para pagamento de títulos vencidos de clientes inadimplentes, o seu registro na Companhia segue a orientação do CPC 31 - ativo não circulante mantido para venda.

Quanto à classificação de ativo não circulante como mantido para venda:

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

A entidade deve classificar um ativo não circulante como mantido para venda se o seu valor contábil for recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo;

Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável.

Para que a venda seja altamente provável, o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano.

O ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Deve-se esperar que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação, e as ações necessárias para concluir o plano devem indicar que é improvável que possa haver alterações significativas no plano ou que o plano possa ser abandonado.

Acontecimentos ou circunstâncias podem estender o período de conclusão da venda para além de um ano. A extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não impede que o ativo seja classificado como mantido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da entidade e se houver evidência suficiente de que a entidade continua comprometida com o seu plano de venda do ativo.

A entidade deve mensurar o ativo ou o grupo de ativos não circulantes classificados como mantidos para venda pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

3.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

3.3.1. Ativos financeiros

Conforme o CPC 48/IFRS 9, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes; ou valor justo por meio de resultado.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

a) Instrumentos patrimoniais ao valor justo e outros resultados abrangentes

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado a menos que os dividendos representem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado

Sob o CPC 48/IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a Valor Justo por meio do Resultado:

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado a Valor Justo Outros Resultados Abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a Valor Justo por meio do Resultado:

É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados da seguinte forma:

Custo amortizado

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e

Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

b) Custo amortizado e método da tarifa efetiva de juros

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial. O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica “Receitas financeiras – receita de equivalentes de caixa e Títulos e Valores mobiliários” (nota explicativa nº 29).

c) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não façam parte de uma relação de hedge designada. O valor justo é determinado da maneira descrita na nota explicativa nº 2.2.

A Companhia não designou instrumentos da dívida ao valor justo por meio do resultado.

Note-se que a Companhia também não possui ativos financeiros mensuráveis ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

3.3.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“*Impairment*”).

Uma provisão para “*Impairment*” é reconhecida na ocorrência de um ou mais eventos, após o reconhecimento inicial dos ativos, que possam afetar negativamente seus fluxos de caixa futuros estimados. O efeito negativo nesses fluxos de caixa deve ser estimado de maneira confiável.

Os principais indicadores usados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por “*Impairment*” incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

- Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira que afete negativamente os fluxos de caixa esperados para o ativo; e
- Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante da perda por “*Impairment*” é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente de seus fluxos de caixa futuros estimados. Na determinação destes fluxos de caixa, excluem-se os prejuízos de crédito futuro ainda não incorridos e é utilizada a taxa de desconto original dos ativos financeiros. No caso de empréstimos e recebíveis, a provisão para “*Impairment*”, também chamada de provisão para créditos de liquidação duvidosa, é registrada quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de arrecadar todos os valores devidos na transação.

Se, em um período subsequente, uma melhoria nos indicadores apontar para a diminuição ou mesmo eliminação da perda por “*Impairment*”, a reversão dessa perda registrada anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado.

Além da prática citada acima a Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (“PCE”) sobre valores a receber de clientes. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do instrumento financeiro.

A Companhia sempre reconhece a PCE durante a vida útil para contas a receber. As perdas de crédito esperadas sobre esses ativos financeiros são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de perda de crédito histórica da Companhia, ajustada com base em fatores específicos dos devedores. Historicamente, a perda de crédito da Companhia mostra-se irrelevante, havendo perdas para clientes que eventualmente decretam falência ou recuperação judicial. Para esses casos pontuais, a Companhia reconhece PCE de 100% do saldo em aberto e cessa vendas de produtos.

3.3.3. Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- a Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”.

3.3.4. Passivos Financeiros

Os instrumentos da dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado consideram o método da taxa de juros efetiva. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

3.3.5. Passivo financeiro subsequentemente mensurado ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

3.3.5.1. Ganho ou perda de variação cambial

Para passivos financeiros denominados em moeda estrangeira e mensurados ao custo amortizado no final de cada período de relatório, os ganhos ou as perdas de variação cambial são determinados com base no custo amortizado dos instrumentos. Esses ganhos e perdas de variação cambial são reconhecidos na rubrica “Variações cambiais” no resultado financeiro (nota explicativa nº 29) para passivos financeiros que não fazem parte de uma relação de hedge designada. Para aqueles designados como instrumento de hedge para proteção contra o risco de câmbio, os ganhos e as perdas de variação cambial são reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados em um componente separado do patrimônio.

Valor justo dos passivos financeiros denominados em moeda estrangeira é determinado naquela moeda estrangeira e convertido com base na taxa à vista no encerramento do exercício. Para passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, o componente de câmbio é parte integrante dos ganhos ou perdas de valor justo e é reconhecido no resultado para passivos financeiros que não fazem parte de uma relação de hedge designada.

3.3.5.2. Baixa de passivo financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, substituída, cancelada, alterada ou expirar.

A companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Quando a Companhia e suas controladas permutam com o credor existente um instrumento da dívida por outro com termos e condições substancialmente diferentes, essa permuta é contabilizada como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo financeiro. Igualmente, a Companhia e suas controladas contabilizam a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo. Os termos e as condições são considerados substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa de acordo com os novos termos e condições, incluindo eventuais honorários pagos líquidos dos honorários recebidos e descontados usando a taxa original efetiva, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa remanescente do passivo financeiro original. Se a modificação não for substancial, a diferença

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

entre: (i) o valor contábil do passivo antes da modificação; e (ii) o valor presente dos fluxos de caixa após a modificação é reconhecido no resultado como ganho ou perda de modificação em “Outros ganhos e perdas”.

3.4. Estoques

São registrados ao custo de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda, utilização na operação ou por ajuste a valores de mercado.

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos são compostos pelos custos diretos de materiais e, se aplicável, pelos custos diretos de mão-de-obra e pelos custos gerais incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos custos estimados para conclusão e custos necessários para a comercialização, venda e distribuição dos estoques.

3.5. Tributos a recuperar

São registrados ao custo histórico e, se aplicável, corrigidos conforme a legislação vigente.

3.6. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais feitos para garantir disputas nas quais a Companhia encontra-se no polo passivo e cuja probabilidade de perda da causa é provável encontram-se apresentados no grupo de provisões para demandas judiciais, como contas redutoras dos passivos constituídos. Os demais depósitos encontram-se classificados no ativo da Companhia.

3.7. Ativos intangíveis de vida útil definida

Os principais ativos classificados nesta categoria referem-se aos softwares e representam os gastos diretamente associados e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. As taxas de depreciação estão descritas na nota explicativa nº14. Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, as quais são avaliadas anualmente. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo

3.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada que é calculada pelo método linear durante a vida útil do ativo. Os custos de aquisição/construção incluem gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições necessárias para seu uso. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) - Custo de Empréstimos.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos adquiridos para locação inclui os custos diretos para disponibilizar os ativos no local e em condições necessárias para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. O custo de ativos construídos pelas próprias Companhias inclui o custo de materiais e mão de obra direta.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Custos subsequentes

São capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos incorporados no componente fluirão para as Companhias e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrente são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que as Companhias obterão a propriedade do bem no fim do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As Taxas de depreciação de cada grupo de itens do ativo imobilizado são demonstradas na nota explicativa nº 13.

3.9. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização. Tais ativos são testados anualmente para verificar se há evidências de perdas não recuperáveis (*Impairment*) de seu valor. Para os ativos que estão sujeitos à amortização, o teste de *Impairment* é feito sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O teste de *Impairment* compara o valor contábil do ativo com seu valor recuperável. Este último é definido como o maior montante entre preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Quando o valor recuperável de um ativo é menor do que seu valor contábil, é constituída provisão para perdas, em contrapartida ao resultado do exercício. No caso do ágio, qualquer provisão para perdas constituída é irreversível. Para os demais ativos não financeiros, caso os testes indiquem que a provisão para *Impairment* não é mais necessária, essa provisão pode ser revertida.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

3.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, resultante de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar esta obrigação. Além dos pré-requisitos já citados, uma provisão deve ser constituída somente quando uma estimativa confiável do valor da saída de recursos puder ser preparada.

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para reestruturação são reconhecidas quando a Companhia traça um plano formal detalhado para a reestruturação e cria naqueles afetados pelo plano uma expectativa válida de que a reestruturação será iniciada com a implementação do plano ou o anúncio dos seus principais aspectos. A mensuração da provisão para reestruturação inclui apenas os gastos diretos resultantes da reestruturação, que são aqueles valores necessariamente resultantes da reestruturação e não associados às atividades em andamento da entidade.

3.11. Benefícios aos empregados

3.11.1. Benefícios de curto prazo a empregados

3.11.1.1. Participação nos lucros

A Companhia provisiona o valor estimado da participação de empregados nos lucros, em contrapartida ao resultado do exercício. O cálculo da provisão leva em consideração as metas divulgadas aos colaboradores e os resultados atingidos pela Companhia.

3.11.2. Benefícios pós emprego

3.11.2.1. Benefícios na modalidade de contribuição definida

A Companhia possui plano de pensão na modalidade de contribuição definida segundo o qual faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar eventuais benefícios futuros esperados pelos empregados. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

3.11.2.2. Benefícios na modalidade de benefício definido

A Companhia possui planos com esta característica nos quais os custos esperados são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil utilizada para os planos de pensão de benefício definido. A Companhia tem obrigações legais para suportar em caso de déficit destes planos. As obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

em “Outros resultados abrangentes” e não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado

3.11.3. Benefícios de longo prazo

3.11.3.1. Gratificação por Tempo de Serviço

A Companhia possui plano de gratificação por tempo de casa com esta característica nos quais os custos esperados são acumulados ao longo do tempo, além das reavaliações anuais realizadas por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em “Outros resultados abrangentes” e não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado.

3.11.4. Benefícios rescisórios

3.11.4.1. Benefícios na modalidade de benefício definido

A Companhia possui plano com esta característica nos quais os custos esperados são acumulados ao longo do tempo, além das reavaliações anuais realizadas por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em “Outros resultados abrangentes” e não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado.

3.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

3.12.1. Impostos Correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia e suas controladas são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

3.12.2. Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante do reconhecimento inicial de ágio.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em joint ventures, exceto quando a Companhia for capaz de controlar a reversão das diferenças temporárias e quando for provável que essa reversão não irá ocorrer em um futuro previsível. Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a tais investimentos e participações somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando sua reversão for provável em um futuro previsível.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

3.13. Reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- Quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- Quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando a Companhia puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da Companhia não se modifiquem como resultado do contrato);

Quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

3.14. Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais

Custos ambientais são relacionados as operações normais e são registradas como despesa ou capitalizadas conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis, há expectativa de saídas de recursos para saná-los e o custo pode ser razoavelmente estimado, através de discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a estimativa da natureza e extensão da restauração que pode ser requerida.

O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados, como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável.

3.15. DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.16. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório somente é provisionado na data de sua aprovação, em Assembleia Geral de Acionistas, ou na data de seu pagamento, se for anterior. Na demonstração de fluxo de caixa apresentamos como componente das atividades de financiamento.

3.17. Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. O valor contábil desses investimentos inclui o desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial e ágio.

Nas demonstrações financeiras consolidadas as controladas são integralmente consolidadas e a participação de não controladores é apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas como parte integrante do patrimônio líquido, assim como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle foi obtido.

Quando necessário, as demonstrações financeiras de suas controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às estabelecidas pela Companhia. Todas as transações e saldos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados.

Controlada em conjunto (joint venture) é um acordo conjunto por meio do qual as partes, que detêm o controle em conjunto do acordo contratual, têm direitos sobre os ativos líquidos desse acordo.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, o investimento em controlada em conjunto é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado pelo método de aquisição e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado.

O investimento na controlada em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se tornou uma controlada em conjunto. Na aquisição do investimento de controlada em conjunto, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida deve ser reconhecido como ágio, que deve ser incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido.

As exigências da IAS 36 (CPC 01 (R1)) são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento da Companhia em uma controlada. Quando necessário, o valor contábil total do investimento (incluindo ágio) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36 (CPC 01 (R1)) como um único ativo comparando seu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo da alienação) com seu valor contábil. As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas não são alocadas a qualquer ativo, incluindo o ágio que faz parte do valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com a IAS 36 (CPC 01 (R1)) na extensão em que o valor recuperável do investimento aumenta posteriormente.

Quando uma entidade da Companhia realizar transação com coligada do grupo, os lucros e prejuízos resultantes da transação com a coligada serão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia somente na extensão das participações na coligada que não estejam relacionadas ao grupo.

- Aquisição de investimento controlado em conjunto

Conforme mencionado acima, a aquisição de investimento em controlada em conjunto foi contabilizada pelo método de aquisição. A contraprestação transferida foi mensurada ao valor justo na data de aquisição do controle compartilhado. Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis foram reconhecidos pelo valor justo.

3.18. Transações com pagamentos baseados em ações

O valor justo na data de outorga do acordo de pagamento baseado em ações concedido ao empregado é reconhecido como despesa de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que o empregado adquire incondicionalmente o direito ao benefício conforme detalhada na nota explicativa nº24.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

3.19. Pagamento de juros e outros encargos sobre empréstimos

A Companhia, com base no CPC 3 (R2), optou em reconhecer os juros pagos sobre empréstimos nas atividades de financiamento em sua demonstração de fluxo de caixa, considerando que são custos de obtenção de recursos financeiros e não relacionados como forma de retorno para sua operação.

3.20. Informação por segmento

A Administração da Companhia, responsável por tomar decisões operacionais, alocação de recursos, avaliação de desempenho e tomada das decisões estratégicas, analisa a Companhia como segmento operacional único, considerando principalmente que os processos de produção e natureza dos produtos são semelhantes.

3.21. IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

a) Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros

Fase 1 da Reforma da Taxa de Juros de Referência —Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7).

Estas alterações modificam requerimentos específicos de contabilidade hedge para permitir manter a contabilidade de hedge, para os hedges impactados, durante o período no qual os objetos de hedge ou instrumentos de hedge são alterados como consequência da reforma do índice de referência da taxa de juros.

Fase 2 da Reforma da Taxa de Juros de Referência—Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16

A adoção dessas alterações permite refletir os efeitos da transição das taxas interbancárias (“interbank offered rates – IBOR”) para taxas de juros de referência alternativas (também denominadas taxas livres de risco ou “risk free rates – RFRs”) sem resultar em impactos contábeis que não forneceriam informações úteis para os usuários das demonstrações financeiras.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e concluiu que o mesmo não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16—Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19

No exercício anterior a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações à IFRS 16) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16. Esse expediente prático estava disponível para concessões de aluguel para as quais qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afetava os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021. Em março de 2021, o Board emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 após 30 de junho de 2021 (Alterações à IFRS 16) que estende o expediente prático para aplicação a esses pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e concluiu que o mesmo não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.22. IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

a) IFRS 17 - Contratos de Seguro

A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11).

b) Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture

Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou *joint venture* contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou *joint venture*. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou *joint venture* contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou *joint venture*.

c) Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

d) Alterações à IFRS 3 – Combinações de negócios - Referência à Estrutura Conceitual

As alterações atualizam a IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 – Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Finalmente, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios. As alterações são aplicáveis a combinações de negócios cuja data de aquisição ocorra em ou após o início do primeiro período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2022.

e) Alterações à IAS 16 – Imobilizado — Recursos Antes do Uso Pretendido

As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 - Estoques.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

As alterações esclarecem ainda o significado de 'testar se um ativo está funcionando adequadamente'. Atualmente, a IAS 16 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos.

As alterações são aplicadas retrospectivamente, mas apenas para itens do imobilizado que são levados ao local e na condição necessária para que os mesmos sejam capazes de operar da maneira pretendida pela Administração no ou após o início do primeiro período apresentado nas demonstrações financeiras no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez.

A entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) no início do primeiro período apresentado.

f) Alterações à IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato

As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são reapresentados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.

g) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020 - Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos e IAS 41 - Agricultura

As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas.

- IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou *joint venture* que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a).

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez.

- IFRS 16 - Arrendamentos

A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida.

- IAS 41 - Agricultura

A alteração exclui a exigência na IAS 41 para as entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo na IAS 41 às exigências na IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada.

A alteração é aplicável prospectivamente, isto é, mensurações de valor justo na ou após a data em que a entidade aplica inicialmente a alteração.

h) Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Declaração da Prática 2 da IFRS – Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis

As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo “políticas contábeis significativas” por “informações de políticas contábeis relevantes”. As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só.

O Board preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do “processo de materialidade em quatro passos” descrito na Declaração Prática 2 da IFRS.

i) Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro— Definição de Estimativas Contábeis

A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos:

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

- Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro;
- Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores.

O Board acrescentou dois exemplos (Exemplos 4-5) na Orientação sobre a implementação da IAS 8, que acompanha a Norma. O Board excluiu um exemplo (Exemplo 3) uma vez que poderia causar confusão à luz das alterações.

j) Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento.

Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

O Board acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas. As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade reconhece:

- Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos:
 - Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento
 - Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo
- O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.

3.23. Principais julgamentos contábeis e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. A Companhia revisa suas estimativas ao menos anualmente e o grau de revisão depende da natureza das transações e do cenário econômico.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem risco significativo de sofrer ajustes relevantes quando da apuração dos resultados reais estão apresentadas a seguir:

a) Obrigações com benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a seus funcionários que levam ao provisionamento de futuros desembolsos. Para determinar os valores justos destes benefícios e dos ativos que possam cobri-los, a Companhia utiliza premissas atuariais, tais como taxas de mortalidade, invalidez, rotatividade etc., e premissas financeiras, tais como taxas de inflação futura, taxas de desconto etc.

Mudanças no cenário econômico e na expectativa de vida ou de tempo para aposentadoria/desligamento dos beneficiários, entre outras, podem afetar de forma significativa os valores atualmente registrados.

b) Provisões para processos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A determinação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos.

A alteração destas evidências, incluindo resultados de julgamentos similares, em tribunais ou na esfera administrativa, podem alterar as estimativas atualmente registradas pela Companhia.

c) Impairment de ativos não financeiros

A determinação do valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada em métodos de fluxo de caixa descontado, bem como às projeções de fluxos de caixa futuros esperados. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os principais ativos não financeiros sujeitos à avaliação de *Impairment* são os ativos imobilizado e intangível.

d) Recuperabilidade de créditos fiscais diferidos

A Administração realizou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelos órgãos de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal. Os estudos técnicos de viabilidade consideram estimativas que estão relacionadas ao desempenho da Companhia, assim como o comportamento do mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Mudanças no cenário de negócio podem afetar a previsão de recuperabilidade desses créditos

4. Caixa e equivalentes de caixa

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|---------------------------------------|---------------------|-------------|--------------------|-------------|
| | <u>2021</u> | <u>2020</u> | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
| Caixa e bancos | 12.544 | 1.533 | 38.418 | 10.852 |
| Aplicações financeiras de curto prazo | 143.591 | 370.201 | 292.759 | 914.000 |
| | 156.135 | 371.734 | 331.177 | 924.852 |

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, possuem remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, estão sujeitos a um risco insignificante de mudança em seu valor e têm possibilidade de resgate a qualquer momento.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

5. Aplicações financeiras

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------|----------------|---------------|------------------|----------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Cotas de Fundos de Investimentos | <u>402.732</u> | <u>52.646</u> | <u>1.291.272</u> | <u>188.908</u> |
| Circulante | <u>402.732</u> | <u>52.646</u> | <u>1.291.272</u> | <u>188.908</u> |

Os Certificados de Depósito Bancário – CDBs possuem remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI com baixo risco de crédito.

Os fundos de investimentos no consolidado representam 76% da carteira de aplicações financeiras, sendo 2% investido em fundo multimercado e 74% representado por fundos referenciados ao CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento. Mesmo com esta possibilidade, esses saldos estão fora do grupo de equivalentes de caixa por decisão de gestão de tesouraria da Companhia.

Os fundos de investimentos na controladora representam 74% da carteira de aplicações financeiras, sendo 4% investido em fundo multimercado e 70% representado por fundos referenciados ao CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento.

6. Contas a receber de clientes

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|-----------------|-----------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Nacionais | <u>172.464</u> | <u>106.278</u> | <u>633.497</u> | <u>572.724</u> |
| Exterior | <u>139</u> | <u>-</u> | <u>100.589</u> | <u>21.759</u> |
| Partes relacionadas (Nota10) | <u>46.484</u> | <u>34.684</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | <u>(6.733)</u> | <u>(7.186)</u> | <u>(57.830)</u> | <u>(60.391)</u> |
| | <u>212.354</u> | <u>133.776</u> | <u>676.256</u> | <u>534.092</u> |
| Circulante | <u>173.595</u> | <u>105.132</u> | <u>676.256</u> | <u>534.092</u> |
| Não circulante | <u>38.759</u> | <u>28.644</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |

A composição das contas a receber de clientes, por vencimento, é a seguinte:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|-----------------|-----------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Títulos a vencer | <u>161.215</u> | <u>97.460</u> | <u>655.631</u> | <u>517.176</u> |
| Títulos vencidos: | | | | |
| Até 90 dias | <u>4.040</u> | <u>1.270</u> | <u>17.419</u> | <u>10.516</u> |
| De 91 a 180 dias | <u>520</u> | <u>1.392</u> | <u>826</u> | <u>2.509</u> |
| A partir de 180 dias | <u>6.828</u> | <u>6.156</u> | <u>60.210</u> | <u>64.282</u> |
| | <u>172.603</u> | <u>106.278</u> | <u>734.086</u> | <u>594.483</u> |
| Partes Relacionadas | <u>46.484</u> | <u>34.684</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | <u>(6.733)</u> | <u>(7.186)</u> | <u>(57.830)</u> | <u>(60.391)</u> |
| Total da carteira de clientes | <u>212.354</u> | <u>133.776</u> | <u>676.256</u> | <u>534.092</u> |

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”) para contas a receber de clientes é a seguinte:

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------|--------------|----------|-------------|----------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Saldo inicial | (7.186) | (10.957) | (60.391) | (64.520) |
| Adições | - | (1.705) | (1.734) | (4.443) |
| Reversões | 453 | 21 | 475 | 542 |
| Baixa | - | 5.455 | - | 5.455 |
| Ajustes de conversão | - | - | 3.820 | 2.575 |
| Saldo Final | (6.733) | (7.186) | (57.830) | (60.391) |

Historicamente o percentual de perda de crédito esperada da Companhia e suas controladas, para os títulos vencidos até 90 dias aproxima-se de zero. Para os títulos vencidos acima de 90 dias não renegociados e ou clientes que eventualmente decretam falência ou entram em recuperação judicial, a Companhia reconhece perdas de crédito esperadas de 100% do saldo em aberto. A parcela mais significativa de PCLD é composta de casos excepcionais de poucos clientes que decretaram falência ou entraram em recuperação judicial.

As adições e reversões da PCLD são registradas no resultado como “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”. Os valores da provisão são baixados, em conjunto com as contas a receber correspondentes, quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

7. Impostos a recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|--------|-------------|--------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| IRRF/ IRPJ e CSLL a recuperar | - | 3.054 | 6 | 15.004 |
| ICMS | 11.045 | 10.204 | 23.338 | 22.551 |
| PIS e COFINS | 145.576 | - | 728.267 | - |
| INSS a compensar | 1.874 | 1.874 | 1.874 | 1.874 |
| Títulos de precatórios | 1.373 | 1.373 | 1.373 | 1.373 |
| IVA e outros créditos fiscais - Argentina | - | - | 4.744 | 1.744 |
| Restituições a exportações - Argentina | - | - | 1.763 | 1.287 |
| Outros | 537 | 300 | 713 | 405 |
| | 160.405 | 16.805 | 762.078 | 44.238 |
| Circulante | 55.676 | 8.938 | 68.187 | 29.165 |
| Não circulante | 104.729 | 7.867 | 693.891 | 15.073 |

IRRF/ IRPJ/CSLL: Corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre operações financeiras e antecipação/ saldo negativo de imposto de renda e contribuição social, realizáveis com imposto de renda e contribuição a pagar sobre os lucros ou compensáveis com outros tributos federais no caso dos saldos negativos. Em dezembro de 2021 na controladora e na controlada Indupa Brasil foi utilizado IRRF no valor de R\$ 7.320 e R\$ 6.000 respectivamente, para deduzir o valor do IRPJ a ser recolhido.

ICMS: Referem-se a créditos provenientes de aquisições de ativo imobilizado, os quais estão reconhecidos no ativo circulante e não circulante com prazo de amortização de 1/48 avos.

PIS/COFINS: Refere-se ao crédito sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo, sendo na controladora um processo do período de novembro de 2001 a setembro de 2006 conforme requerimento no montante principal de R\$ 34.930 e correção monetária no montante de R\$ 54.742, sendo que este processo já teve o trânsito em julgado e homologação pela Receita Federal para compensação do crédito (compensado em 2021 R\$ 40.848) e outro processo do período de março de 2017 a outubro de 2021 com trânsito em julgado favorável, porém aguardando o deferimento do

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

pedido de habilitação do crédito pela Receita Federal. Este segundo processo está reconhecido no montante principal de R\$ 87.864, e correção monetária no montante de R\$ 8.888. Na controlada Indupa do Brasil temos um processo do período de março de 2003 a outubro de 2021 no montante principal de R\$ 364.388 e correção monetária no montante de R\$ 218.303. Para o registro dos dois processos que não temos o trânsito em julgado, reconhecemos com base na decisão modulada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em maio de 2021 que esclareceu que a base de cálculo deve ser sem o ICMS destacado. A Companhia concluiu o reconhecimento dos valores em questão com base no levantamento histórico das bases de cálculo aplicáveis. No consolidado o montante principal é de R\$ 487.182 (compensado em 2021 R\$ 40.848) e correção monetária no montante de R\$ 281.933. Na controladora a expectativa de utilização total do crédito ocorrerá ainda no ano de 2022 e no consolidado a utilização ocorrerá até o ano de 2025.

INSS a compensar: Refere-se a pagamentos realizados para liquidação do parcelamento de débitos previdenciários conforme adesão da reabertura do REFIS, artigo 17 da Lei nº 12.865/2013, porém devido ao indeferimento da consolidação do parcelamento, solicitamos a restituição dos valores pagos.

Restituições a exportações: Refere-se à restituição de impostos alfandegários cobrados pela importação da matéria-prima utilizada pela controlada Indupa Argentina para a fabricação do produto exportado.

8. Estoques

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------------|----------------|---------------|----------------|----------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Matérias-primas | 35.376 | 13.138 | 91.192 | 47.262 |
| Produtos em processo | 5.303 | 3.935 | 42.603 | 19.318 |
| Produtos acabados | 17.503 | 7.638 | 199.792 | 62.022 |
| Materiais auxiliares e embalagens | 13.377 | 5.279 | 59.264 | 30.921 |
| Materiais de manutenção e reparos | 33.750 | 31.497 | 111.936 | 99.429 |
| | 105.309 | 61.487 | 504.787 | 258.952 |
| | | | | |
| Circulante | 79.609 | 39.446 | 442.130 | 189.238 |
| Não circulante | 25.700 | 22.041 | 62.657 | 69.714 |

Os materiais de manutenção e reparos são itens mantidos para assegurar a continuidade das operações das plantas em caso de avarias eventuais nas máquinas e equipamentos da produção e em função do giro são classificados como circulante ou não circulante.

9. Depósitos judiciais

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Tributários | 33.002 | 52.161 | 33.002 | 52.161 |
| Cíveis | - | - | 40 | 40 |
| Trabalhistas | 1.190 | 1.160 | 1.190 | 1.160 |
| | 34.192 | 53.321 | 34.232 | 53.361 |
| | | | | |
| Não circulante | 34.192 | 53.321 | 34.232 | 53.361 |

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

| Controladora | 2019 | Atualização monetária | | 2020 | Adições | Baixas | Transferências de depósitos sobre demandas judiciais estornadas | | Atualização monetária | 2021 |
|--------------|---------------|-----------------------|-------------|---------------|--------------|-----------------|---|----------------|-----------------------|---------------|
| | | Adições | Baixas | | | | Adições | Baixas | | |
| Tributários | 46.210 | 5.950 | - | 52.160 | 8.156 | (26.780) | - | (1.446) | 912 | 33.002 |
| Trabalhistas | 1.054 | 107 | - | 1.161 | - | - | - | - | 29 | 1.190 |
| | <u>47.264</u> | <u>6.057</u> | <u>(47)</u> | <u>53.321</u> | <u>8.156</u> | <u>(26.780)</u> | <u>-</u> | <u>(1.446)</u> | <u>941</u> | <u>34.192</u> |

| Consolidado | 2019 | Atualização monetária | | 2020 | Adições | Baixas | Transferências de depósitos sobre demandas judiciais estornadas | | Atualização monetária | 2021 |
|--------------|---------------|-----------------------|-------------|--------------|--------------|-----------------|---|----------------|-----------------------|---------------|
| | | Adições | Baixas | | | | Adições | Baixas | | |
| Tributários | 46.210 | - | - | 5.950 | 8.156 | (26.780) | - | (1.446) | 912 | 33.002 |
| Trabalhistas | 1.054 | - | - | 1.161 | - | - | - | - | 29 | 1.190 |
| Cíveis | 41 | 46 | (47) | 40 | - | - | - | - | - | 40 |
| | <u>47.305</u> | <u>46</u> | <u>(47)</u> | <u>6.057</u> | <u>8.156</u> | <u>(26.780)</u> | <u>-</u> | <u>(1.446)</u> | <u>941</u> | <u>34.232</u> |

Na Controladora o montante dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2021 é composto, substancialmente, pelos seguintes processos:

a) *PER/DCOMPS não homologadas pela Receita Federal*

R\$ 438 (R\$ 28.117 em 31 de dezembro de 2020) para garantir disputa de causa de natureza passiva com probabilidade de perda avaliada pelos consultores jurídicos como remota. Em agosto de 2021 teve decisão favorável a Companhia, sendo levantado o valor parcial de R\$ 26.530. Já em dezembro de 2021 houve o valor de R\$ 1.446 foi convertido em renda a favor da União, ficando um saldo remanescente a ser levantado a favor da Companhia. R\$ 8.249 (sem valor em 31 de dezembro de 2020) refere-se a compensações de Pis e Cofins do exercício de 2015, avaliada pelos consultores jurídicos como possível.

b) *Goyana S.A. Indústrias de Matérias Plásticas ("Goyana")*

R\$ 14.764 (R\$ 14.444 em 31 de dezembro de 2020) de cinco causas de sua ex-controlada Goyana onde a Companhia é colocada no polo passivo e solicita sua exclusão, avaliadas pelos consultores jurídicos como possível.

c) *Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")*

R\$ 9.393 (R\$ 9.095 em 31 de dezembro de 2020) refere-se à correção monetária das parcelas do IRPJ, Imposto de Renda sobre o Lucro líquidos e Contribuição social sobre Lucro Líquido, todos apurados no exercício de 1990.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

10. Partes Relacionadas

| | 2020 | | | | | | 2020 | | | |
|--------------------------------------|------------------------------|---------------------------|------------------------------|-------------------------------|--------------------|------------------------------------|---------------|-----------------|-----------------------|---|
| | Ativo Circulante | | Ativo Não Circulante | | Passivo Circulante | | Transações | | | |
| | Contas a receber de clientes | Outros ativos circulantes | Contas a receber de clientes | Créditos com Empresas ligadas | Fornecedores | Outros Passivos / Energia elétrica | Vendas | Compras | Gastos compartilhados | Receita Financeira (Juros / Variação Cambial) |
| Na Controladora | | | | | | | | | | |
| Controlada direta - Indupa Argentina | - | - | 28.644 | 213.500 | - | (3.774) | - | (5.514) | 14.677 | 52.274 |
| Controlada indireta - Indupa Brasil | 6.040 | - | - | - | (181) | - | 18.359 | - | 23.457 | - |
| No Consolidado | | | | | | | | | | |
| Controlada em conjunto - Solalban | - | 3.049 | - | - | - | (18.643) | 12.177 | (78.697) | - | - |
| Total | 6.040 | 3.049 | 28.644 | 213.500 | (181) | (22.417) | 30.536 | (84.211) | 38.134 | 52.274 |

| | 2021 | | | | | | 2021 | | | |
|--------------------------------------|------------------------------|---------------------------|------------------------------|-------------------------------|--------------------|------------------------------------|----------------|------------------|-----------------------|---|
| | Ativo Circulante | | Ativo Não Circulante | | Passivo Circulante | | Transações | | | |
| | Contas a receber de clientes | Outros ativos circulantes | Contas a receber de clientes | Créditos com Empresas ligadas | Fornecedores | Outros Passivos / Energia elétrica | Vendas | Compras | Gastos compartilhados | Receita Financeira (Juros / Variação Cambial) |
| Na Controladora | | | | | | | | | | |
| Controlada direta - Indupa Argentina | - | 2.623 | 47.253 | 38.759 | 245.516 | - | - | (5.855) | 12.842 | 20.087 |
| Controlada indireta - Indupa Brasil | 7.725 | 3.303 | - | - | - | (83) | 101.373 | (114) | 18.955 | - |
| No Consolidado | | | | | | | | | | |
| Controlada em conjunto - Solalban | - | 3.394 | - | - | - | (29.810) | 13.451 | (138.030) | - | - |
| Total | 7.725 | 9.320 | 47.253 | 38.759 | 245.516 | (83) | 114.824 | (143.999) | 31.797 | 20.087 |

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

A controlada em conjunto Tucano III, para exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não realizou nenhum tipo de operação com a Companhia.

A venda de produtos a partes relacionadas é feita de acordo com a lista de preços normalmente usada pelo grupo Unipar. As aquisições são feitas pelo preço de mercado descontado para refletir a quantidade de produtos adquiridos e o relacionamento entre as partes. Os valores em aberto não são segurados e serão liquidados em caixa. Não foram dadas nem recebidas garantias. Nenhuma provisão para devedores duvidosos foi reconhecida com relação aos valores devidos pelas partes relacionadas. A Companhia incorre em determinadas despesas corporativas, principalmente com remuneração de alguns colaboradores, que são rateadas entre a Controladora Unipar Carbocloro S.A. e suas controladas direta e indireta.

Créditos com empresas ligadas referem-se a conversão do aporte de capital em mútuo originalmente no valor de US\$ 46 milhões em 2019 com taxa de juros de 3% ao ano, amortizado parcialmente e demais amortizações a partir de 2027. Adicionalmente em dezembro de 2021 foi constituído crédito no valor de US\$10 milhões com taxa de juros de 3% ao ano, a ser amortizado em 5 parcelas anualmente em dezembro com início em 2022 até 2026.

Garantias

A Companhia, através de Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de abril de 2021, aprovou a prestação de garantia fidejussória (“Garantia”) em favor da Siemens Gamesa Energia Renovável Ltda. (“Siemens”), por meio de celebração do *Parent Company Guarantee*, limitado a 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor do valores devidos pelas Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A., Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A. e Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A., sociedades cujo controle indireto é compartilhado pela Companhia, nos termos do *Turbine Supply Agreement* celebrado com a Siemens e respectivos instrumentos acessórios (“Contrato de fornecimento”), percentual aquele correspondente a até R\$ 250.000. A garantia permanecerá vigente até 09 de maio de 2022 ou até que todas as obrigações das devedoras no contrato de fornecimento sejam cumpridas. Adicionalmente para este mesmo projeto a Companhia também é garantidora, de acordo com a sua participação de 50%, de emissões de Debêntures pela Tucano Holding III S.A. no valor de R\$ 200.000 em série única com vencimento em um prazo de 20 anos.

Remuneração consolidada do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga a esses membros está a seguir demonstrada:

| | <u>2021</u> | <u>Controladora</u> <u>2020</u> |
|---|---------------|------------------------------------|
| Salários e benefícios de curto prazo | 24.499 | 29.578 |
| Remuneração baseada no plano de outorga de ações restritas | - | 24.770 |
| Encargos oriundos da remuneração baseada no plano de outorga de ações restritas | - | 16.233 |
| | <u>24.499</u> | <u>70.581</u> |

O plano de outorga de ações restritas está descrito conforme nota explicativa nº 24.

A Companhia possui contratos para a prestação de serviços de consultoria econômica e assessoramento financeiro com a Essentia Partners Assessoria Ltda. (“Essentia Partners”). Um dos integrantes do conselho da administração da Companhia, faz parte do quadro societário da

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

Essentia Partners, e os valores das transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizam R\$ 16.446 (R\$ 4.807 em 31 de dezembro de 2020).

Transações ou relacionamentos com acionistas referentes a arrendamento de imóveis

A Companhia mantém um contrato de locação de imóvel administrativo com empresa Locuncatun Serviços Financeiros Ltda pertencente a um acionista e membro do conselho de administração. O valor do aluguel reconhecido no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 410 (R\$ 381 em 31 de dezembro de 2021). O contrato foi aprovado pelo Conselho de Administração e teve início em fevereiro de 2019 com vencimentos até 2024.

11. Outros Ativos

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Adiantamentos a fornecedores | 5.453 | 3.538 | 22.976 | 4.555 |
| Adiantamentos a empregados | 612 | 699 | 1.888 | 1.359 |
| Créditos a receber na venda de ativos ⁽¹⁾ | - | - | 21.742 | 22.611 |
| Reembolso vinculado a contrato ⁽²⁾ | 20.055 | 9.691 | 20.055 | 9.691 |
| Reclamações de seguros | 238 | - | 473 | 915 |
| Despesas Corporativas | 5.926 | - | 3.394 | 3.049 |
| Demais ativos | 1.337 | 1.626 | 1.967 | 2.618 |
| | 33.621 | 15.554 | 72.495 | 44.798 |
| Circulante | 13.566 | 5.862 | 30.692 | 12.488 |
| Não circulante | 20.055 | 9.692 | 41.803 | 32.310 |

(1) Imóveis recebidos em contrapartida de contas a receber, ainda em processo de transferência de propriedade.

(2) Reembolso vinculado a contrato de aquisição de controladas.

12. Investimentos

| Investidas | Relação | Patrimônio Líquido em 31/12/2021 | Lucro (Prejuízo) 2021 | % Participação | Controladora | |
|-------------------------------------|----------|----------------------------------|-----------------------|----------------|------------------|----------------|
| | | | | | 2021 | 2020 |
| <i>Controlada</i> | | | | | | |
| Indupa Argentina | Direto | 2.241.247 | 1.285.003 | 98,63 | 2.210.442 | 725.226 |
| Mais valia de ativos ⁽¹⁾ | | | | | 135.551 | 160.236 |
| <i>Controlada em conjunto</i> | | | | | | |
| Tucano Holdings III | Direto | 174.982 | (1.128) | 50,00 | 87.491 | 52.355 |
| Total | | | | | 2.433.484 | 937.817 |
| Investidas | Relação | Patrimônio Líquido em 31/12/2021 | Lucro (Prejuízo) 2021 | % Participação | Consolidado | |
| | | | | | 2021 | 2020 |
| <i>Controladas em conjunto</i> | | | | | | |
| Tucano Holdings III | Direto | 174.982 | (1.128) | 50,00 | 87.491 | 52.355 |
| Solalban | Indireto | 30.179 | (3.395) | 58,00 | 17.504 | 14.606 |
| | | | | | 104.995 | 66.961 |

(1) O saldo da mais valia de ativos no consolidado é reclassificado para o imobilizado distribuído entre as linhas terrenos, edificações e construções, equipamentos e instalações, veículos e móveis e utensílios.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

| Controladora | 2019 | Ajustes de conversão | Adição / Aumento de Capital em Controlada | Equivalência patrimonial | | Amortização | 2020 |
|---------------------|----------------|----------------------|---|--------------------------------------|--|-----------------|----------------|
| | | | | Equivalência no resultado do período | Equivalência (Outros Resultados Abrangentes) | | |
| Indupa Argentina | 451.928 | 90.572 | - | 193.911 | (11.185) | - | 725.226 |
| Mais Valia | 187.813 | 5.485 | - | - | - | (33.062) | 160.236 |
| Tucano Holdings III | - | - | 52.619 (1) | (264) | - | - | 52.355 |
| Total | 639.741 | 96.057 | 52.619 | 193.647 | (11.185) | (33.062) | 937.817 |

| Controladora | 2020 | Ajustes de conversão | Adição / Aumento de Capital em Controlada | Equivalência patrimonial | | Amortização | Recebimento | 2021 |
|---------------------|----------------|----------------------|---|--------------------------------------|--|-----------------|------------------|------------------|
| | | | | Equivalência no resultado do período | Equivalência (Outros Resultados Abrangentes) | | | |
| Indupa Argentina | 725.226 | 240.442 | 3.538 | 1.265.473 | (24.237) | - | - | 2.210.442 |
| Mais Valia | 160.236 | 4.432 | 449.944 (2) | - | - | (29.381) | (449.680) (2) | 135.551 |
| Tucano Holdings III | 52.355 | - | 35.700 | (564) | - | - | - | 87.491 |
| Total | 937.817 | 244.874 | 489.182 | 1.264.909 | (24.237) | (29.381) | (449.680) | 2.433.484 |

| Consolidado | 2019 | Ajustes de conversão | Adição / Aumento de Capital em Controlada | Equivalência patrimonial | | 2020 |
|---------------------|---------------|----------------------|---|--------------------------------------|-------------------------------|---------------|
| | | | | Equivalência no resultado do período | Efeito de Aplicação da IAS 29 | |
| Tucano Holdings III | - | - | 52.619 (1) | (264) | - | 52.355 |
| Solalban | 13.325 | (1.068) | - | (2.078) | 4.427 | 14.606 |
| Total | 13.325 | (1.068) | 52.619 | (2.342) | 4.427 | 66.961 |

| Consolidado | 2020 | Ajustes de conversão | Adição / Aumento de Capital em Controlada | Equivalência patrimonial | | 2021 |
|---------------------|---------------|----------------------|---|--------------------------------------|-------------------------------|----------------|
| | | | | Equivalência no resultado do período | Efeito de Aplicação da IAS 29 | |
| Tucano Holdings III | 52.355 | - | 35.700 | (564) | - | 87.491 |
| Solalban | 14.606 | (1.686) | - | (1.970) | 6.554 | 17.504 |
| Total | 66.961 | (1.686) | 35.700 | (2.534) | 6.554 | 104.995 |

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais)

(1) Refere-se a aquisição da Tucano III, sendo o investimento inicial de R\$ 40.119 e aportes no montante de R\$ 12.500.

(2) No quarto trimestre de 2021 a Companhia recebeu o montante de R\$ 449.944 correspondente ao ajuste de preço de aquisição da Solvay Indupa S.A.I.C, atualmente Indupa Argentina, com base nos termos do contato de compra e venda. Referido montante foi reconhecido no resultado na rubrica "Ajuste de preço de aquisição".

13. Imobilizado

| Controladora | Taxa de depreciação média | | Custo | Depreciação acumulada | Líquido | |
|----------------------------|---------------------------|---------------|------------------|-----------------------|----------------|----------------|
| | 2021 | 2020 | | | 2021 | 2020 |
| Terrenos | - | - | 247.550 | - | 247.550 | 247.550 |
| Edificações e Construções | 3,45% a 6,67% | 3,45% a 6,67% | 159.265 | (73.853) | 85.412 | 84.243 |
| Equipamentos e Instalações | 5% a 6% | 5% a 6% | 1.278.416 | (808.659) | 469.757 | 485.075 |
| Veículos | 20% | 20% | 229 | (229) | - | 22 |
| Móveis e Utensílios | 10% | 10% | 14.682 | (12.085) | 2.597 | 2.184 |
| Demais bens | 10% | 10% | 20.174 | (11.358) | 8.816 | 4.752 |
| Imobilizado em andamento | - | - | 48.912 | - | 48.912 | 43.886 |
| | | | <u>1.769.228</u> | <u>(906.184)</u> | <u>863.044</u> | <u>867.712</u> |

| Consolidado | Taxa de depreciação média | | Custo | Depreciação acumulada | Líquido | |
|----------------------------|---------------------------|---------------|------------------|-----------------------|------------------|------------------|
| | 2021 | 2020 | | | 2021 | 2020 |
| Terrenos | - | - | 301.177 | - | 301.177 | 290.468 |
| Edificações e Construções | 3,33% a 6,67% | 3,33% a 6,67% | 565.868 | (298.467) | 267.401 | 255.818 |
| Equipamentos e Instalações | 5% a 10% | 5% a 10% | 3.919.974 | (2.600.766) | 1.319.208 | 1.211.550 |
| Veículos | 20% | 20% | 3.818 | (3.291) | 527 | 390 |
| Móveis e Utensílios | 10% | 10% | 33.360 | (27.509) | 5.851 | 5.280 |
| Demais bens | 10% | 10% | 44.178 | (31.350) | 12.828 | 10.356 |
| Imobilizado em andamento | - | - | 252.932 | - | 252.932 | 175.822 |
| | | | <u>5.121.307</u> | <u>(2.961.383)</u> | <u>2.159.924</u> | <u>1.949.684</u> |

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

Movimentação do ativo imobilizado

| Controladora | 2019 | Adições líquidas de transferências | Baixas | Depreciação | 2020 |
|------------------------------|----------------|---|---------------|--------------------|----------------|
| Terrenos | 247.550 | - | - | - | 247.550 |
| Edificações e Construções | 87.104 | 1.335 | - | (4.196) | 84.243 |
| Equipamentos e Instalações | 478.848 | 53.417 | (142) | (47.048) | 485.075 |
| Veículos | 68 | - | - | (46) | 22 |
| Móveis e Utensílios | 2.536 | 197 | - | (549) | 2.184 |
| Demais bens | 5.579 | 91 | (9) | (909) | 4.752 |
| Imobilizado em andamento (1) | 43.980 | (94) | - | - | 43.886 |
| | <u>865.665</u> | <u>54.946</u> | <u>(151)</u> | <u>(52.748)</u> | <u>867.712</u> |

| Controladora | 2020 | Adições líquidas de transferências | Baixas | Depreciação | 2021 |
|------------------------------|----------------|---|----------------|--------------------|----------------|
| Terrenos | 247.550 | - | - | - | 247.550 |
| Edificações e Construções | 84.243 | 5.884 | - | (4.715) | 85.412 |
| Equipamentos e Instalações | 485.075 | 36.937 | (27) | (52.228) | 469.757 |
| Veículos | 22 | - | - | (22) | - |
| Móveis e Utensílios | 2.184 | 889 | (3) | (473) | 2.597 |
| Demais bens | 4.752 | 6.045 | (1.041) | (940) | 8.816 |
| Imobilizado em andamento (1) | 43.886 | 5.026 | - | - | 48.912 |
| | <u>867.712</u> | <u>54.781</u> | <u>(1.071)</u> | <u>(58.378)</u> | <u>863.044</u> |

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

| Consolidado | 2019 | Adições líquidas de transferências | Baixas | Depreciação | Efeito de Aplicação da IAS 29 | Ajustes de conversão | 2020 |
|---|------------------|---|---------------|--------------------|--|---------------------------------|------------------|
| Terrenos | 283.913 | - | - | - | 8.642 | (2.087) | 290.468 |
| Edificações e Construções | 249.203 | 11.591 | - | (13.934) | 10.765 | (1.807) | 255.818 |
| Equipamentos e Instalações | 1.177.699 | 119.969 | (355) | (134.816) | 58.289 | (9.236) | 1.211.550 |
| Veículos | 515 | 62 | - | (175) | 23 | (35) | 390 |
| Móveis e Utensílios | 4.351 | 1.503 | - | (1.107) | 652 | (119) | 5.280 |
| Demais bens | 7.975 | 5.525 | (17) | (3.695) | 568 | - | 10.356 |
| Imobilizado em andamento ⁽¹⁾ | 167.061 | 14.377 | - | - | 109 | (5.725) | 175.822 |
| | <u>1.890.717</u> | <u>153.027</u> | <u>(372)</u> | <u>(153.727)</u> | <u>79.048</u> | <u>(19.009)</u> | <u>1.949.684</u> |

| Consolidado | 2020 | Adições líquidas de transferências | Baixas | Depreciação | Efeito de Aplicação da IAS 29 | Ajustes de conversão | 2021 |
|---|------------------|---|----------------|--------------------|--|---------------------------------|------------------|
| Terrenos | 290.468 | - | - | - | 14.600 | (3.891) | 301.177 |
| Edificações e Construções | 255.818 | 13.690 | (476) | (14.812) | 17.524 | (4.343) | 267.401 |
| Equipamentos e Instalações | 1.211.550 | 178.684 | (40) | (137.804) | 92.668 | (25.850) | 1.319.208 |
| Veículos | 390 | 158 | - | (91) | 114 | (44) | 527 |
| Móveis e Utensílios | 5.280 | 1.575 | (6) | (1.119) | 440 | (319) | 5.851 |
| Demais bens | 10.356 | 8.733 | (1.041) | (4.570) | (393) | (257) | 12.828 |
| Imobilizado em andamento ⁽¹⁾ | 175.822 | 61.209 | (60) | - | 23.609 | (7.648) | 252.932 |
| | <u>1.949.684</u> | <u>264.049</u> | <u>(1.623)</u> | <u>(158.396)</u> | <u>148.562</u> | <u>(42.352)</u> | <u>2.159.924</u> |

⁽¹⁾ Os investimentos em andamento estão principalmente relacionados a melhoria das plantas e modernização dos sistemas de gestão integrada.

A Companhia e suas controladas avaliam a recuperação do valor contábil dos seus imobilizados de acordo com o requerido pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Com a aprovação do Congresso Nacional Brasileiro sobre a Convenção de Minamata (Decreto nº 9.470, de 14 de agosto de 2018), na qual prevê a eliminação da utilização de mercúrio nos processos de manufatura como a produção de cloro-álcalis, a Companhia no ano de 2021 finalizou os estudos para o encerramento da produção com a tecnologia de Mercúrio e efetuou aceleração da depreciação dos seus ativos imobilizados que estão relacionados a esta tecnologia para que encerrem sua depreciação até o final de 2024, uma vez que não se espera obter mais benefícios econômicos futuros com eles.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

14. Intangível

| | Taxa anual de amortização | | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|---------------------------|------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | Líquido 2020 | 2021 | Líquido 2020 |
| | Ágio | - | - | 273.025 | 273.025 | 275.388 |
| Direito de uso de Software | 20% | 20% | 11.044 | 5.541 | 32.491 | 21.895 |
| | | | 284.069 | 278.566 | 307.879 | 297.604 |

No exercício de 2013, a Unipar Participações S.A, antiga denominação da Unipar Carbocloro S.A., que não era operacional, adquiriu participação adicional de 50% no capital da Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. (“Carbocloro”). Tendo em vista que a Unipar Participações S.A. já detinha outros 50% do capital da Carbocloro na data desta aquisição, a combinação de negócios foi tratada como uma combinação em estágios apurando um ágio total no montante de R\$ 273.025. A Carbocloro foi incorporada pela Companhia em 30 de setembro de 2013. Os saldos não são amortizados e só podem ser reduzidos pela venda do ativo relacionado ou por *Impairment*.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

15. Fornecedores

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Fornecedores nacionais | 40.970 | 17.017 | 331.439 | 185.809 |
| Fornecedores nacionais - imobilizado | 3.486 | 10.412 | 16.222 | 25.115 |
| Fornecedores nacionais - partes relacionadas | 121 | 192 | 38 | 11 |
| Fornecedores nacionais - risco sacado (1) | 3.440 | 1.970 | 8.526 | 6.411 |
| Fornecedores exterior | 20.805 | 10.101 | 35.537 | 20.996 |
| Fornecedores exterior - partes relacionadas | - | - | - | - |
| | 68.822 | 39.692 | 391.762 | 238.342 |
| Circulante | 68.822 | 39.692 | 391.762 | 238.342 |

(1) A Companhia e suas controladas firmaram contratos com bancos parceiros para estruturar com os seus fornecedores a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. A operação não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores e, portanto, a Companhia classifica na rubrica de Fornecedores.

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

| Moeda | Controladora | | Consolidado | | |
|--|--------------|------------------|----------------|------------------|----------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | |
| Em moeda nacional | | | | | |
| Debêntures - Carbocloro (2021: CDI + 1,57% a.a. 2020: CDI + 1,25% a.a.) (1) | R\$ | 289.311 | 337.653 | 289.311 | 337.653 |
| Debêntures - Carbocloro (2021: CDI + 1,90% a.a.) (2) | R\$ | 868.453 | - | 868.453 | - |
| Capital de Giro - Carbocloro (2021 - CDI + 1,25% a.a. - 2020 - CDI + 2,78% a.a.) (3) | R\$ | 62.706 | 316.382 | 62.706 | 316.382 |
| Capital de Giro Taxa Fixa - Indupa AR | AR\$ | - | - | 2 | 1 |
| BNDES - Carbocloro (TJLP + 2,33% a.a.) (4) | R\$ | - | 1.698 | - | 1.698 |
| BNDES - Carbocloro (SELIC + 2,36% a.a.) (4) | R\$ | - | 2.139 | - | 2.139 |
| BNDES - Indupa BR (TJLP + 1,40% a.a.) (5) | R\$ | - | - | - | 4.810 |
| BNDES - Indupa BR (TJLP + 1,87% a.a.) (6) | R\$ | - | - | 17.845 | 21.662 |
| BNDES - Indupa BR (IPCA + 2,14% a.a.) (6) | R\$ | - | - | 25.872 | 29.195 |
| Nota Promisória - Carbocloro (2021: CDI + 1,85% a.a.) (7) | R\$ | 210.640 | - | 210.640 | - |
| | | 1.431.110 | 657.872 | 1.474.829 | 713.540 |
| Circulante | | 151.226 | 325.894 | 161.824 | 340.730 |
| Não circulante | | 1.279.884 | 331.978 | 1.313.005 | 372.810 |

(1) Debêntures simples, não conversíveis em ações e livres de garantia, emitidas em 28 de março de 2018, em duas séries, no total de R\$ 350.000, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar o seu caixa. A 1ª série no valor de R\$ 210.170 teve 93% do seu montante alongado por meio da 5ª emissão de debentures em 10 de Junho de 2019, o valor principal não alongado, foi amortizado em 20 de março de 2020, o valor correspondente a 5ª emissão será amortizado em três parcelas anuais a partir de 12 de Junho de 2023. A 2ª série no valor de R\$ 139.830 teve a primeira parcela amortizada em 19 de março de 2021 e a segunda será amortizada em 20 de março de 2022. Os juros são pagos semestralmente para ambas as emissões.

(2) (i) Debêntures simples, não conversíveis em ações e livres de garantia, emitidas em 30 de abril de 2021, em duas séries, no total de R\$ 350.000, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar o seu caixa. A 1ª série no valor de R\$ 117.000 que será amortizado em uma parcela anual em 29 de abril de 2024. A 2ª série no valor de R\$ 233.000 será amortizada em duas parcelas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

anuais vencíveis em 29 de abril de 2025 e 2026. Os juros são pagos semestralmente para ambas as emissões. (ii) Debêntures simples, não conversíveis em ações e livres de garantia, emitidas em 10 de novembro de 2021, em uma série, no total de R\$ 500.000, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar o seu caixa. A amortização do principal em duas parcelas sendo a primeira em 13 de outubro de 2027, no valor de R\$ 250.000 e a segunda parcela será em 13 de outubro de 2028 no valor de R\$ 250.000. Os juros são pagos semestralmente

- (3) Captações destinadas a reforço de caixa da Companhia, livres de garantia, sendo, (i) empréstimo em dólares com swap para reais no montante de R\$ 60.699, valor atualizado na curva de R\$ 86.814 é contrabalanceado pelo ajuste positivo de swap no montante de R\$ 26.114 e despesas diferidas no montante de R\$ 2.007, de modo que o efeito líquido no passivo é de R\$ 62.706, com juros pagos trimestralmente, valor principal a ser amortizado em 9 parcelas trimestrais a partir de março 2021.
- (4) Captações destinadas à modernização da planta em Cubatão garantidas por terrenos, bem como pelas edificações e equipamentos da Companhia.
- (5) Captações destinadas à investimentos ambientais, projetos sociais, aquisições de máquinas e equipamentos nacionais para modernização da planta de Santo André. O empréstimo é garantido através de fiança bancária.
- (6) Captações destinadas à centralização e modernização da linha de produção de resinas de PVC da fábrica de Santo André, a garantia dessa operação é o aval da Unipar. A primeira liberação foi realizada em novembro de 2018 e a segunda liberação em dezembro de 2019.
- (7) Captações livres de garantia, em duas séries, no total de R\$ 200.000, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar o seu caixa. A 1ª série no valor de R\$ 100.000 que será amortizada em uma parcela anual em 8 de julho de 2024 e a 2ª série no valor de R\$ 100.000 que será amortizada em uma parcela anual em 8 de julho de 2026. Os juros são pagos no vencimento para ambas as emissões.

O cronograma de amortização desses empréstimos e financiamentos é o seguinte:

| | <u>Controladora</u> | <u>Consolidado</u> |
|----------------|---------------------|--------------------|
| | <u>2021</u> | <u>2021</u> |
| 2022 | 151.226 | 161.824 |
| 2023 | 95.850 | 105.423 |
| 2024 | 284.017 | 293.590 |
| 2025 | 283.517 | 293.048 |
| 2026 | 116.500 | 120.944 |
| 2027 em diante | 500.000 | 500.000 |
| | <u>1.431.110</u> | <u>1.474.829</u> |

Certos empréstimos e financiamentos, bem como as debêntures apresentam cláusulas que estabelecem o atendimento de determinados indicadores financeiros e não financeiros (*covenants*). Indicadores estes, que são mensurados anualmente, conforme prazos estabelecidos em cada contrato. Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas estavam adimplentes com o atendimento dessas cláusulas.

17. Energia elétrica

A Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil possuem contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica, na condição de consumidor livre. O custo de energia engloba o preço de aquisição da própria energia efetivamente contratada, taxa do uso do sistema de transmissão (TUST), e acrescida dos encargos estabelecidos no âmbito governamental. Um destes encargos

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

refere-se à Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), e seu valor é determinado anualmente pelo Governo Brasileiro (ANEEL).

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2015 a julho de 2016 indicava alta majoração deste encargo, o que levou a Companhia, a Indupa Brasil e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança da CDE com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (“ABRACE”).

No início do 3º trimestre de 2015, a ABRACE obteve liminar indicando que, enquanto o processo encontrar-se em julgamento, os consumidores livres que questionaram o valor deveriam ser cobrados por valores menores do que aqueles inicialmente estipulados. A Companhia e a Indupa Brasil provisionam integralmente os valores inicialmente estipulados, mas efetuam os pagamentos apenas dos montantes previstos na liminar de acordo com o faturamento do fornecedor (CTEEP).

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2016 a julho de 2017 também indicou valores que, segundo a ABRACE, estão acima dos considerados corretos pela associação. Sendo assim, a ABRACE também questionou judicialmente as futuras cobranças do encargo com seu novo valor e obteve liminar favorável nos mesmos moldes da liminar obtida para as cobranças relativas ao período de agosto de 2015 a julho de 2016. Em 31 de dezembro de 2021, os respectivos processos continuam em discussão.

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao ano de 2019 indicava alta majoração deste encargo, o que levou a Companhia, a Indupa Brasil e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança da CDE com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (“ABRACE”). A sentença foi improcedente. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu o pedido de tutela de urgência para suspender a exigibilidade da tarifa de energia elétrica cobrada com os valores dos subsídios destinados a políticas públicas não relacionadas ao serviço público de energia elétrica até o julgamento da apelação interposta no feito originário.

A Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil, por intermédio da ABRACE, ajuizou ação tendo por objeto a declaração de inexigibilidade do pagamento da parcela da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST relativa à indenização de que trata o artigo 15, §2º, da Lei nº 12.783/2013.

A liminar foi deferida parcialmente “para determinar que a ANEEL exclua a parcela dita de “remuneração” da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST, calculada sobre os bens reversíveis, ainda não amortizados e nem depreciados, prevista no art. 15, § 2º, da Lei nº 12.783/2013, devendo incidir sobre o montante apenas a atualização”. A sentença foi improcedente. Em razão disso, a Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil já estão recolhendo os valores que deixaram de ser pagos em razão da liminar deferida. Referido pagamento vem sendo realizado mensalmente na forma de um acréscimo na conta mensal de consumo, sendo revertido valores provisionados.

18. Demandas judiciais

A Companhia e suas controladas, suportadas pela avaliação de seus consultores jurídicos, internos e externos, classificam a probabilidade de perda de suas demandas judiciais em “provável”, “possível” e “remota”.

Para as causas consideradas “prováveis” são constituídas provisões e, quando aplicável, os saldos são registrados líquidos dos depósitos judiciais atrelados aos processos, como segue:

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------|---------------------|-------------|--------------------|-------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Fiscais | 22.941 | 15.756 | 58.374 | 26.361 |
| Trabalhistas e previdenciárias | 15.400 | 19.775 | 38.307 | 39.912 |
| Cíveis | 10 | 10 | 5.406 | 5.077 |
| Total | 38.351 | 35.541 | 102.087 | 71.350 |
| Depósitos judiciais fiscais | (6.568) | (11.159) | (12.889) | (17.543) |
| Depósitos judiciais trabalhistas | (5.604) | (5.990) | (11.537) | (13.077) |
| Total | (12.172) | (17.149) | (24.426) | (30.620) |
| | 26.179 | 18.392 | 77.661 | 40.730 |
| Circulante | 1.386 | 2.831 | 8.411 | 4.999 |
| Não Circulante | 24.793 | 15.561 | 69.250 | 35.731 |

Movimentação das provisões para demandas judiciais está demonstrada a seguir:

| Controladora | 2019 | Adições | Baixas/ Reversão | Atualização monetária | 2020 |
|--------------------------------|---------------|----------------|-----------------------------|----------------------------------|---------------|
| Fiscais | 14.162 | 2.090 | (496) | - | 15.756 |
| Trabalhistas e previdenciárias | 19.866 | 2.198 | (2.289) | - | 19.775 |
| Cíveis | 1.003 | - | (993) | - | 10 |
| Depósitos Judiciais | (16.066) | (3.724) | 2.777 | (136) | (17.149) |
| | 18.965 | 564 | (1.001) | (136) | 18.392 |

| Controladora | 2020 | Adições | Baixas/ Reversão | Transferências | 2021 |
|--------------------------------|---------------|----------------|-----------------------------|-----------------------|---------------|
| Fiscais | 15.756 | 15.079 | (7.894) | - | 22.941 |
| Trabalhistas e previdenciárias | 19.775 | 1.300 | (5.675) | - | 15.400 |
| Cíveis | 10 | - | - | - | 10 |
| Ambientais | - | 4.838 | (4.838) | - | - |
| Depósitos Judiciais | (17.149) | (5.909) | 12.332 | (1.446) | (12.172) |
| | 18.392 | 15.308 | (6.075) | (1.446) | 26.179 |

| Consolidado | 2019 | Adições | Baixas/ Reversão | Atualização monetária | Ajustes de conversão | 2020 |
|--------------------------------|---------------|----------------|-----------------------------|----------------------------------|---------------------------------|---------------|
| Fiscais | 25.119 | 2.458 | (1.216) | - | - | 26.361 |
| Trabalhistas e previdenciárias | 44.089 | 5.080 | (8.853) | - | (404) | 39.912 |
| Cíveis | 5.265 | 828 | (1.016) | - | - | 5.077 |
| Depósitos Judiciais | (33.081) | (3.938) | 6.535 | (136) | - | (30.620) |
| | 41.392 | 4.428 | (4.550) | (136) | (404) | 40.730 |

| Consolidado | 2020 | Adições | Baixas/ Reversão | Transferências | Atualização monetária | Ajustes de conversão | 2021 |
|--------------------------------|---------------|----------------|-----------------------------|-----------------------|----------------------------------|---------------------------------|---------------|
| Fiscais | 26.361 | 39.968 | (7.955) | - | - | - | 58.374 |
| Trabalhistas e previdenciárias | 39.912 | 15.318 | (16.148) | - | - | (775) | 38.307 |
| Cíveis | 5.077 | 1.319 | (990) | - | - | - | 5.406 |
| Ambientais | - | 4.838 | (4.838) | - | - | - | - |
| Depósitos Judiciais | (30.620) | (5.909) | 13.564 | (1.446) | (15) | - | (24.426) |
| | 40.730 | 55.534 | (16.367) | (1.446) | (15) | (775) | 77.661 |

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

As principais demandas judiciais e respectivos honorários, quando aplicáveis, estão descritas a seguir:

Na Controladora

a) Demandas fiscais

i. Processos fiscais – Prováveis

São compostos por diversos processos relacionados com disputas relativas a PIS, COFINS, INSS e IPTU, entre outros, que totalizam o montante de R\$ 19.207 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 11.644 em 31 de dezembro de 2020), avaliados como perda provável pelos consultores jurídicos e devidamente provisionados.

A eventual multa referente ao não recolhimento do IR/CS sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 12.057, está compreendido no montante acima, a Companhia tem o entendimento que o pagamento do imposto é devido com a homologação do crédito pela Receita Federal, mas por discussões sobre a matéria decidiu por registrar o montante.

ii. Honorários de Sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2021 o montante dessas provisões é de R\$ 3.734 (R\$ 4.112 em 31 de dezembro de 2020).

iii. Demais processos fiscais – Possíveis

São compostos principalmente por disputas de compensações de impostos e contribuições não homologadas pela Receita Federal, processos judiciais da ex-controlada Goyana, exigência de débito de IOF sobre operações de créditos com coligadas, indedutibilidade de despesas para fins de imposto de renda e contribuição social e exigência de débitos de PIS e COFINS, entre outros que totalizam o montante de R\$ 41.935 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 31.856 em 31 de dezembro de 2020). A administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos avalia a probabilidade de perda como possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências.

b) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

i. Processos trabalhistas e previdenciários

Esta rubrica é composta principalmente das ações judiciais de natureza trabalhista, que de uma maneira geral, referem-se a discussões de ex-funcionários e de funcionários de empresas contratadas que questionam principalmente o direito sobre gratificações, horas extras, seus reflexos e respectivos encargos. A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 13.981 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 18.856 em 31 de dezembro de 2020) e com a probabilidade de perda possível o montante de R\$ 35.090 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 39.329 em 31 de dezembro de 2020).

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

ii. Demais processos trabalhistas

Esta rubrica é composta de ações judiciais de natureza trabalhista, referente às discussões de ex-funcionários da ex-investida, que totalizam o montante de R\$ 4.267 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.963 em 31 de dezembro de 2020). A administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos considera a probabilidade de perda como possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências. Além disso a Companhia possui cláusula de regresso de valores relacionados a estas causas baseadas no contrato de desinvestimento.

iii. Honorários de Sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2021 o montante dessas provisões é de R\$ 1.418 (R\$ 918 em 31 de dezembro de 2020).

c) Demandas Cíveis

i. Honorários de sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2021 o montante dessas provisões é de R\$ 10 (R\$ 10 em 31 de dezembro de 2020).

d) Demandas judiciais ambientais

i. Demandas judiciais prováveis

O Ministério Público Estadual distribuiu ação civil pública em face da Companhia e de mais 21 empresas em razão de suposto lançamento de poluentes na atmosfera, que, de acordo com o Ministério Público, teria causado a degradação e o perecimento de grande parte da cobertura vegetal das encostas da Serra do Mar. Em 18 de setembro de 2017 foi proferida sentença que julgou procedente os pedidos efetuados pelo Ministério Público. Em 10 de dezembro de 2020 foi realizada audiência virtual de tentativa de conciliação e atualmente, as partes seguem ajustando as minutas do acordo. Em maio de 2021 foi celebrado o acordo entre as partes, e na data de 28 de maio de 2021 a Unipar recolheu a sua cota parte no valor de R\$ 4.838. Em 04 de agosto de 2021 foi integralmente liquidado o acordo celebrado, tendo a Companhia recolhido o saldo complementar referente à sua cota parte (sem provisão em 31 de dezembro de 2020).

ii. Demanda judiciais não mensuráveis

O Ministério Público Federal (“MPF”) requereu, através de ação civil pública, a reformulação da unidade de produção com células de mercúrio e a reparação de eventual dano ambiental, com pagamento de indenização. O processo foi extinto, em 1ª instância, sem resolução de mérito. O MPF interpôs recurso de apelação, sendo reformada a decisão para que se instaurasse a produção de provas. Após decisão das Instâncias Superiores (Superior Tribunal de Justiça – “STJ”) o processo retornou à Vara de origem para produção de provas e prolação de sentença. Para fins de recolhimento de custas, foi atribuído à causa o valor de R\$ 500. Contudo, na atual fase processual, não é possível estimar valores confiáveis para o caso de eventual condenação.

O Ministério Público Federal também distribuiu ação civil pública em face da Companhia requerendo a recuperação de eventuais danos ambientais, indenização de danos irrecuperáveis, implantação de sistemas de tratamento e monitoramento online, bem como a manutenção do controle gerencial

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

de mercúrio e sua destinação. A perícia foi realizada em 13 de julho de 2016, tendo o laudo pericial sido favorável a Companhia. Para fins de recolhimento de custas, foi atribuído à causa o valor de R\$ 20.000. Contudo na atual fase processual, não é possível estimar valores confiáveis para o caso de eventual condenação.

Na controlada Indupa Brasil

As principais demandas judiciais e respectivos honorários estão descritas a seguir:

a) Demandas fiscais

i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”)

Como consequência de hiperinflação no passado, foi regulamentada (a partir de dezembro de 1995) a reexpressão do valor dos bens do ativo imobilizado utilizando um índice obrigatório determinado pelo governo. Este índice foi mantido artificialmente em um menor valor durante 1991 em comparação com os índices de inflação de outras agências independentes. A Companhia reavaliou seus ativos por um índice maior no exercício de 1991, gerando assim uma depreciação anual maior para os exercícios fiscais futuros. A lei impositiva correspondente determinou que tais contribuições complementares sobre a depreciação que surge da diferença entre índices, deveriam ser consideradas como despesa dedutível somente para efeito de imposto de renda para um período de seis anos que começava em 1992. Porém, a Companhia decidiu considerar o montante desta diferença como despesa dedutível de imposto de renda e contribuição social no primeiro ano. Como resultado, as autoridades fiscais notificaram a Companhia posteriormente.

Em 31 de dezembro de 2021 o valor total da causa é de R\$ 39.989 (R\$ 39.671 em 31 de dezembro de 2020). A causa, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, foi segregada de acordo com as ações realizadas no pleito como provável, possível e remota. O montante da causa cuja probabilidade de perda foi considerada como provável é de R\$ 2.103 (R\$ 2.086 em 31 de dezembro de 2020) e o montante da causa cuja probabilidade de perda foi considerada como possível é de R\$ 34.504 (R\$ 34.230 em 31 de dezembro de 2020).

ii. IPTU prefeitura de Santo André

Trata-se da cobrança de IPTU, do exercício de 1991, referente aos imóveis localizados na cidade de Santo André, na Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, km 38, s/nº. Após aproximadamente quinze anos de litígio, no primeiro trimestre de 2020, foi proferida decisão pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ desfavorável à Companhia. Por essa razão, a Companhia baseada na avaliação de seus consultores jurídicos reavaliou a probabilidade de perda da causa de possível para provável. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém uma provisão no montante de R\$ 6.152 (R\$ 6.152 em 31 de dezembro de 2020).

iii. Outros processos fiscais prováveis

Disputas no montante de R\$ 25.020 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 229 em 31 de dezembro de 2020), a maior parte do valor refere-se ao não recolhimento do IR/CS sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 24.778, está compreendido no montante acima, a Companhia tem o entendimento que o pagamento do imposto é devido com a homologação do crédito pela Receita Federal, mas por discussões sobre a matéria decidiu por registrar o montante. A diferença são os processos relativos a imposto municipal.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

iv. Demais processos fiscais (possíveis):

Além do processo descrito no item “i”, a Companhia possui disputas de compensações de impostos e contribuições não homologadas pela Receita Federal no montante de R\$ 35.178 (R\$ 29.963 em 31 de dezembro 2020), Auto de Infração questionando a utilização do prejuízo fiscal de 2009 foi encerrado em março de 2021 (R\$ 39.580 em 31 de dezembro de 2020) e outros processos que montam R\$ 8.047 (R\$ 6.051 em 31 de dezembro de 2020).

Com isso o montante de R\$ 77.729 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 109.824 em 31 de dezembro de 2020) foi considerado pela Administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, como probabilidade de perda possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências.

v. Honorários de sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2021 o montante dessas provisões é de R\$ 2.157 (R\$ 2.138 em 31 de dezembro de 2020).

b) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

i. Processos Trabalhistas e previdenciários

Esta rubrica é composta principalmente das ações judiciais de natureza trabalhista, que de uma maneira geral, referem-se a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre danos materiais e morais, doença ocupacional, terceirização, gratificações por desempenho e equiparação salarial. A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 11.563 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 13.655 em 31 de dezembro de 2020) e com a probabilidade perda possível o montante de R\$ 827 (R\$ 3.909 em 31 de dezembro de 2020).

c) Demandas judiciais cíveis

i. Demandas judiciais Cíveis prováveis

Basicamente referem-se aos honorários de sucumbências de processos de recuperação de créditos de clientes inadimplentes.

A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 5.396 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 5.067 em 31 de dezembro de 2020) e com a probabilidade de perda possível o montante de R\$ 39.279 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 33.769 em 31 de dezembro de 2020).

d) Demandas judiciais ambientais possíveis

A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda possível o montante total de R\$ 52 em 31 de dezembro de 2021 (sem provisão em 31 de dezembro de 2020 também) para auto de infração da CETESB.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

e) Ativos Contingentes

i. IPC 89 (Correção de Balanço)

Após trânsito em julgado favorável, a Companhia protocolou na receita federal o valor de R\$ 45.250, referente ao processo do IPC 89 (Correção de balanço). O valor referente o IRPJ no valor de R\$ 34.819 já foi deferido no exercício de 2020 e a Companhia registrou e compensou com os impostos a recolher. O montante referente CSLL no valor de R\$ 10.430 foi deferido em janeiro de 2021 e já foi compensado dentro do primeiro trimestre de 2021. O ativo contingente já foi compensado na sua totalidade.

ii. Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS

A Companhia discute judicialmente a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS. Em que pese o pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, ainda não ocorreu o trânsito em julgado no processo da Companhia. Todavia, a Companhia já concluiu o cálculo dos valores que poderá repetir em razão da ação judicial, por conseguinte, reconheceu contabilmente no 3º trimestre de 2021. Em dezembro de 2021 o valor é de R\$ 582.691, conforme nota explicativa n.7 (Impostos a Recuperar).

Na controlada Indupa Argentina

a) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

i. Processos trabalhistas e previdenciários – Prováveis

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre diferenças indenizatórias e doença ocupacional, para os quais a controlada baseada na avaliação de seus consultores jurídicos mantém provisão de R\$ 11.344 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 6.482 em 31 de dezembro de 2020).

19. Passivo ambiental

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos ambientais decorrentes de vazamento de substâncias químicas, falhas de equipamentos, acidentes de transporte ou falhas no processo de produção. A administração considera a proteção ao meio ambiente como um aspecto-chave de suas atividades, aplicando políticas que visam a prevenção e o controle desses riscos em todas as unidades de produção, que permitem o cumprimento, por vezes, além das normas legais.

Em cumprimento a estas políticas, a Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra, com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------|--------------|------|-------------|--------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Passivo ambiental | 2.765 | - | 48.316 | 19.073 |
| Circulante | 313 | - | 22.580 | 14.492 |
| Não circulante | 2.452 | - | 25.736 | 4.581 |

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

Movimentação das provisões para passivo ambiental

| <u>Controladora</u> | <u>2020</u> | <u>Adições</u> | <u>Reversões</u> | <u>Utilização</u> | <u>Ajustes de conversão</u> | <u>2021</u> |
|---------------------|-------------|----------------|------------------|-------------------|-----------------------------|-------------|
| Passivo ambiental | - | 2.845 (1) | | (80) | - | 2.765 |

| <u>Consolidado</u> | <u>2019</u> | <u>Adições</u> | <u>Utilização</u> | <u>Ajustes de conversão</u> | <u>2020</u> |
|--------------------|-------------|----------------|-------------------|-----------------------------|-------------|
| Passivo ambiental | 20.108 | 12.360 | (13.370) | (25) | 19.073 |

| <u>Consolidado</u> | <u>2020</u> | <u>Adições</u> | <u>Utilização</u> | <u>Ajustes de conversão</u> | <u>2021</u> |
|--------------------|-------------|----------------|-------------------|-----------------------------|-------------|
| Passivo ambiental | 19.073 | 49.203 (1) | (19.909) | (51) | 48.316 |

(1) A Companhia, com base no aprofundamento dos estudos técnicos concluídos recentemente através de monitoramento da qualidade das águas subterrâneas, estudos de alternativas das tecnologias de remediação, execução de testes piloto das alternativas selecionadas, bem como implementação de planos de intervenção, reavaliou sua estimativa para os gastos necessários para os próximos 5 anos em relação a gestão dos passivos ambientais.”

As áreas impactadas na adição da provisão ambiental passam por um acompanhamento pela área responsável da Companhia junto com os responsáveis da controladora anterior da Unipar Indupa S.A.I.C. e Unipar Indupa Brasil. Adicionalmente, parte destes valores são reembolsáveis pela antiga controladora e estes recebíveis estão registrados na Unipar Carbocloro.

A Companhia vem solicitando junto a “CETESB” conforme acordado entre as partes a nova versão das planilhas de riscos para dar prosseguimento a implantação do plano de intervenção definitivo.

20. Débito com terceiros

Corresponde às dívidas da Indupa Argentina e da Indupa Brasil com a vendedora Solvay Indupa S.A.I.C no montante de US\$ 136 milhões sobre a qual incidia encargos de 3% a.a. Os juros dessas dívidas vinham sendo pontualmente pagos e a amortização do principal era dividida em cinco parcelas anuais de US\$ 27,2 milhões, com vencimento inicial em 27 de dezembro de 2022 e término em 27 de dezembro de 2026. Essas dívidas possuíam cláusulas que obrigavam a Indupa Argentina e a Indupa Brasil a atender determinados indicadores financeiros e cláusulas não financeiras (*affirmative e negative covenants*).

Em 06 de outubro de 2020, a credora das dívidas iniciou ação de cobrança em tentativa de acelerar essas dívidas em uma corte estadual no estado de Nova Iorque, EUA, alegando quebra de cláusulas contratuais (*covenants*) acessórias e não financeiras por não recebimento de informações públicas.

A Indupa Argentina e Indupa Brasil se defendiam de forma tempestiva à ação de cobrança quando em dezembro de 2021, a Unipar celebrou acordo com a vendedora das Indupas para encerrar o procedimento de arbitragem iniciado contra tal vendedora e a ação de cobrança contra a Indupa Brasil e Indupa Argentina descrita no parágrafo acima.. Como resultado deste acordo a Unipar recebeu R\$ 449.680 (US\$ 80.000) referente a ajuste de preço de aquisição, registrado no resultado da Companhia e (i) a Companhia adquiriu da credora por R\$ 57.633 (US\$ 10.253) a dívida devida pela Indupa Argentina e (ii) a Indupa Brasil pagou a totalidade do valor principal de R\$ 734.152 (US\$ 130.035) da sua dívida com a vendedora das Indupas. Dessa forma a Indupa Brasil e Indupa Argentina não estão mais obrigadas a cumprir com os *affirmative e negative covenants* vinculados.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

21. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da alíquota efetiva

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|-----------------|--------------------|------------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Lucro antes dos impostos | 2.350.671 | 464.489 | 3.035.323 | 601.157 |
| Alíquota nominal combinada de IRPJ e CSLL | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Imposto calculado com base na alíquota nominal combinada | (799.228) | (157.926) | (1.032.010) | (204.393) |
| Diferenças permanentes | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 430.069 | 65.840 | (860) | (797) |
| Diferença da alíquota nominal para controlada na Argentina | - | - | (6.029) | 7.560 |
| Encargos indedutíveis em controlada na Argentina (1) | - | - | - | (22.282) |
| Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação) (2) | - | - | (115.709) | (11.437) |
| Receita de Exclusão do ICMS da Base de cálculo do PIS/COFINS – Selic (3) | 3.022 | - | 77.245 | - |
| Outros | (516) | (5.285) | 5.461 | (9.590) |
| Total créditos de diferenças permanentes | 432.575 | 60.555 | (39.892) | (36.547) |
| Efeito no ano de créditos tributários não reconhecidos | | | | |
| Crédito tributário CSLL sobre correção de balanço do ano de 1989 / Recálculo de IRPJ e CSLL do ano 2017 | - | - | 3.732 | 9.450 |
| Realização de diferenças temporárias de exercícios anteriores (4) | 746 | 548 | 36.680 | 548 |
| Total da despesa de IRPJ e CSLL registrada no resultado | (365.907) | (96.823) | (1.031.490) | (230.942) |
| Alíquota efetiva combinada de IRPJ e CSLL | 15,57% | 20,85% | 33,98% | 38,42% |
| IRPJ e CSLL correntes | (161.138) | (85.103) | (628.087) | (201.786) |
| IRPJ e CSLL diferidos | (205.515) | (12.268) | (443.815) | (39.154) |
| IRPJ e CSLL anos anteriores | - | - | 3.732 | 9.450 |
| IRPJ e CSLL crédito Lei do Bem | 746 | 548 | 36.680 | 548 |
| Total da (despesa)/ receita de IR e CSLL | (365.907) | (96.823) | (1.031.490) | (230.942) |

- (1) Refere-se aos efeitos na alíquota efetiva causados pela indedutibilidade dos encargos de atualização monetária do AFAC convertido em mútuo.
- (2) Refere-se aos efeitos na alíquota efetiva causados pela correção monetária dos itens do Patrimônio Líquido da Indupa Argentina.
- (3) Parte do crédito está demonstrado no cálculo da alíquota efetiva pois refere-se ao valor da correção monetária atualizado através da taxa Selic, na controladora no montante de R\$ 8.888 e no consolidado R\$ 227,191 conforme informado na nota explicativa nº 7.
- (4) No consolidado estes créditos tributários referem-se ao benefício da lei do Bem que permite a auto aplicação do benefício referente a exercícios de anos anteriores, a partir do ano de 2020 a Companhia passou a realizar a auto aplicação do benefício, porém os valores apurados foram somente obtidos no ano de 2021.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, sobre a base negativa da contribuição social e sobre as diferenças temporárias apuradas entre o lucro contábil e o lucro tributável. As alíquotas desses impostos para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais, das bases

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

negativas de contribuição social e das diferenças temporárias. Para determinação desse reconhecimento, a Companhia utiliza como parâmetros conforme o CPC 32. Esta norma indica que os montantes a serem recuperados devem ser determinados com base em projeções de resultados tributáveis futuros. Como qualquer estimativa, estas projeções são elaboradas e fundamentadas com base em premissas internas e em hipóteses para cenários econômicos futuros que podem, com o passar do tempo, sofrer alterações.

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Imposto diferido ativo | | | | |
| Demandas judiciais | 13.039 | 12.084 | 30.852 | 22.055 |
| Ágio a amortizar | 6.957 | 10.933 | 6.957 | 10.933 |
| Valor justo de instrumentos financeiros | 1.292 | 2.583 | 1.292 | 2.583 |
| Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (1) | 12.858 | 27.120 | 97.364 | 178.787 |
| Passivo ambiental | 940 | - | 14.067 | 6.340 |
| Obrigação com benefícios a empregados (IAS 19) (7) | 1.421 | 1.488 | 17.248 | 18.469 |
| Provisão de encargos de energia elétrica | 29.264 | 29.759 | 46.285 | 47.057 |
| Outros | 25.575 | 6.434 | 58.758 | 19.384 |
| Total do imposto diferido ativo | 91.346 | 90.401 | 272.823 | 305.608 |
| Imposto diferido passivo | | | | |
| Efeito sobre combinação de negócios (2) | (406.187) | (264.528) | (406.187) | (264.528) |
| Efeito da depreciação (contábil / fiscal) (3) | (97.025) | (81.948) | (175.007) | (145.881) |
| Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação) (4) | - | - | (130.447) | (62.333) |
| Ajuste por inflação impositivo | - | - | (8.738) | - |
| Atualizações Monetárias | (897) | (2.927) | (897) | (2.927) |
| Encargos capitalizados | (3.024) | (3.202) | (5.735) | (5.980) |
| Efeito tributário sobre o ganho pelo método de aplicação de equivalência patrimonial | (6.074) | (6.074) | (6.074) | (6.074) |
| Ajustes acumulados de conversão da Mais Valia Indupa Argentina | 21.495 | 23.003 | 21.495 | 23.003 |
| Exclusão do ICMS da Base de cálculo do PIS/COFINS (6) | (46.474) | - | (170.366) | - |
| Variação Cambial - Regime de Caixa (5) | (22.157) | (15.829) | (22.157) | (15.829) |
| Total do imposto diferido passivo | (560.343) | (351.505) | (904.113) | (480.549) |
| Líquido (Passivo) de imposto diferido | (468.997) | (261.104) | (631.290) | (174.941) |
| Ativo de imposto diferido líquido | - | - | - | 142.971 |
| Passivo de imposto diferido líquido | (468.997) | (261.104) | (631.290) | (317.912) |

- (1) Refere-se ao reconhecimento de prejuízo fiscal e da base negativa da CSLL da Companhia e de suas Controladas. No Consolidado, o relevante aumento no valor justifica-se pela utilização total do estoque de prejuízo fiscal e da base negativa da CSLL da Indupa Brasil, que passou a ser constituído como um ativo diferido a partir de 2018.
- (2) Na Combinação de negócios está contemplado o valor da Receita por Compra Vantajosa relativo à aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C. no ano de 2016. Em 31 de dezembro de 2021, a Receita por Compra Vantajosa apresenta o montante de R\$ 1.020.834 (R\$ 597.767 em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente, na linha de combinação de negócios também está incluso o valor líquido da Mais Valia dos ativos relativos à aquisição da Carbocloro no ano de 2013. Em 31 de dezembro de 2021 o montante desta Mais Valia é de R\$ 173.834 (R\$ 180.255 em 31 de dezembro de 2020).
- (3) A diferença de depreciação evidenciada ocorre em função da vida útil contábil baseada em laudo de avaliação ser maior do que a vida útil fiscal.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

- (4) Refere-se aos efeitos na alíquota efetiva causados pela ineditabilidade dos encargos de atualização monetária do AFAC convertido em mútuo.
- (5) Alteração do critério de reconhecimento das variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio, de competência para caixa no decorrer do ano de 2020, em virtude da elevada oscilação da taxa de câmbio ocorrida no mês de março. A mudança de regime se baseia na Instrução Normativa nº 1.700/2017 artigos 155 e 156.
- (6) Na controladora foi constituído um passivo diferido sobre o registro do crédito da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS referente ao período de novembro de 2001 a setembro de 2006 sobre o montante de R\$ 48.824, transitado em julgado em nosso favor com pedido de habilitação deferido perante a Receita Federal. Adicionalmente, foi constituído um passivo diferido da mesma origem de crédito anteriormente mencionado, porém relativo ao período de março de 2017 a outubro de 2021 sobre o montante de R\$ 87.864, transitado em julgado em nosso favor com pedido de habilitação de crédito em análise pela Receita Federal. Na controlada Indupa do Brasil também houve constituição do passivo diferido relacionado ao mesmo tema referente ao período de março de 2003 a outubro de 2021 sobre o montante de R\$ 364.389. Em relação ao processo da controlada Indupa do Brasil, estamos aguardando o processo transitar em julgado para protocolarmos o pedido de habilitação dos créditos.

Valor refletindo a provisão sobre créditos tributários com base na modulação dos efeitos da decisão do RE nº 574.706 pelo Superior Tribunal Federal, acolhendo o pedido feito pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Nesse sentido, os ministros da suprema corte entenderam que os contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes do julgamento ocorrido no dia 15 de março de 2017 (data decisória do mérito da matéria) poderiam retroagir os efeitos da decisão para abarcar créditos de PIS e COFINS decorrentes de indébito de até 5 anos anteriores à data de ingresso de cada ação judicial. Quanto aos demais contribuintes, esses não possuem o direito à retroatividade da decisão, atendendo somente aos efeitos prospectivos que o julgado da corte determinou. Partes do crédito está demonstrado no cálculo do imposto diferido passivo, valor do principal no montante de R\$ 364.388 conforme informado na nota explicativa nº7.

- (7) Adicionalmente sobre a obrigação com benefícios a empregados registrado no Patrimônio Líquido, temos IR/CS diferido em 31 de dezembro de 2021 na controladora no valor de R\$ 1.982 (R\$ 2.013 em 31 de dezembro de 2020) e no consolidado R\$ 13.425 (R\$ 15.282 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia realiza anualmente estudo técnico de viabilidade relativo à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e, à medida que for provável que no futuro haverá lucros tributáveis suficientes para a realização do ativo fiscal diferido não contabilizado, a Companhia o registrará contabilmente.

A Companhia ainda possui uma parcela de prejuízos fiscais não operacionais provenientes de vendas de participações societárias em 2010 para os quais não foi reconhecido ativo fiscal diferido. O valor total destes prejuízos fiscais não operacionais em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 525.257 (R\$ 525.257 em 31 de dezembro de 2020).

A controlada Indupa Brasil não possui prejuízos fiscais operacionais e base negativa de contribuição social para os quais ainda não tenha sido reconhecido ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia tem em sua estrutura societária subsidiárias no exterior, cujos lucros são tributados pelo imposto de renda nos respectivos países em que foram constituídas por alíquotas inferiores às vigentes no Brasil.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

22. Outros impostos a pagar

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| ICMS a recolher | 21.907 | 10.969 | 37.773 | 32.501 |
| ICMS a recolher - parcelamento | 28.525 | 37.587 | 42.723 | 61.828 |
| PIS a recolher | 1.277 | 729 | 1.292 | 2.794 |
| COFINS a recolher | 5.987 | 3.444 | 6.151 | 13.222 |
| Impostos retidos, impostos e taxas estaduais e de prefeituras | 4.864 | 3.467 | 25.652 | 24.797 |
| Imposto sobre investimentos - Argentina | - | - | 12.112 | 3.824 |
| Imposto ao valor agregado a recolher - Argentina | - | - | 1.984 | 5.358 |
| | 62.560 | 56.196 | 127.687 | 144.324 |
| Circulante | 44.510 | 28.705 | 95.439 | 97.870 |
| Não circulante | 18.050 | 27.491 | 32.248 | 46.454 |

23. Obrigações com benefícios aos empregados

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|--------------|---------------|---------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Plano de pensão | - | - | - | 2.029 |
| Plano de saúde | 4.180 | 4.377 | 42.334 | 44.900 |
| Benefícios rescisórios | - | - | 7.801 | 8.214 |
| Provisão para gratificação por tempo de serviço | - | - | 1.139 | 1.175 |
| Total | 4.180 | 4.377 | 51.274 | 56.318 |

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios definidos e contribuições definidas a seus empregados que tem como principal objetivo a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social.

Planos de benefícios definidos

Os planos de benefícios definidos são calculados por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxa de juros, inflação, aumento dos benefícios futuros, contribuições de colaboradores ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para as patrocinadoras. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

Através de seus planos de benefícios definidos, a Companhia e suas controladas estão expostas a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

a) Volatilidade dos ativos

As obrigações dos planos são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit que necessitará de equacionamento.

b) Variação na rentabilidade dos títulos

Uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

c) Risco de inflação

Algumas obrigações dos planos de benefícios são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações. A maior parte dos ativos dos planos ou não são afetados ou tem uma pequena correlação com a inflação, o que significa que uma alta de inflação resultará também em alta do déficit.

d) Expectativa de vida

A maioria das obrigações dos planos proporciona benefícios durante a vida do participante, de modo que o aumento na expectativa de vida resultará em um aumento nos passivos dos planos.

e) Hipóteses demográficas

As hipóteses demográficas levam em conta tábuas de mortalidade, invalidez e rotatividade e são estabelecidas pelos atuários de acordo com o perfil dos colaboradores.

Na Controladora

A Companhia oferece aos seus colaboradores um plano de previdência complementar que são executados pela Carboprev Sociedade de Previdência Privada ("Carboprev"), entidade de previdência complementar fechada dotada de autonomia administrativa.

a) Plano de contribuição definida

São custeados pelos participantes e pela patrocinadora e são administrados pela Carboprev. Durante o exercício de 2021, a Companhia contribuiu para esses fundos com R\$ 2.605 (R\$ 2.600 no exercício de 2020), sendo esse montante registrado como despesa. Uma vez pagas essas contribuições a Companhia não têm mais obrigações.

b) Planos de benefícios definidos

As principais hipóteses econômicas e biométricas estão a seguir descritas:

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|---------------------------------|--------------------|--------------------|
| Taxa de desconto nominal | 8,39% a 8,70% a.a. | 6,48% a 6,79% a.a. |
| Taxa de inflação de longo prazo | 3,00 % a.a. | 3,25 % a.a. |
| Taxa nominal do benefício | 3,00 % a.a. | 3,25 % a.a. |
| Inflação médica | 6,60 % a.a. | 6,86 % a.a. |
| Mortalidade geral | AT-2000 | AT-2000 |

c) Plano de aposentadoria

A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2021 é de 88 (88 em 31 de dezembro de 2020). Atualmente o número de assistidos é de 82.

A posição atuarial do plano em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

| | <u>Controladora</u> | |
|---|---------------------|-------------|
| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
| Valor presente das obrigações atuariais | 61.018 | 71.886 |
| Valor justo dos ativos | (106.492) | (100.674) |
| Superávit | (45.474) | (28.788) |
| Efeito do teto do ativo | 45.474 | 28.788 |
| Passivo atuarial líquido | - | - |

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

Não se espera que o superávit apresentado traga benefícios econômicos e, portanto, a Companhia não pode reconhecê-lo como um ativo atuarial líquido, de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados.

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é demonstrada a seguir:

| | Controladora | |
|---|---------------|---------------|
| | 2021 | 2020 |
| Obrigações atuariais no final do exercício anterior | 71.886 | 70.661 |
| Custo financeiro | 4.486 | 5.125 |
| (Ganho) Perdas atuariais - experiência | (18.416) | 863 |
| (Ganho) Perdas atuariais - premissas financeiras | 8.344 | 369 |
| Benefícios pagos sobre ativos do plano | (5.282) | (5.132) |
| Saldo em 31 de dezembro | 61.018 | 71.886 |

A movimentação do valor justo dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é demonstrada a seguir:

| | Controladora | |
|--|----------------|----------------|
| | 2021 | 2020 |
| Valor justo dos ativos do plano no final do exercício anterior | 100.673 | 98.047 |
| Receitas de juros sobre os ativos do plano | 4.638 | 457 |
| Retorno esperado sobre os ativos do plano | 6.357 | 7.191 |
| Contribuições do empregador | 104 | 110 |
| Benefícios pagos | (5.282) | (5.132) |
| Saldo em 31 de dezembro | 106.490 | 100.673 |

A movimentação do passivo atuarial líquido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é demonstrada a seguir:

| | Controladora | |
|---|--------------|----------|
| | 2021 | 2020 |
| Custo de serviço corrente e juros sobre ativo líquido | (6) | (6) |
| Contribuições da patrocinadora | (104) | (110) |
| Efeitos de remensuração - ganhos atuariais e variação de teto do ativo no período | 110 | 116 |
| Passivo atuarial líquido | - | - |

As despesas de custos de serviço e financeiro e os ganhos e perdas atuariais desses benefícios reconhecidas no exercício de 2020 é de R\$ 6 e a projeção para o exercício seguinte é de receita atuarial de R\$ 7.

d) Plano de Saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores um benefício de saúde pós-aposentadoria de 2 anos, quando, de forma cumulativa ele tenha o seu contrato de trabalho rescindido e já esteja aposentado pela previdência oficial.

Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido.

A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2021 é de 480 (481 em 31 de dezembro de 2020). Atualmente o número de assistidos é de 15.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

A movimentação do passivo atuarial desse benefício nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é apresentada a seguir:

| | Controladora | |
|--|--------------|-------|
| | 2021 | 2020 |
| Obrigações atuariais no final do exercício anterior | 4.377 | 4.766 |
| Custo de serviço corrente, juros sobre passivo líquido e custo de serviço passado | 664 | 661 |
| Contribuições da patrocinadora | (659) | (491) |
| Efeitos de remensuração - (ganhos)/perdas atuariais e variação de teto do ativo no período | (201) | (559) |
| | 4.181 | 4.377 |

As despesas de custos de serviço e financeiro desse benefício reconhecidas no exercício de 2021 é de R\$ 664 e a projeção para estas despesas no exercício seguinte é de R\$ 833.

Análise de sensibilidade dos benefícios definidos

| Descrição da premissa | Avaliação do impacto | Impacto em R\$ mil efeito na obrigação 2021 | |
|-------------------------------|----------------------|---|----------------|
| | | Plano de previdência | Plano de saúde |
| Taxa de desconto | Aumento de 0,5% | (1.404) | 114 |
| Taxa de desconto | Redução de 0,5% | 2.494 | 170 |
| Taxa de reajuste de benefício | Aumento de 0,5% | 175 | - |
| Taxa de reajuste de benefício | Redução de 0,5% | (292) | - |
| Taxa da inflação médica | Aumento de 1% | - | 193 |
| Taxa da inflação médica | Redução de 1% | - | 130 |
| Taxa de crescimento salarial | Aumento de 0,5% | 2.512 | - |
| Taxa de crescimento salarial | Redução de 0,5% | (2.360) | - |
| Tábua de mortalidade (idade) | Aumento de +1 | (1.766) | 209 |
| Tábua de mortalidade (idade) | Redução de -1 | 1.749 | 309 |

Na Indupa Brasil

a) Plano de contribuição definida

A Companhia patrocina um plano de contribuição definida custeado pelos participantes e pela patrocinadora administrado pela Carboprev Sociedade de Previdência Privada ("Carboprev"), Uma vez paga as contribuições a Companhia não tem mais obrigações.

b) Planos de benefícios definidos

As principais hipóteses econômicas e biométricas, utilizadas para a avaliação anual em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão a seguir descritas:

| | 2021 | 2020 |
|-------------------------------------|-------------------|--------------------|
| Taxa de desconto nominal | 8,37% a 8,38% a.a | 6,08% a 6,26% a.a. |
| Taxa de inflação de longo prazo | 3,00% a.a | 3,25% a.a |
| Taxa de crescimento salarial futuro | 3,50% a.a | 3,77% a.a |
| Inflação médica | 3,00% a.a | 3,25% a.a |
| Mortalidade geral | AT-2000 | AT-2000 |
| Entrada em Invalidez | Light Fraca | Light Fraca |

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

c) Plano de pensão

A Companhia mantém um plano de pensão para ex-colaboradores, contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2021 não temos mais beneficiários neste plano (2 beneficiários em 31 de dezembro de 2020).

d) Plano de Saúde

A controlada oferece um plano de assistência pós-emprego para determinados colaboradores e ex-colaboradores aposentados. Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2021 é de 145 (147 em 31 de dezembro de 2020).

O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 38.154 (R\$ 40.523 em 31 de dezembro de 2020).

e) Gratificações de tempo de casa

A controlada oferece a todos os seus colaboradores uma gratificação ao completarem 10 e 25 anos de trabalho. Essa gratificação é contabilizada como uma obrigação de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2021 é de 343 (313 em 31 de dezembro de 2020).

O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2021 é de R\$1.139(R\$1.175 em 31 de dezembro de 2020).

f) Benefícios rescisórios

A controlada proporciona benefício de indenização adicional por desligamento para determinados colaboradores. As definições dos montantes do benefício estão vinculadas ao tempo de trabalho. Esses benefícios são contabilizados como obrigações de benefício definido e o passivo atuarial.

O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2021 é de R\$2.832 (R\$2.771 em 31 de dezembro de 2020).

As projeções de despesas de custos de serviço e financeiro, dos benefícios citados acima, para o exercício seguinte está descrita a seguir:

| | <u>2021</u> |
|--------------------------------|--------------|
| Plano de Pensão | - |
| Plano de saúde | 3.372 |
| Benefícios Rescisórios | 390 |
| Gratificação por tempo de casa | <u>219</u> |
| | <u>3.981</u> |

Na Indupa Argentina

a) Plano de contribuição definida

A controlada Indupa Argentina patrocina um plano de contribuição definida custeada pelos participantes e pela patrocinadora administrado pela BNP (*Fideicomisso Optimum*). Uma vez paga as contribuições a controlada não tem mais obrigações.

b) Plano de benefício definido

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

As principais hipóteses econômicas e biométricas utilizadas para a avaliação anual em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão a seguir descritas:

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|-------------------------------------|--------------|--------------|
| Taxa de desconto nominal | 39,47 % a.a. | 31,04 % a.a. |
| Taxa de inflação de longo prazo | 17,00 % a.a. | 17,00 % a.a. |
| Taxa de crescimento salarial futuro | 17,59 % a.a. | 17,59 % a.a. |
| Mortalidade geral | AT-2000 | AT-2000 |
| Entrada em Invalidez | Light Fraca | Light Fraca |

c) Plano de benefício por desligamento, invalidez ou morte

A controlada proporciona um benefício de indenização em caso de desligamento, invalidez ou morte. Em caso de desligamento a elegibilidade é a partir dos 65 anos para homens e 60 para mulheres. O montante do benefício a ser pago em parcela única varia entre três a seis salários mensais dependendo do motivo da elegibilidade. A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2021 é de 554 (563 em 31 de dezembro de 2020). Esse benefício é contabilizado como uma obrigação de benefício definido e o passivo atuarial em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 4.706 (R\$5.308 em 31 de dezembro de 2020). A projeção de despesas de custos de serviço e financeiro desse plano de benefício para o exercício seguinte é de R\$ 1.923.

24. Capital social

a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação de seu Conselho de Administração, até o valor de R\$ 840.000.

b) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 699.002 (R\$ 699.002 em 31 de dezembro de 2020), composto por ações nominativas escriturais, com a seguinte distribuição:

| | <u>Controladora</u> | |
|------------------------------|----------------------------|-------------------|
| | <u>Quantidade de ações</u> | |
| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
| Ações ordinárias | 33.007.970 | 33.007.970 |
| Ações preferenciais Classe A | 2.055.375 | 2.466.991 |
| Ações preferenciais Classe B | 59.369.527 | 58.957.911 |
| | <u>94.432.872</u> | <u>94.432.872</u> |

c) Direitos das ações

As ações ordinárias têm direito a voto nas deliberações sociais. As ações preferenciais Classe A têm direito ao recebimento de dividendo mínimo prioritário de 10% ao ano sobre a parcela de capital social constituída por essa classe de ação, dividendo a ser entre elas rateado igualmente, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% do atribuído a cada ação ordinária.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

As ações preferenciais Classe B têm prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, e recebimento de um dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

Todas as ações participam em igualdade de condições na distribuição de bonificações em ações decorrentes da capitalização de reservas e/ou de lucros.

d) Ações em tesouraria

A Companhia possui 30.100 ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2021 (25.100 ações em 31 de dezembro de 2020) no valor contábil de R\$ 1.401 (R\$ 1.154 em 31 de dezembro de 2020). O valor de mercado destas ações em 31 de dezembro de 2021 representava R\$ 3.099 (R\$ 1.225 em 31 de dezembro 2020).

Entre 01 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou recompra de 5.000 ações ao preço médio ponderado de R\$ 49,51 por ação, totalizando R\$ 248. As ações foram adquiridas através do 2º programa de recompra aprovado pela Administração em 13 de maio de 2020 e aditado em 17 de julho de 2020 e 11 de novembro de 2020, com objetivo de permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação das ações no mercado. Atualmente, está em vigência o 3º programa de recompra aprovado pela Administração em 11 de novembro de 2021.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de novembro de 2021, foi aprovado 3º Programa de Recompra de Ações sem redução do capital social e com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas. Considerando a quantidade de ações em circulação e em tesouraria, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério e nos termos do Programa de Recompra, adquirir a valor de mercado, realizado na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, até 715.744 (setecentas e quinze mil, setecentas e quarenta e quatro) ações ordinárias, até 128.459 (cento e vinte e oito mil, quatrocentas e cinquenta e nove) ações preferenciais classe “A” e até 4.482.000 (quatro milhões, quatrocentas e oitenta e duas mil) ações preferenciais classe “B” de emissão da Companhia. O prazo do programa tem 18 (dezoito) meses, iniciando-se em 14 de novembro de 2021 e encerrando-se em 14 de maio de 2023.

A movimentação detalhada das ações de tesouraria está demonstrada a seguir:

| Ações em tesouraria | Nº ações em 2019 | Recompras | Cancelamento | Outorga (i) | Nº ações em 2020 |
|----------------------------|-------------------------|------------------|---------------------|--------------------|-------------------------|
| Ações ordinárias | 333.604 | 1.910.700 | 2.244.304 | - | - |
| Ações preferencias - A | 92.603 | 204.700 | 272.203 | - | 25.100 |
| Ações preferencias - B | 2.807.736 | 2.628.200 | 4.731.362 | 704.574 | - |
| Total | 3.233.943 | 4.743.600 | 7.247.869 | 704.574 | 25.100 |

| Ações em tesouraria | Nº ações em 2020 | Recompras | Nº ações em 2021 |
|----------------------------|-------------------------|------------------|-------------------------|
| Ações ordinárias | - | - | - |
| Ações preferencias - A | 25.100 | - | 25.100 |
| Ações preferencias - B | - | 5.000 | 5.000 |
| Total | 25.100 | 5.000 | 30.100 |

i. Transações com pagamentos em ações

Plano de ações restritas

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

No dia 28 de janeiro de 2020, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o plano de outorga de ações restritas (“Plano de Outorga”), que consiste na entrega de ações preferencias da Companhia às pessoas elegíveis, conforme definido pelo Conselho de Administração, que administra Plano de Outorga.

A outorga de ações restritas é realizada mediante a celebração de contrato entre a Companhia e cada participante. O Plano foi criado como parte da estrutura de remuneração e como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência dos Participantes na Companhia, bem como ao reconhecimento dos serviços prestados pelos Participantes à Companhia, visto que, sujeito ao cumprimento de determinadas condições estabelecidas pelo Conselho de Administração, os Participantes farão jus ao recebimento de Ações Restritas.

Em conformidade com o Plano de Outorga, durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 foram outorgadas 704.574 ações preferenciais de classe B da Companhia. O efeito no resultado para o período findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 24.770, reconhecidos na controladora na rubrica de “Despesas administrativas”. Abaixo seguem movimentações:

| | 31 de dezembro de 2020 | | |
|----------------------------|---------------------------|-------------------------------------|-----------------------------|
| | Ações restritas | | |
| | Valor Justo (em reais) | Preço do exercício (em reais) | Quantidade (em unidades) |
| Saldo inicial do exercício | - | - | - |
| Movimentações | | | |
| Concedidas | 24.770 | 35,16 | 704.574 |
| Exercidas | (24.770) | 35,16 | (704.574) |
| Saldo Final no período | - | - | - |

25. Reservas de lucros

| | Reserva legal | Reserva Especial para Dividendos | Reserva para investimento | Total |
|--|------------------|--|------------------------------|-----------|
| Em 31 de dezembro de 2019 | 91.775 | 91.775 | 552.699 | 736.249 |
| Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados | - | - | 7.738 | 7.738 |
| Cancelamento de ações em tesouraria | - | - | (219.736) | (219.736) |
| Outorga de ações | - | - | 3 | 3 |
| Constituição de Reservas | 18.383 | 18.383 | 243.579 | 280.345 |
| Em 31 dezembro de 2020 | 110.158 | 110.158 | 584.283 | 804.599 |
| Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados | - | - | 4.549 | 4.549 |
| Dividendos intermediários | - | - | (154.831) | (154.831) |
| Constituição de Reservas | 29.643 | 29.643 | 433.963 | 493.249 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | 139.801 | 139.801 | 867.964 | 1.147.566 |

a) Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social até atingir o limite de 20% do capital social, de acordo com a legislação societária.

b) Reserva especial para dividendos – estatutária

Constituída com base no estatuto social da Companhia, à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, que não poderá exceder 20% do capital social e tem por finalidade assegurar

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

fluxo regular de dividendos e possibilitar, se aplicável, o pagamento antecipado do dividendo obrigatório. Eventuais reversões devido ao pagamento antecipado de dividendo obrigatório devem ser recompostas.

c) Reserva para investimentos – estatutária

Criada no exercício de 2014, a reserva para investimentos está prevista no estatuto social e tem por finalidade assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar seu capital de giro.

Com base no ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia propôs dividendos adicionais a ser aprovado em sua próxima Assembleia Geral Ordinária no montante de R\$ 250.000. Esta decisão somada com uma proposta de remuneração de ações, tem a finalidade de distribuir o excedente de suas reservas de lucros que estão superiores ao capital social.

26. Receita operacional líquida

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Receita bruta de vendas | | | | |
| Mercado interno | 2.061.983 | 1.458.516 | 7.167.112 | 4.583.175 |
| Mercado externo | 2.245 | 6.880 | 594.690 | 270.492 |
| | 2.064.228 | 1.465.396 | 7.761.802 | 4.853.667 |
| Impostos e outras deduções sobre vendas | (478.581) | (341.179) | (1.457.833) | (976.365) |
| Deduções sobre exportações - Argentina | - | - | (14.600) | (9.079) |
| Receita líquida de vendas | 1.585.647 | 1.124.217 | 6.289.369 | 3.868.223 |

27. Custos e despesas por natureza

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------------|------------------|--------------------|--------------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Matérias-primas, insumos e materiais de uso e consumo | (562.741) | (428.872) | (2.688.956) | (1.885.593) |
| Despesa com salários, honorários, benefícios e encargos a empregados e administradores | (179.315) | (208.933) | (585.007) | (505.277) |
| Encargos de depreciação e amortização | (90.086) | (87.447) | (219.353) | (197.950) |
| Serviços de terceiros | (103.077) | (97.719) | (237.179) | (195.691) |
| Despesas com fretes de vendas | (67.020) | (51.689) | (176.256) | (157.765) |
| Outras | (28.753) | (15.851) | (186.614) | (148.140) |
| | (1.030.992) | (890.511) | (4.093.365) | (3.090.416) |
| Custo dos produtos vendidos | (784.719) | (630.311) | (3.486.604) | (2.533.636) |
| Despesas com vendas | (67.020) | (51.689) | (197.736) | (175.387) |
| Despesas administrativas | (179.253) | (208.511) | (409.025) | (381.393) |
| | (1.030.992) | (890.511) | (4.093.365) | (3.090.416) |

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

28. Outras despesas operacionais, líquidas

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|---------|-------------|----------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Reversão (constituição) para demandas judiciais | (5.517) | (3.951) | (37.173) | (8.310) |
| Reversão (constituição) de provisão para passivo ambiental | (2.765) | - | (49.304) | (12.256) |
| Reversão (constituição) da provisão para créditos de liquidação duvidosa | 453 | 3.771 | 384 | 3.992 |
| (Reversão) constituição para demanda judicial ativa | - | 27 | - | 27 |
| Reembolso de passivos ambientais e demandas judiciais (¹) | 7.452 | 9.691 | 7.452 | 9.691 |
| Títulos a receber, baixados como incobráveis | - | (5.454) | (2.152) | (5.725) |
| Outros custos de bens e direitos alienados | - | - | (3.927) | (2.814) |
| Despesas operacionais com Covid-19 | (871) | (2.494) | (9.458) | (3.953) |
| Crédito exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS (²) | 107.863 | - | 436.178 | - |
| Outras receitas não correntes | - | 1.600 | - | 1.600 |
| Outras despesas com investimentos | (28.829) | (3.706) | (34.724) | (3.706) |
| Outras receitas (despesas) operacionais | (1.378) | (2.170) | (4.229) | (5.491) |
| Total de outras receitas (despesas) operacionais | 76.408 | (2.686) | 303.047 | (26.945) |

(¹) Esta rubrica constitui ao direito adquirido de reembolso de passivos ambientais e demandas judiciais sobre responsabilidade da antiga controladora da Indupa Brasil e Indupa Argentina.

(²) Reconhecimento do crédito da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS referente ao período de novembro de 2001 a setembro de 2006 e março de 2017 a outubro de 2021 na controladora e, março de 2003 a outubro de 2021 na controlada Indupa do Brasil, líquido de honorários advocatícios e provisões, conforme mencionado na nota explicativa nº 7.

29. Resultado financeiro

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|----------|-------------|-----------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Receita financeira | | | | |
| Receitas de equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários | 23.764 | 13.559 | 146.248 | 29.342 |
| Juros sobre créditos com empresas relacionadas | 6.100 | 5.679 | - | - |
| Variações monetárias ativas | 940 | 6.204 | 11.503 | 32.492 |
| Variação monetária sobre crédito da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS (¹) | 64.276 | - | 282.579 | - |
| Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação) | - | - | - | 20.701 |
| Outras receitas financeiras | 383 | 1.376 | 1.781 | 20.229 |
| | 95.463 | 26.818 | 442.111 | 102.764 |
| Despesa financeira | | | | |
| Juros e demais encargos sobre empréstimos e débitos com terceiros | (97.948) | (30.902) | (138.048) | (66.157) |
| Variações monetárias passivas | (670) | (73) | (55.759) | (162.555) |
| PIS e COFINS sobre receitas financeiras | (4.440) | - | (16.505) | (1.477) |
| Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação) | - | - | (87.211) | - |
| Outras despesas financeiras | (2.915) | (2.731) | (25.755) | (16.405) |
| | (105.973) | (33.706) | (323.278) | (246.594) |
| Variações cambiais, líquidas | | | | |
| Ativos financeiros | 18.136 | 47.906 | 55.528 | 37.368 |
| Passivos financeiros | (898) | (1.196) | (83.526) | (40.901) |
| | 17.238 | 46.710 | (27.998) | (3.533) |
| Resultado financeiro líquido | 6.728 | 39.822 | 90.835 | (147.363) |

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

(¹) Atualização monetária sobre o registro do crédito da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS referente ao período de novembro de 2001 a setembro de 2006 e março de 2017 a outubro de 2021 na controladora e, março de 2003 a outubro de 2021 na controlada Indupa do Brasil.

(²) Ativos financeiros refere-se principalmente a variação cambial sobre créditos com empresas ligadas no valor de R\$ 15.536 no consolidado refere-se principalmente a variação cambial sobre clientes R\$ 26.562.

(³) Passivos financeiros refere-se principalmente sobre exigíveis no exterior R\$ 900 e no consolidado as variações cambiais sobre o empréstimo com a SHV no valor de R\$ 52.123 e sobre os exigíveis no exterior no valor de R\$ 31.402.

30. Resultado por ação - básico

O resultado básico por ação é calculado pela divisão entre o resultado atribuível aos acionistas e a quantidade média ponderada de ações durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria, nota 24 (d). Não há efeito dilutivo no resultado atribuível aos acionistas.

| Tipo de ação | 2021 | | |
|------------------------------|--------------------------------|---|-------------------------------|
| | Lucro atribuído aos acionistas | Quantidade média de ações em circulação | Lucro por ação (R\$ por ação) |
| Ações Ordinárias | 651.595 | 33.008 | 19,7405 |
| Ações Preferenciais Classe A | 47.286 | 2.178 | 21,7146 |
| Ações Preferenciais Classe B | 1.285.883 | 59.217 | 21,7146 |
| Total | 1.984.764 | 94.403 | |

| Tipo de ação | 2020 | | |
|------------------------------|--------------------------------|---|-------------------------------|
| | Lucro atribuído aos acionistas | Quantidade média de ações em circulação | Lucro por ação (R\$ por ação) |
| Ações Ordinárias | 120.421 | 33.268 | 3,6197 |
| Ações Preferenciais Classe A | 10.382 | 2.607 | 3,9824 |
| Ações Preferenciais Classe B | 236.863 | 59.488 | 3,9817 |
| Total | 367.666 | 95.363 | |

31. Dividendos

Conforme artigo 34 do estatuto social da Unipar, a Companhia distribuirá como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 20 de abril de 2021, a Administração propôs a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 87.321 (sendo R\$ 72.000 antecipados em 11 de novembro de 2020 e R\$ 15.321 distribuídos em 30 de abril de 2021 completando os 25% obrigatórios), os quais foram aprovados pela ata da Assembleia Geral Ordinária.

Em 20 de abril de 2021, a Administração também propôs dividendos adicionais no montante de R\$ 96.346 e pagos em 30 de abril de 2021. Esta proposta tem a finalidade de adequar suas reservas de lucros frente ao capital social.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

Em 27 de maio de 2021 a Administração antecipou dividendos de 2021 no montante de R\$ 250.000 e pagos em 15 de junho de 2021 conforme RCA (Reunião do Conselho de Administração).

Em 12 de agosto de 2021 a Administração antecipou dividendos de 2021 no montante de R\$ 272.000 e pagos em 27 de agosto de 2021 conforme RCA (Reunião do Conselho de Administração).

Em 12 de agosto de 2021, a Administração também propôs dividendos adicionais no montante de R\$ 28.000 e pagos em 27 de agosto de 2021. Esta proposta tem a finalidade de adequar suas reservas de lucros frente ao capital social.

Em 30 de novembro a Administração antecipou dividendos de 2021 no montante de R\$ 300.000 e pagos em 30 de novembro de 2021 conforme RCA (Reunião do Conselho de Administração)

Os cálculos dos dividendos para os exercícios de 2021 e 2020, assim como as demais destinações do lucro líquido do exercício, são demonstrados a seguir:

a) Dividendos propostos do exercício

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|---|------------------|----------------|
| Lucro líquido ao final do exercício | 1.984.764 | 367.666 |
| (-) Constituição de reserva legal - Nota 25 (a) | (29.643) | (18.383) |
| Lucro líquido realizado | <u>1.955.121</u> | <u>349.283</u> |
| | | |
| Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro líquido ajustado) | <u>488.780</u> | 87.321 |
| Dividendos adicionais antecipados | <u>752.735</u> | - |
| Dividendos adicionais Propostos | <u>250.000</u> | - |
| Dividendos propostos | <u>1.491.515</u> | <u>87.321</u> |
| | | |
| Saldo remanescente a destinar | <u>463.606</u> | 261.962 |
| (-) Reserva especial de dividendos - Nota 25 (b) | (29.643) | (18.383) |
| (-) Reserva para investimentos - Nota 25 (c) | (433.963) | (243.579) |

b) Dividendos a pagar

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|--|------------------|---------------|
| Saldo Inicial | <u>23.459</u> | 54.437 |
| Pagamentos | (15.307) | (40.434) |
| Reversão de dividendos prescritos e não reclamados | (4.549) | (7.738) |
| Dividendos adicionais propostos - antecipados | <u>752.735</u> | - |
| Dividendos adicionais propostos - antecipados (pagos no ano) | (727.290) | (70.127) |
| Dividendos propostos mínimos obrigatórios | <u>488.780</u> | 87.321 |
| Dividendos propostos mínimos obrigatórios (pagos no ano) | (472.258) | - |
| Dividendos intermediários | <u>154.831</u> | - |
| Dividendos intermediários (pagos no ano) | (150.185) | - |
| Dividendos adicionais propostos | <u>250.000</u> | - |
| Saldo final | <u>300.216</u> | <u>23.459</u> |

As ações preferenciais classe A tem prioridade no recebimento de dividendos. Essa classe de ações recebe a totalidade dos dividendos até o limite equivalente a 10% de rendimento sobre a parcela do capital social constituída por esta classe de ações.

Ultrapassado este limite, as demais classes de ações passam a receber dividendos, sendo que as ações preferenciais classe A sempre devem receber, no mínimo, 10% a mais de dividendos do que as ações ordinárias.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

Ultrapassado o limite de pagamento mínimo de dividendos às ações preferenciais classe A, as ações preferenciais classe B e ordinárias passam a receber dividendos. Neste caso, os dividendos pagos às ações preferenciais classe B devem ser 10% superiores aos dividendos pagos às ações ordinárias.

Seguindo as regras estatutárias, os dividendos por ação propostos a cada classe são os seguintes:

Dividendos propostos por tipo de ação:

| | Classe de Ação | | |
|---|----------------|--------------|--------------|
| | ON | PNA | PNB |
| Dividendos propostos mínimos obrigatórios | 4,86 | 5,35 | 5,35 |
| Dividendos adicionais propostos - antecipados | 7,49 | 8,24 | 8,24 |
| Dividendos adicionais propostos | 2,49 | 2,74 | 2,74 |
| Total | 14,84 | 16,33 | 16,33 |

32. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

| | Consolidado | |
|-------------|----------------|-------------------------|
| | 2021 | |
| | Valor segurado | Vigência |
| Patrimonial | 3.533.771 | 27/12/2021 à 27/12/2022 |
| Transportes | 5.539.683 | 30/06/2021 à 30/06/2022 |

33. Gestão de risco e instrumentos financeiros

33.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, o risco da taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Unipar se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas.

A gestão de risco financeiro é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. Toda e qualquer operação de *hedge* ou outra operação que envolva a contratação de instrumentos derivativos, identificada pela tesouraria, com o intuito de proteger a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros, deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração.

33.2. Risco de mercado

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, e mudanças de taxa de juros.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

a) Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue de forma relevante devido às variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às taxas de juros de suas aplicações financeiras e de seus empréstimos e financiamentos.

Os financiamentos com juros indexados ao TJLP captados junto ao BNDES, com a finalidade de aumento de capacidade de produção, melhoria das instalações e aquisições de máquinas e equipamentos, são compreendidos pela administração da Companhia como risco de volatilidade baixa.

Os demais indexadores que a Administração entende que apresentam maiores riscos de exposição a taxa de juros em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, e estão de acordo com a Política de Gestão de risco financeiro estão demonstrados a seguir de forma líquida:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|-----------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Exposição líquida de ativos e passivos à taxa CDI | | | | |
| Caixa e Equivalentes de caixa | 143.591 | 370.201 | 201.058 | 653.045 |
| Aplicações financeiras | 402.732 | 52.646 | 621.309 | 188.908 |
| Empréstimos e financiamentos | (1.431.110) | (654.035) | (1.431.110) | (654.035) |
| Total | (884.787) | (231.188) | (608.743) | 187.918 |
| Exposição líquida de ativos e passivos à taxa IPCA | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | (25.872) | (29.195) |
| Total | - | - | (25.872) | (29.195) |
| Exposição líquida de ativos e passivos à taxa SELIC | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | - | (2.319) | - | (2.319) |
| Total | - | (2.319) | - | (2.319) |

Análise de sensibilidade da taxa de juros

Para fins de análise de sensibilidade dos riscos de taxas de juros a Companhia utilizou, para cenários prováveis nas transações indexadas as taxas extraídas do relatório FOCUS 19 de janeiro de 2022.

A análise foi feita para o horizonte de três meses e é exposta a variação no resultado considerando as exposições líquidas informadas.

Os cenários foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente em relação à expectativa provável.

| Controladora | | Taxa Cenário Atual | Cenário Provável | | Cenário I variação de 25% | | Cenário II variação de 50% | |
|------------------------|-----------------------|--------------------|------------------|-----------------------------|---------------------------|-----------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| Exposição de contratos | Risco | | Taxa | Efeito líquido no resultado | Taxa | Efeito líquido no resultado | Taxa | Efeito líquido no resultado |
| CDI | Aumento/ (Redução) | 9,15% | 11,75% | (31.903) | 14,69% | (37.983) | 17,63% | (43.867) |
| Consolidado | | | | | | | | |
| Exposição de contratos | Risco | Taxa Cenário Atual | Taxa | Efeito líquido no resultado | Taxa | Efeito líquido no resultado | Taxa | Efeito líquido no resultado |
| CDI | Aumento/ (Redução) | 9,15% | 11,75% | (30.317) | 8,81% | (34.654) | 5,88% | (38.790) |
| IPCA | Aumento/ (Redução) | 10,06% | 5,09% | (306) | 6,36% | (227) | 7,64% | (148) |
| | | | | (30.623) | | (34.881) | | (38.938) |

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

b) Risco cambial

A Companhia e suas controladas estão suscetíveis a este risco em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras. O risco cambial refere-se principalmente às variações do dólar norte-americano.

Como controle interno, a Tesouraria informa periodicamente à Diretoria sobre as posições e exposições ao câmbio, tanto para ativos e passivos lastreados e indexados às moedas estrangeiras quanto para instrumentos derivativos contratados. A Companhia gerencia o risco de variação cambial através do monitoramento de taxas de câmbio e curvas de mercado.

A Companhia entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição cambial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 demonstrados a seguir, estão de acordo com a Política de Gestão de risco financeiro e são representativas da exposição incorrida durante o exercício.

Análise de sensibilidade da taxa cambial

Para fins de análise de sensibilidade nas transações que envolvem exposição à variação cambial, a Companhia utilizou a taxa PTAX Venda válida para 18 de janeiro de 2022, divulgada no Banco Central para o cenário provável.

A análise foi feita para o horizonte de três meses sobre os saldos expostos de forma líquida e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apurando o diferencial de juros e variação cambial para cada um dos cenários projetados.

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, em relação à expectativa provável, conforme demonstrado a seguir:

Exposição líquida de ativos e passivos ao US\$ (Dólar Americano)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|----------------|--------------------|------------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Exposição líquida de ativos e passivos ao US\$ (Dólar Americano) | | | | |
| Caixa e Equivalentes de caixa | - | - | 2 | 5 |
| Empréstimos de curto e longo prazo | - | - | - | 68 |
| Débito com terceiros | - | - | - | (711.270) |
| Contas a receber de clientes | 139 | - | 254.896 | 150.331 |
| Créditos com empresas ligadas | 292.769 | 213.500 | - | - |
| Outros Créditos | 20.055 | - | 20.055 | - |
| Outros ativos circulantes | 98 | 157 | 4.150 | 2.526 |
| Fornecedores | (20.806) | (9.366) | (155.780) | (81.998) |
| Outros passivos circulantes | (283) | (4) | (10.760) | (1.008) |
| Outros passivos não circulantes | - | - | (27) | (1.678) |
| Total | 291.972 | 204.287 | 112.536 | (643.024) |

| Controladora | | Câmbio atual | Cenário Provável | | Cenário I variação de 25% | | Cenário II variação de 50% | |
|----------------------|--------------------|---------------------|-------------------------|------------------------------------|----------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|------------------------------------|
| Exposição R\$ | Risco | | Câmbio | Efeito líquido no resultado | Câmbio | Efeito líquido no resultado | Câmbio | Efeito líquido no resultado |
| Exposição Líquida | Aumento/ (Redução) | 5,5805 | 5,5213 | (3.097) | 6,9756 | 76.906 | 8,3708 | 150.682 |
| Consolidado | | Câmbio atual | Cenário Provável | | Cenário I variação de 25% | | Cenário II variação de 50% | |
| Exposição R\$ | Risco | | Câmbio | Efeito líquido no resultado | Câmbio | Efeito líquido no resultado | Câmbio | Efeito líquido no resultado |
| Exposição Líquida | Aumento/ (Redução) | 5,5805 | 5,5213 | (1.194) | 6,9756 | 29.642 | 8,3708 | 58.078 |

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

33.3. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria a prejuízo financeiro.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito principalmente em relação as suas aplicações financeiras e suas contas a receber de clientes.

Depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez classificados como equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Todos os ativos financeiros da Companhia e suas controladas estão em entidades de primeira linha em relação a risco de crédito.

As contas a receber de clientes representam valores devidos pelos clientes da Unipar e suas controladas, relacionados à venda de seus produtos. O risco sobre estes montantes é determinado por meio da aplicação das políticas internas da Companhia.

Quando o risco de crédito é considerado alto, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa.

33.4. Risco de Liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos a serem liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento,

correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários.

Os valores divulgados no quadro abaixo apresentam o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

| | <u>Menos de um ano</u> | <u>Entre um e dois anos</u> | <u>Entre dois e cinco anos</u> | <u>Acima de cinco anos</u> |
|----------------------------------|----------------------------|---------------------------------|------------------------------------|--------------------------------|
| Controladora | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2021 | | | | |
| Empréstimos | <u>151.226</u> | <u>95.850</u> | <u>684.034</u> | <u>500.000</u> |
| Fornecedores | <u>68.822</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Consolidado | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2021 | | | | |
| Empréstimos | <u>161.824</u> | <u>105.423</u> | <u>707.582</u> | <u>500.000</u> |
| Fornecedores | <u>391.762</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

33.5. Gestão do capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira relacionado com o patrimônio líquido.

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e de longo prazo), subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Companhia e suas controladas não estão sujeitas a nenhuma exigência externa sobre o capital.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020, podem ser assim demonstrados:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-----------|---------------|-----------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Total dos empréstimos (Nota 16) | 1.431.110 | 657.872 | 1.474.829 | 713.540 |
| Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) | (156.135) | (371.734) | (331.177) | (924.852) |
| Menos – aplicações financeiras (Nota 5) | (402.732) | (52.646) | (1.291.272) | (188.908) |
| Dívida líquida (Ativos) financeiros líquidos | 872.243 | 233.492 | (147.620) | (400.220) |
| Total do patrimônio líquido (¹) | 2.288.743 | 1.725.007 | 2.288.743 | 1.725.007 |
| Índice de alavancagem financeira - % | 38,11 | 13,54 | (6,45) | (23,20) |
| Menos - Créditos com empresas ligadas (Nota 10) | (292.769) | (213.500) | - | - |
| Dívida líquida com créditos empresas ligadas | 579.474 | 19.992 | (147.620) | (400.220) |
| Índice de alavancagem financeira créditos com empresas ligadas - % | 25,32 | 1,16 | (6,45) | (23,20) |
| Débitos com terceiros (Nota 20) | - | - | - | 712.965 |
| Dívida líquida com débitos com terceiros | 872.243 | 233.492 | (147.620) | 312.745 |
| Índice de alavancagem financeira com débitos com terceiros - % | 38,11 | 13,54 | (6,45) | 18,13 |

(¹) Participação no patrimônio líquido atribuível aos controladores.

Os “*covenants*” bancários consideram apenas o total dos empréstimos demonstrados acima e não consideram o Débito com Terceiros (Solvay Vinyls A.G.) cujo débitos foram liquidados em dezembro de 2021. Em função disso, a Companhia calcula o índice de alavancagem financeira incluindo ou não o Débito com Terceiros.

33.6. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (menos a perda por *Impairment*) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- As mensurações do valor justo do Nível 1, são aquelas resultantes de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

- As mensurações do valor justo do Nível 2 são aquelas resultantes de outras Informações, que não sejam preços cotados incluídas no nível 1 que observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (por exemplos, como preços) ou indiretamente (por exemplo, resultante dos preços);
- A mensuração do valor justo do Nível 3 são aquelas resultantes de técnicas de avaliação que incluem informações do ativo ou passivo que não se baseiam em dados observáveis de mercado (informações não observáveis).

Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia, que são mensurados a valor justo, foram, em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, precificados com base na hierarquia descrita no nível 2 acima.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, dadas suas características de curto prazo, são próximas ao seu valor justo.

| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------|-------|--------------------|------------------|--------------------|--------------------|
| | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Ativos | | | | | |
| Custo amortizado | | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 4 | 156.135 | 371.734 | 331.177 | 924.852 |
| Aplicações financeiras | 5 | 402.732 | 52.646 | 1.291.272 | 188.908 |
| Contas a receber | 6 | 212.354 | 133.776 | 676.256 | 534.092 |
| Total | | 771.221 | 558.156 | 2.298.705 | 1.647.852 |
| Passivos | | | | | |
| Custo amortizado | | | | | |
| Empréstimos | 16 | (1.431.110) | (657.872) | (1.474.829) | (713.540) |
| Débito com terceiros | 20 | - | - | - | (712.965) |
| Fornecedores | 15 | (68.822) | (39.692) | (391.762) | (238.342) |
| Energia elétrica | 17 | (130.276) | (105.696) | (232.112) | (185.386) |
| Outros passivos | | (42.553) | (24.417) | (98.257) | (78.260) |
| Total | | (1.672.761) | (827.677) | (2.196.960) | (1.928.493) |

Instrumentos financeiros - Swap

Com objetivo de eliminar o risco cambial do dólar americano, em uma operação de empréstimo, foi realizada uma operação de “swap” para trocar o indexador para CDI e que para fins de melhor apresentação, está divulgada na rubrica “Empréstimos e Financiamentos”, conforme nota explicativa nº 16.

| Em 31 de dezembro de 2021 | | | | | | | | Controladora |
|---------------------------|----------------|--------------------|----------|------------|--------------|-------------|---------------|--------------|
| | | | | | | | | Valor justo |
| Tipo de investimento | Data de início | Data de vencimento | Nocional | Taxa ativa | Taxa passiva | Ponta ativa | Ponta passiva | R\$ |
| Swap | 29/03/2019 | 03/04/2023 | 109.172 | USD | CDI | 87.152 | 61.241 | 25.911 |

| Em 31 de dezembro de 2020 | | | | | | | | Controladora |
|---------------------------|----------------|--------------------|----------|------------|--------------|-------------|---------------|--------------|
| | | | | | | | | Valor justo |
| Tipo de investimento | Data de início | Data de vencimento | Nocional | Taxa ativa | Taxa passiva | Ponta ativa | Ponta passiva | R\$ |
| Swap | 29/03/2019 | 03/04/2023 | 109.172 | USD | CDI | 145.539 | 110.848 | 34.691 |

Unipar Carbocloro S.A.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

34. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa

Transações ocorridas sem desembolso de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------|--------------------|-------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Transações ocorridas no período na compra de ativo imobilizado | 3.486 | 10.412 | 16.222 | 25.115 |
| Aquisição de investimento em controlada em conjunto | 804 | 9.573 | 804 | 9.573 |

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A Administração da Unipar Carbocloro S.A. (“Companhia” ou “Unipar”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, normas emitidas pela CVM e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

PERFIL

A UNIPAR CARBOCLORO S.A. (B3: UNIP3, UNIP5 e UNIP6), (Fitch Ratings: AA+(bra)) (“Unipar”, “Companhia”), é uma empresa de origem brasileira, constituída em 28 de maio de 1969 com atuação no segmento químico e petroquímico através de suas três unidades produtivas localizadas estrategicamente em Cubatão (SP/Brasil), Santo André (SP/Brasil), e Bahía Blanca (Argentina) para atender à demanda do Brasil e de outros países. A Unipar também possui participação na Solalban, empresa de geração de energia na Argentina e na Tucano Holding, empresa de geração eólica de energia no Brasil.

Com atuação em setores de capital intensivo, a Unipar, desde sua fundação, contribui com o desenvolvimento industrial do Brasil, tendo o mercado de capitais e bancário como fontes de recursos financeiros e busca continuamente geração de valor aos seus acionistas e demais stakeholders. A empresa se destaca como a maior produtora de cloro/soda da América do Sul e a segunda maior na produção de PVC (policloreto de vinila), produzindo, também, o hipoclorito de sódio, ácido clorídrico, além do dicloroetano e o monocloreto de vinila, ambos utilizados exclusivamente na produção do PVC. Os produtos da Unipar são insumos para as indústrias têxteis, de papel e celulose, alimentos, bebidas, remédios, construção civil, desinfetantes e tratamento de água, dentre outros.

A empresa conta com cerca de 1.400 colaboradores e possui as certificações internacionais ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001 e o Atuação Responsável® para suas três plantas, tendo sido pioneira em questões de segurança e proteção ambiental. A Companhia busca assegurar transparência e equidade na divulgação de suas informações e está comprometida com as boas práticas de governança corporativa.

A estratégia corporativa está segmentada em quatro pilares: Pessoas, Excelência Operacional, Foco no Negócio do Cliente e Sustentabilidade, guiando os resultados apresentados no ano e preparando a empresa para um futuro de crescimento com a visão de ser referência global em nosso mercado de atuação e focar no crescimento com transparência e responsabilidade.

DESEMPENHO OPERACIONAL

O principal indicador operacional das plantas da Unipar é sua utilização da capacidade instalada. Em 2021, a utilização da capacidade instalada na planta de Cubatão foi de 91%, acima dos 82% registrados em 2020. Na planta de Santo André, o índice de utilização foi de 73%, considerando que, no 2º trimestre de 2021, foi realizada a parada programada no Polo Petroquímico de São Paulo. A planta de Bahía Blanca também teve uma parada programada no mês de outubro, atingindo 72% de utilização da capacidade.

Segundo dados divulgados pela ABICLOR, que congrega a maioria dos produtores nacionais de cloro/soda, a utilização de capacidade de cloro/soda no Brasil atingiu 66% de utilização em 2021, superando o valor de 52% registrado em 2020.

Em relação aos preços internacionais dos produtos comercializados pela Unipar, o preço médio de exportação da soda cáustica (base US Gulf Coast) registrou aumento de 59% em 2021 frente a 2020, em função do cenário de restrição de oferta foi predominante ao longo de 2021, com interrupções não programadas nos EUA e Europa e redução na China, decorrente do programa de conservação de energia. Para o PVC, o descolamento oferta/demanda, devido à restrição da oferta no mercado internacional, com diversas unidades no mundo ainda fora de operação por paradas não programadas / força maior resultou em um aumento de 94% no preço médio de exportação do PVC (base US Gulf Coast), em 2021, frente ao ano anterior.

DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida consolidada, em 2021, foi de R\$ 6.289,4 milhões com crescimento de 62,6% em relação a 2020, impulsionada pelo crescimento dos preços internacionais do PVC e da soda cáustica e do volume de vendas de soda cáustica e clorados.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV)

No ano de 2021, o CPV consolidado foi de R\$ 3.486,6 milhões, 37,6% superior a 2020 devido ao aumento de volume e preços dos insumos, notadamente etileno e encargos sobre energia elétrica.

DESPESAS E EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

As despesas com vendas consolidadas foram 12,7% superior em relação a 2020, em função, do frete decorrente do maior volume de vendas, além do aumento do custo de frete. As despesas gerais e administrativas, foram de R\$ 409,0 milhões, 7,2% superior a 2020, decorrente principalmente, de consultorias e assessorias jurídicas relacionadas aos projetos de energia (Complexo Solar de Pirapora/MG e Complexo Eólico de Cajuína/RN) e relacionados ao acordo assinado com a vendedora da Unipar Indupa SAIC, além de provisão de PLR. As outras receitas (despesas) líquidas, registraram, em 2021, a receita de R\$ 751,0 milhões proveniente do acordo realizado em dezembro/2021 com a vendedora da Unipar Indupa SAIC e de crédito referente a processos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. O Resultado de Equivalência Patrimonial Consolidado, referente aos resultados de participação nas empresas de energia Solalban e Tucano Holdings III, foi negativo em R\$ 2,5 milhões.

EBITDA (calculado de acordo com a instrução CVM Nº 527/12)

Em 2021, o EBITDA consolidado foi de R\$ 3.163,8 milhões, 234,3% superior a 2020 e margem de 50,3%, resultante, principalmente dos resultados operacionais positivos e efeitos não-recorrentes (ajuste de preço de aquisição da Unipar Indupa SAIC e crédito de processos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS).

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido consolidado passou de R\$ 147,4 milhões negativos em 2020 para R\$ 90,8 milhões positivos em 2021, com tais variações influenciadas pelo efeito da variação monetária

positiva sobre o crédito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, parcialmente compensado pela aplicação do IAS 29, juros e demais encargos sobre empréstimos.

LUCRO LÍQUIDO

A Unipar registrou um lucro líquido consolidado de R\$ 2.003,8 milhões, 441,3% superior a 2020, tendo como efeitos não-recorrentes o crédito referente aos processos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS e ajuste de preço de aquisição relacionado ao acordo realizado em dezembro/2021 com a vendedora da Unipar Indupa SAIC no 4T21, além dos resultados operacionais positivos ao longo do ano.

ENDIVIDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apresentava dívida líquida consolidada, com saldo negativo em R\$ 147,6 milhões. Em 2021, a dívida bruta aumentou em 106,7% devido à 6ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 350,0 milhões, 3ª emissão de notas promissórias no valor total de R\$ 200,0 milhões e 7ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 500,0 milhões, parcialmente compensado pela amortização parcial da 2ª série da 4ª emissão de debêntures, conforme cronograma original e amortização de empréstimos de capital de giro. Em dezembro/2021, a Companhia celebrou um acordo para o pré-pagamento do débito com terceiros, finalizando, assim, a dívida contraída em 2016 por ocasião da aquisição da Unipar Indupa SAIC. Neste período, o programa de recompra de ações representou uma alocação de recursos de R\$ 0,4 milhão.

SUSTENTABILIDADE

Abaixo, são apresentadas algumas ações mais recentes da Companhia que se inserem no conceito de Sustentabilidade da Companhia.

A Unipar está presente em 3 projetos de energia limpa que, a partir de 2024 atenderão cerca de 80% da energia consumida nas plantas do Brasil. O primeiro acordo de investimento para constituição de uma Joint Venture com a AES Brasil foi assinado em 2020 para geração de energia eólica no Estado da Bahia e já se encontra em construção. O segundo projeto, será uma parceria com a Atlas Renewable para geração de energia solar no Estado de Minas Gerais. No final de 2021, a Unipar divulgou mais um projeto com a AES Brasil para produção de energia eólica no Estado do Rio Grande do Norte.

Em continuidade aos investimentos sociais da Unipar, a Companhia realizou, em 2021, a seleção de projetos com foco em ações que ajudam a reduzir os impactos sociais negativos causados pela pandemia que atingem comunidades mais vulneráveis, doação de cestas básicas às comunidades carentes no entorno das plantas, doação de água sanitária e hipoclorito de sódio para auxílio na desinfecção e disponibilização de cilindros para oxigênio. O Projeto Pescar também se destaca em seu segundo ano consecutivo como um curso socioprofissionalizante para o desenvolvimento de conhecimentos técnicos, pessoais e de cidadania aos jovens da região.

DIVIDENDOS PROPOSTOS

A Assembleia Geral Ordinária prevista para 20 de abril de 2022 irá deliberar, dentre outros assuntos, o pagamento de dividendos adicional de R\$ 250 milhões referentes ao exercício de 2021. Considerando tal aprovação, a Administração terá distribuído R\$ 1.491 milhões referentes ao exercício de 2021 e R\$ 154,8 milhões da reserva de lucros.

AUDITORES INDEPENDENTES

O respeito aos princípios de independência profissional é parte integrante das políticas da Companhia para contratação de serviços de auditoria independente. Estes princípios internacionalmente aceitos consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Atendendo ao disposto na Instrução CVM nº 381/2003, informamos que durante o exercício de 2018 foram contratados apenas serviços de auditoria e revisão das demonstrações financeiras e das informações trimestrais, arquivadas na CVM.

DECLARAÇÕES DA DIRETORIA

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referentes às mesmas.

A ADMINISTRAÇÃO

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com estas demonstrações financeiras.

São Paulo, 16 de março de 2022

Maurício Parolin Russomanno
Diretor Presidente

Christian Eduard Carraresi Schnitzlein
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcello Diegues Zappia
Diretor

Rodrigo Cannaval
Diretor

Declaração da Diretoria sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referentes às mesmas.

São Paulo, 16 de março de 2022

Maurício Parolin Russomanno
Diretor Presidente

Christian Eduard Carraresi Schnitzlein
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcello Diegues Zappia
Diretor

Rodrigo Cannaval
Diretor

Parecer do Comitê de Auditoria

Os membros do Comitê de Auditoria analisaram as Demonstrações Financeiras da Unipar Carbochloro S.A., relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, com as correspondentes Notas Explicativas, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, ambos emitidos em 16 de março de 2022, e o Parecer do Conselho Fiscal, emitido em 15 de março de 2022.

Foram discutidos e esclarecidos pela Diretoria todos os assuntos levantados pelos membros do Comitê de Auditoria, que contou com a presença ainda dos auditores externos (Deloitte), conforme ata de reunião realizada em 15 de março de 2022.

Merecem destaque, tendo em vista seu caráter de excepcionalidade, os tratamentos contábeis adotados para as seguintes matérias:

- (i) o recebimento, no quarto trimestre de 2021, da quantia aproximada de R\$ 450 milhões sob a rubrica ajuste de preço na aquisição da Solvay Indupa SAIC (“Indupa Argentina”), nos termos do contrato de compra e venda e como resultado de acordo para encerrar procedimento arbitral existente entre as partes, montante este registrado no resultado da Companhia, conforme notas explicativas n. 12 e 20 das Demonstrações Financeiras;
- (ii) reconhecimento de crédito fiscal relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo da PIS/COFINS, no montante aproximado de R\$ 728 milhões na controladora e empresas controladas, resultante do reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal, em maio de 2021, da inconstitucionalidade desta inclusão. O referido crédito divide-se em processos que se encontram em fase distintas, parte dele ainda aguardando trânsito em julgado e homologação dos cálculos pela Receita Federal.

Nada obstante o caráter excepcional e materialidade financeira destes 2 (dois) lançamentos contábeis, não há divergência entre a administração da Companhia e os auditores externos em relação ao tratamento dado nas Demonstrações Financeiras, conforme nos foi relatado em reunião realizada em 15 de março de 2022.

A Diretoria da Companhia informou, ainda, não haver sido requeridos pela Auditoria Independente ajustes materiais nas Demonstrações Financeiras que devessem ser comunicadas ao Comitê de Auditoria, bem como a inexistência de divergência entre os Auditores Independentes e a Administração que demandasse a atuação deste Comitê, informação essa confirmada em reuniões realizadas pelo coordenador do comitê de auditoria com os auditores externos durante o processo de acompanhamento dos trabalhos de auditoria.

Em razão do acima exposto, os membros do Comitê opinam, por unanimidade, que os documentos acima elencados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e recomendam a aprovação, sem ressalvas, destes documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 16 de março de 2022.

Bruno Soares Uchino
Coordenador

Humberto Rapussi
Membro

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Unipar Carbochloro S.A., no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos do artigo 163, incisos II e VII, da Lei nº 6.404/1976, em reunião realizada nesta data, procedeu ao exame e análise (i) do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhados do parecer da empresa de auditoria independente Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Companhia; e (ii) da Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021 elaborada pela Diretoria, incluindo distribuição de dividendos. O Conselho Fiscal concluiu que tais documentos e proposta foram regularmente elaboradas e, portanto, recomendam a submissão de tais documentos à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, bem como opinam favoravelmente à aprovação do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Além disso, conforme o art. 163, inciso III, da Lei nº 6.404/1976, o Conselho Fiscal examinou a Proposta de Aumento de Capital Social da Unipar no montante de R\$228.874.322,86 (duzentos e vinte e oito milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, trezentos e vinte e dois reais e oitenta e seis centavos), mediante a capitalização de parte do saldo da reserva para investimento da Companhia, com emissão de 9.443.286 (nove milhões, quatrocentas e quarenta e três mil, duzentas e oitenta e seis) ações nominativas, escriturais, sem valor nominal, sendo 3.300.797 (três milhões, trezentas mil, setecentas e noventa e sete) ações ordinárias, 205.537 (duzentas e cinco mil, quinhentas e trinta e sete) ações preferenciais classe “A” e 5.936.952 (cinco milhões, novecentas e trinta e seis mil, novecentas e cinquenta e duas) ações preferenciais classe “B”, que serão atribuídas aos detentores de ações, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) nova ação de cada espécie para cada 10 (dez) ações existentes da mesma espécie, ou seja, à razão de 10,0%, sendo que as ações mantidas em tesouraria também serão bonificadas. O Conselho Fiscal conclui por considerar a proposta oportuna e do interesse da Companhia e de seus acionistas, pelo que recomenda sua submissão à Assembleia Geral”.

São Paulo, 15 de março de 2022.

João Cláudio Zola
Presidente do Conselho Fiscal

Paulo Henrique Zukanovich Funchal
Conselheiro

Clovis Hideaki Ikeda
Conselheiro

Silvio de Sousa Pinheiro
Conselheiro

Edilson São Leandro
Conselheiro



ANEXO II
COMENTÁRIOS DOS DIRETORES DA COMPANHIA, CONFORME INFORMAÇÕES
APRESENTADAS NO ITENS 10.1 A 10.9 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, NOS
TERMOS DO ARTIGO 9º, INCISO III, DA ICVM 481/09

(este anexo inicia-se na próxima página)

10 – Comentário dos diretores

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os valores constantes neste item 10.1 foram extraídos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unipar Carbocloro S.A. (“Companhia” ou “Unipar”) referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas especialmente para fins da Instrução nº 480, de 7 de dezembro 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), conforme alterada, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela CVM e conforme as International Financial Reporting Standards (“IFRS”).

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia (“Diretoria”) entende que a Unipar possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios; e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazos. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução de seu plano de negócios.

Para acompanhamento das condições financeiras, a Companhia monitora sua *performance* operacional, seus *covenants* e sua estrutura de capital com base, dentre outros, no indicador Dívida Líquida sobre o LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização (que é a tradução da expressão *Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* – EBITDA) e no índice de alavancagem financeira.

Segundo a CVM, o LAJIDA (EBITDA) corresponde ao resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. Esta definição de EBITDA encontra-se no artigo 3º, inciso I, da Instrução da CVM nº 527, de 5 de outubro de 2012 (“ICVM 527/2012”).

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos com instituições financeiras (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. Nas seções abaixo é detalhado o comportamento de cada um destes itens.

Em 2019, a Companhia (i) realizou sua 5ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 201,0 milhões, como resultado de sua estratégia de substituição da 1ª série da 4ª emissão de debêntures, (ii) contratou financiamento bancário de R\$ 108,0 milhões, e (iii) recebeu liberação de financiamento do BNDES, no valor de R\$ 22,8 milhões, sendo que, ao final de 2019, a alavancagem financeira era de 11%. Em dezembro de 2019, o *rating* da Companhia e de suas 4ª e 5ª emissões de debêntures foi elevado para AA(bra) / Fitch Ratings.

Em 2020, dado o ambiente provocado pela pandemia da Covid-19, a Companhia (i) realizou a captação de R\$ 203,0 milhões por meio de financiamentos bancários, buscando a preservação da liquidez financeira durante este período; e (ii) recebeu a liberação de R\$ 10,4 milhões do BNDES. Em contrapartida, amortizou as debêntures da 1ª série de sua 4ª emissão, as debêntures de sua 2ª emissão e as Notas Promissórias de sua 2ª emissão, conforme cronograma original. Em dezembro de 2020, o *rating* da Companhia e de suas 4ª e 5ª emissões de debêntures foi afirmado em AA(bra) / Fitch Ratings.

Em 2021, a Companhia realizou (i) sua 6ª emissão de debêntures no valor de R\$ 350,0 milhões; (ii) 3ª emissão de notas promissórias no valor de R\$ 200,0 milhões; e (iii) 7ª emissão de debêntures no valor de R\$ 500,0 milhões. Em dezembro de 2021, o *rating* da Companhia e de suas emissões de debêntures foi elevado para AA+(bra) / Fitch Ratings, com perspectiva estável.

Na tabela abaixo, é apresentado o índice de alavancagem financeira. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apresentava dívida líquida consolidada, com saldo negativo em R\$ 147,6 milhões. Em 2021, a dívida bruta aumentou em 106,7% devido à 6ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 350,0 milhões, 3ª emissão de notas promissórias no valor total de R\$ 200,0 milhões e 7ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 500,0 milhões, parcialmente compensado pela amortização parcial da 2ª série da 4ª emissão de debêntures, conforme cronograma original e amortização de empréstimos de capital de giro. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não apresentava dívida líquida consolidada, tendo a dívida bruta aumentado em 5,3% em relação a 2019, com valor total de R\$ 713,5 milhões, e caixa/equivalente de caixa/aplicações financeiras aumentado 116,4% em relação a 2019, atingindo o montante R\$ 1.113,8 milhões, totalizando um saldo negativo de dívida líquida consolidada no valor de R\$ 400,2 milhões. Ao longo de 2019, houve amortização líquida de empréstimos de capital de giro e de debêntures no valor de R\$ 350,3 milhões, com redução de caixa/equivalente de caixa/aplicações financeiras de R\$ 346,8 milhões, redução de 40,3% em relação a 2018.

| Índice de Alavancagem Financeira Consolidado (R\$ mil, exceto %) | Em 31 de dezembro de | | |
|---|----------------------|------------------|----------------|
| | 2021 | 2020 | 2019 |
| Empréstimos e financiamentos | 1.474.829 | 713.540 | 677.548 |
| <i>Caixa e equivalentes de caixa</i> | <i>331.177</i> | <i>924.852</i> | <i>301.525</i> |
| <i>Aplicações financeiras</i> | <i>1.291.272</i> | <i>188.908</i> | <i>213.158</i> |
| Dívida líquida | (147.620) | (400.220) | 162.865 |
| Total do patrimônio líquido ¹ | 2.288.743 | 1.725.007 | 1.473.053 |
| Índice de alavancagem financeira | -6% | -23% | 11% |

¹ Participação no patrimônio líquido atribuível aos controladores

Abaixo encontra-se o cálculo do EBITDA e indicador dívida líquida/EBITDA, tomando como base o EBITDA Consolidado calculado conforme a ICVM 527/2012.

| EBITDA Consolidado (R\$ mil) | Em 31 de dezembro de | | |
|--|----------------------|----------------|----------------|
| | 2021 | 2020 | 2019 |
| Lucro Líquido | 2.003.833 | 370.215 | 172.358 |
| (+) Imposto de renda e contribuição social | 1.031.490 | 230.942 | 84.252 |
| (+) Resultado financeiro líquido | (90.835) | 147.363 | 140.921 |
| (+) Depreciação e amortização | 219.354 | 197.951 | 183.080 |
| EBITDA | 3.163.842 | 946.471 | 580.611 |
| Dívida líquida consolidada | (147.620) | (400.220) | 162.865 |
| Dívida líquida/EBITDA | - | - | 0,28x |

O EBITDA (calculado de acordo com a ICVM 527/2012), em 2021, foi de R\$ 3.163,8 milhões, 234,3% superior ao registrado em 2020, resultante, sobretudo, do aumento da receita decorrente do aumento de volume de vendas e preços internacionais, ganho de eficiência das plantas e, também, efeitos não-recorrentes como crédito referente a processos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS e ajuste de preço de aquisição relacionado ao acordo realizado em dezembro/2021 com a vendedora da Unipar Indupa SAIC. Em 2020, o EBITDA foi de R\$ 946,5 milhões, 63,0% superior ao registrado em 2019, devido, principalmente, ao aumento da receita em função do aumento no volume de vendas e do preço internacional do PVC, com conseqüente aumento do lucro líquido da Companhia. Em 2019, o EBITDA foi de R\$ 580,6 milhões, inferior em 42,3% em relação aos R\$ 1.007,0 milhões de 2018, decorrente, principalmente, da queda na receita e aumento dos preços dos insumos e matérias-primas.

Índices de liquidez

| Índices de Liquidez - Consolidado | | 2021 | 2020 | 2019 |
|-----------------------------------|--|------|------|------|
| Corrente | Ativo circulante / Passivo circulante | 1,73 | 1,54 | 1,42 |
| Geral | (Ativo circ. + Ativo realiz. a LP) / (Pass. circ. + Passivo não circ.) | 0,94 | 0,79 | 0,68 |

Em 2021, o índice de liquidez corrente consolidado aumentou de 1,54 em 2020 para 1,73, assim como registrou aumento no índice de liquidez geral decorrente, principalmente, do aumento do montante disponível de caixa na Companhia. No comparativo 2020 x 2019, o montante de caixa também resultou no aumento dos índices.

b. Estrutura de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das suas operações, oferecendo retorno aos acionistas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, obtendo o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio e capital de terceiros.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital é compatível com as operações da Companhia. A seguir é demonstrada a composição do capital social e a gestão das estruturas que financiam as operações da Companhia.

As necessidades de financiamento são supridas por meio da geração de caixa advinda das operações da Companhia e pelo acesso a linhas de crédito junto a bancos de fomento e outras instituições financeiras.

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era representado por 94.432.872 ações nominativas e escriturais sem valor nominal, assim como em 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era representado por 101.680.741 ações nominativas e escriturais sem valor nominal. As alterações no capital social ao longo dos períodos foram decorrentes de bonificações, cancelamento de ações em tesouraria recompradas através do programa de recompra de ações e de conversões de ações preferenciais da classe A em igual número de ações preferenciais da classe B, em atendimento às solicitações de acionistas detentores de ações preferenciais classe “A”, considerando a faculdade prevista no artigo 7º, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia.

| Capital Social | 2021 | Part. | 2020 | Part. | 2019 | Part. |
|---------------------------------|-------------------|-------------|-------------------|-------------|--------------------|-------------|
| Ordinárias | 33.007.970 | 35% | 33.007.970 | 35% | 35.252.274 | 35% |
| Preferenciais Classe “A” | 2.055.375 | 2% | 2.466.991 | 3% | 2.812.040 | 3% |
| Preferenciais Classe “B” | 59.369.527 | 63% | 58.957.911 | 62% | 63.616.427 | 62% |
| Capital Social Total | 94.432.872 | 100% | 94.432.872 | 100% | 101.680.741 | 100% |

Gestão do capital

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira, conforme apresentado no item 10.1.a acima.

A tabela abaixo demonstra a evolução da estrutura de capital da Companhia nos últimos três exercícios sociais:

| Estrutura de Capital - Consolidado | 2021 | AV | 2020 | AV | 2019 | AV |
|---|------------------|-------------|------------------|-------------|------------------|-------------|
| Passivo exigível – capital de terceiros | 3.926.771 | 63% | 2.769.258 | 62% | 2.235.598 | 60% |
| Patrimônio líquido – capital próprio | 2.288.743 | 37% | 1.725.007 | 38% | 1.473.053 | 40% |
| Exigível / PL | 1,55 | - | 1,61 | - | 1,52 | - |
| Total do passivo – capital total | 6.215.514 | 100% | 4.494.267 | 100% | 3.708.653 | 100% |

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, sua posição de liquidez e a tendência de geração de caixa consistente apresentada pelos negócios de soda cáustica, cloro, derivados de cloro e policloreto de vinila (“PVC”), entendemos que a Companhia tem condições de honrar os compromissos financeiros atualmente assumidos, cumprindo com suas obrigações presentes e futuras e aproveitando oportunidades comerciais à medida que estas venham a surgir.

As fontes de liquidez da Companhia derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações e da capacidade de tomar empréstimos no mercado. A Companhia entende que essas fontes são adequadas para atender às suas atuais necessidades, incluindo capital de giro, capital para investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo consolidado das contas caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras era de R\$ 1.622,4 milhões, sendo R\$ 331,2 milhões de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 1.291,3 milhões de aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2020, os saldos consolidados das contas

caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras foram de R\$ 924,9 milhões e R\$ 188,9 milhões, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2019, os saldos consolidados das contas caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras foram, respectivamente, de R\$ 301,5 milhões e de R\$ 213,2 milhões.

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito por meio de vendas a uma ampla base de clientes, com avaliação continuada do crédito e, quando necessário, obtenção de garantias pessoais/corporativas, como, por exemplo, seguro de crédito, carta de crédito, fiança bancária, dentre outras.

Ademais, a Companhia contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual, historicamente, vem se mostrando suficiente para cobrir as perdas com títulos incobráveis.

Em relação à compra de insumos e demais pagamentos relacionados à sua operação, a Companhia busca, sempre que possível, alinhar os prazos de pagamentos aos fornecedores com os recebimentos de seus clientes e, quando necessário, a Companhia também utiliza operações de financiamento para reforço de caixa e para garantir o pagamento de suas obrigações.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As necessidades de financiamento para capital de giro e para investimentos da Companhia têm sido supridas por meio da geração de caixa operacional e de captações de contratos financeiros de curto e longo prazos.

Com a aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C., a Companhia assumiu, por meio de suas controladas, um débito com terceiros no montante de US\$ 136 milhões com a Solvay Vinyls Holding AG, sobre o qual incide encargos de 3% ao ano. Tal dívida possuía a amortização prevista em cinco parcelas anuais de US\$ 27,2 milhões, com vencimento inicial em 27 de dezembro de 2022 e término em 27 de dezembro de 2026. Em dezembro/2021, a Unipar finalizou um acordo com a Solvay, em que pré-pagou tal débito com terceiros em sua totalidade, finalizando-se assim, tal financiamento.

Em 2021, a dívida bruta aumentou em 106,7% devido à 6ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 350,0 milhões, 3ª emissão de notas promissórias no valor total de R\$ 200,0 milhões e 7ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 500,0 milhões, parcialmente compensado pela amortização parcial da 2ª série da 4ª emissão de debêntures, conforme cronograma original e amortização de empréstimos de capital de giro.

Em 2020, a Companhia realizou a captação de R\$ 203,0 milhões em financiamentos bancários, buscando a preservação da liquidez financeira durante o período de pandemia. Em contrapartida, amortizou as debêntures da 1ª série de sua 4ª emissão, as debêntures de sua 2ª emissão e as notas promissórias de sua 2ª emissão, conforme cronograma de pagamento original das emissões.

Em junho de 2019, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures no valor de R\$ 201,0 milhões, compondo a estratégia de substituição da 1ª série da 4ª emissão de debêntures para aumento do prazo médio e redução do custo do endividamento, de modo que seu rating foi elevado para AA(bra) / Fitch Ratings em dezembro de 2019.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem expectativa de deficiências de liquidez, haja vista os prazos dos seus ciclos

financeiro e operacional e as captações realizadas nos últimos anos.

A Companhia mantém, adicionalmente, linhas de créditos com bancos para financiar eventuais necessidades de capital de giro, investimentos em ativos não-circulantes de curto e longo prazos e manutenção de suas disponibilidades de caixa em nível que a Diretoria da Companhia acredita ser apropriado para o desenvolvimento de suas atividades.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Conforme mencionado anteriormente, a Diretoria da Companhia possui estratégias e controle severo sobre os níveis de endividamento líquido do grupo, fundamental para o sucesso do planejamento estratégico e para perpetuidade e sucesso de seus negócios. Com base nas estratégias e no plano de negócio, a Companhia entende que possui uma estrutura de endividamento adequada, devidamente segregada entre curto e longo prazos, que permite uma confortável situação de caixa, para realização de suas atividades operacionais de curto prazo, bem como para atendimento do plano de investimentos da Companhia. Adicionalmente, as diversas linhas de créditos com bancos não possuem qualquer tipo de concentração ou dependência com instituições financeiras.

A Companhia encerrou os exercícios de 2021, 2020 e 2019 com saldos de capital de terceiros consolidados de R\$ 3,8 milhões, R\$ 2,8 milhões e R\$ 2,2 bilhões, respectivamente. Destes montantes, os empréstimos e financiamentos brutos consolidados representavam R\$ 1.474,8 milhões, R\$ 713,5 milhões e R\$ 677,5 milhões, respectivamente.

Endividamento total

| Endividamento - Consolidado (R\$ mil) | Em 31 de dezembro de | | | | | |
|--|----------------------|-------------|------------------|-------------|------------------|-------------|
| | 2021 | AV | 2020 | AV | 2019 | AV |
| Passivo circulante | 1.796.221 | 46% | 1.220.159 | 44% | 782.357 | 35% |
| Empréstimos e financiamentos | 161.824 | 4% | 340.730 | 12% | 177.566 | 8% |
| Outros | 1.634.397 | 42% | 879.429 | 32% | 604.791 | 27% |
| Passivo não circulante | 2.130.550 | 54% | 1.549.099 | 56% | 1.450.521 | 65% |
| Empréstimos e financiamentos | 1.313.005 | 33% | 372.810 | 13% | 499.982 | 22% |
| Outros | 817.545 | 21% | 1.176.289 | 42% | 950.539 | 43% |
| Passivo total | 3.926.771 | 100% | 2.769.258 | 100% | 2.232.878 | 100% |

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo, a abertura dos empréstimos e financiamentos da Companhia nos últimos três exercícios sociais:

| Empréstimos e Financiamentos (R\$ mil) | Moeda | Indexador ¹ | Saldo em 31 de dezembro de | | |
|---|-------|------------------------|----------------------------|--------|--------|
| | | | 2021 | 2020 | 2019 |
| BNDES | R\$ | TJLP + 1,40% a.a. | - | 4.810 | 14.433 |
| BNDES | R\$ | IPCA + 2,14% a.a. | 25.872 | 29.195 | 24.570 |
| BNDES | R\$ | TJLP + 1,87% a.a. | 17.845 | 21.662 | 16.832 |
| BNDES | R\$ | SELIC + 2,36% a.a. | - | 2.139 | 4.856 |
| BNDES | R\$ | TJLP + 2,23% a.a. | - | 1.698 | 3.962 |
| Capital de giro | USD | 6,25% a.a. | - | - | 4.019 |

| Empréstimos e Financiamentos (R\$ mil) | Moeda | Indexador ¹ | Saldo em 31 de dezembro de | | |
|--|-------|------------------------|----------------------------|----------------|----------------|
| | | | 2021 | 2020 | 2019 |
| Capital de giro | AR\$ | 35,52% | 2 | 1 | 6.147 |
| Capital de giro | R\$ | CDI + 1,25% a.a. | 62.706 | 106.938 | 108.047 |
| Capital de giro | R\$ | CDI + 3,50% a.a. | 0 | 81.229 | - |
| Capital de giro | R\$ | CDI + 3,58% a.a. | 0 | 128.215 | - |
| Debêntures - 2ª emissão | R\$ | CDI + 2,00% a.a. | - | - | 50.010 |
| Debêntures - 4ª emissão (2ª série) | R\$ | CDI + 2,50% a.a. | 72.340 | 138.862 | 155.805 |
| Debêntures - 5ª emissão | R\$ | CDI + 1,25% a.a. | 216.971 | 198.791 | 200.335 |
| Debêntures – 6ª emissão (1ª série) | R\$ | CDI + 1,70% a.a. | 121.591 | - | - |
| Debêntures – 6ª emissão (2ª série) | R\$ | CDI + 2,00% a.a. | 242.664 | - | - |
| Debêntures – 7ª emissão | R\$ | CDI + 1,70% a.a. | 504.198 | - | - |
| Nota de crédito a exportação | R\$ | CDI + 2,50% a.a. | - | - | 49.734 |
| Notas promissórias | R\$ | CDI + 2,50% a.a. | - | - | 38.798 |
| Notas promissórias – 3ª emissão (1ª série) | R\$ | CDI + 1,70% a.a. | 105.213 | - | - |
| Notas promissórias – 3ª emissão (2ª série) | R\$ | CDI + 2,00% a.a. | 105.427 | - | - |
| Total | | | 1.474.829 | 713.540 | 677.548 |

¹ Indexadores referentes ao último período apresentado

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, exceto pelas relações decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantinha qualquer outra relação de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas no subitem (i) acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

A Companhia esclarece que não há qualquer grau de subordinação entre as suas dívidas bancárias contraídas durante os três últimos exercícios sociais, exceto por aquelas dívidas com garantia real, as quais gozam de preferência sobre outras dívidas em caso de falência, até o limite da garantia real constituída. O modo de pagamento de cada uma das dívidas deverá observar a data de vencimento estabelecida em cada instrumento contratual, independentemente do pagamento das demais dívidas.

Em 31 de dezembro de 2021, a totalidade do saldo dos financiamentos para a modernização da planta de PVC da unidade de Santo André equivalia a R\$ 43,7 milhões (R\$ 34,0 milhões em 2020). O saldo dos financiamentos da Companhia junto ao BNDES para modernização da planta da unidade de Cubatão equivalia a R\$ 3,8 milhões em 2020 e passou a zero em 2021.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia assumiu certos compromissos (*covenants*) relacionados a contratos de financiamentos, estabelecendo obrigações quanto à manutenção de índices financeiros, como demonstrado na tabela abaixo. Esses compromissos são usuais em operações de mesma natureza e não limitam a capacidade de

condução dos negócios da Companhia. Abaixo está apresentado o resumo das garantias e dos *covenants* consolidados das linhas de financiamento da Companhia.

| Credor | Indexador | Saldo em 31/12/2021 (R\$ mil) | Garantias | Covenants Financeiros |
|--|-------------------|-------------------------------------|-------------------|---|
| BNDES | IPCA + 2,14% a.a. | 25.872 | Aval da Companhia | Sem covenants financeiros |
| BNDES | TJLP + 1,87% a.a. | 17.845 | Aval da Companhia | Sem covenants financeiros |
| Debêntures 4ª emissão (2ª série) | CDI + 2,50% a.a. | 72.340 | - | (a) Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA ¹ seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 100 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA ¹ for superior a 2,0x. (b) EBITDA ¹ /Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x. |
| Debêntures 5ª emissão | CDI + 1,25% a.a | 216.971 | - | (a) Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA ¹ seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 100 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA ¹ for superior a 2,0x. (b) EBITDA ¹ /Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x. |
| Debêntures 6ª emissão (1ª série) | CDI + 1,70% a.a. | 121.591 | - | (a) Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA ¹ seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 150 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA ¹ for superior a 2,0x. (b) EBITDA ¹ /Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x. |
| Debêntures 6ª emissão | CDI + 2,00% a.a. | 242.664 | - | (a) Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de |

| Credor | Indexador | Saldo em 31/12/2021 (R\$ mil) | Garantias | Covenants Financeiros |
|---|------------------|-------------------------------------|-----------|---|
| (2ª série) | | | | dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA ¹ seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 150 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA ¹ for superior a 2,0x. (b) EBITDA ¹ /Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x. |
| Debêntures 7ª emissão | CDI + 1,70% a.a. | 504.198 | - | (a) Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA ¹ seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 150 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA ¹ for superior a 2,0x. (b) EBITDA ¹ /Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x. |
| Notas promissórias 3ª emissão (1ª série) | CDI + 1,70% a.a. | 105.213 | - | (a) Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA ¹ seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 150 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA ¹ for superior a 2,0x. (b) EBITDA ¹ /Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x. |
| Notas promissórias 3ª emissão (2ª série) | CDI + 2,00% a.a. | 105.427 | - | (a) Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA ¹ seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 150 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA ¹ for superior a 2,0x. |

| Credor | Indexador | Saldo em 31/12/2021 (R\$ mil) | Garantias | Covenants Financeiros |
|--------|-----------|-------------------------------------|-----------|-----------------------|
|--------|-----------|-------------------------------------|-----------|-----------------------|

(b) EBITDA¹/Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.

¹ EBITDA, conforme instrumento de escritura particular da 4ª emissão de debêntures, da 5ª emissão de debêntures, da 6ª emissão de debêntures, da 7ª emissão de debêntures e da 3ª emissão de notas promissórias, corresponde ao lucro operacional consolidado da Companhia adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações; e excluindo-se (a) receitas não operacionais; e (b) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

A não observância dos indicadores relacionados na coluna *covenants* acarreta o vencimento antecipado da dívida. Até o presente momento, a Companhia está adimplente com os compromissos assumidos em seus contratos.

Em 2021 e 2020, não houve correspondente ao indicador dívida líquida/EBITDA da Companhia dado que dívida líquida estava negativa em R\$ 147,6 milhões e R\$ 400,2 milhões, respectivamente. Em 2019, o indicador dívida líquida/EBITDA da Companhia foi de 0,28x.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía saldos ainda não utilizados/liberados de cerca de R\$28,2 milhões e R\$17,8 milhões, respectivamente, referentes aos contratos de financiamentos já contratados com o BNDES.

Já em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía saldo ainda não utilizado/liberado referentes aos contratos de financiamentos em vigor com o BNDES.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

| Demonstrações de Resultado (R\$ mil) | Consolidado | | | | | | | |
|--|------------------|------------|------------------|------------|----------------|------------|-------------------|-------------------|
| | 2021 | AV | 2020 | AV | 2019 | AV | AH 2021 x 2020 | AH 2020 x 2019 |
| Receita operacional líquida | 6.289.369 | 100% | 3.868.223 | 100% | 3.048.730 | 100% | 63% | 27% |
| Custo dos produtos vendidos – CPV | (3.486.604) | 55% | (2.533.636) | 65% | (2.231.876) | 73% | 38% | 14% |
| Lucro bruto | 2.802.765 | 45% | 1.334.587 | 35% | 816.854 | 27% | 110% | 63% |
| <i>Margem bruta</i> | <i>45%</i> | - | <i>35%</i> | - | <i>27%</i> | - | <i>10 p.p.</i> | <i>8 p.p.</i> |
| Despesas com vendas | (197.736) | 3% | (175.387) | 5% | (153.097) | 5% | 13% | 15% |
| Despesas gerais e administrativas | (409.025) | 7% | (381.393) | 10% | (280.737) | 9% | 7% | 36% |
| Resultado de equivalência patrimonial | (2.534) | - | (2.342) | - | (6.507) | - | 8% | -64% |
| Outras receitas (despesas) oper, líquidas | 751.018 | 12% | (26.945) | -1% | 21.018 | 1% | - | - |
| Lucro antes do resultado financeiro | 2.944.488 | 47% | 748.520 | 19% | 397.531 | 13% | 293% | 88% |
| Resultado financeiro líquido | 90.835 | 1% | (147.363) | 4% | (140.921) | 5% | - | 5% |
| Lucro antes do IR e CSLL | 3.035.323 | 48% | 601.157 | 16% | 256.610 | 8% | 405% | 134% |

| Demonstrações de Resultado (R\$ mil) | 2021 | | 2020 | | 2019 | | AH 2021 | AH 2020 |
|---|------------------|------------|----------------|------------|----------------|-----------|-------------|-------------|
| | 2021 | AV | 2020 | AV | 2019 | AV | x 2020 | x 2019 |
| Provisão para IR e CSLL | (1.031.490) | 16% | (230.942) | 6% | (84.252) | 3% | 347% | 174% |
| Lucro (prejuízo) líquido | 2.003.833 | 32% | 370.215 | 10% | 172.358 | 6% | 441% | 115% |

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Receita operacional líquida

Em 2021, a receita operacional líquida consolidada teve crescimento de 63% em relação a 2020, atingindo R\$ 6.289,4 milhões, tendo sido impulsionada pelo crescimento dos preços internacionais do PVC e da soda cáustica e do volume de vendas de soda cáustica e clorados. A receita operacional líquida consolidada, em 2020, foi de R\$ 3.868,2 milhões, 26,9% superior ao ano de 2019, resultante do aumento no volume de vendas e do preço internacional de PVC, além do incremento do comercializado de soda/cloro e derivados. Em 2019, a receita operacional líquida foi de R\$ 3.048,7 milhões, redução de 12% em relação a 2018, sendo tal variação decorrente, principalmente, da queda relevante nos preços médios de venda da soda cáustica, nos volumes comercializados, bem como na menor utilização da capacidade das plantas de PVC e seu efeito negativo no preço.

Custo dos produtos vendidos (“CPV”)

No ano de 2021, o custo dos produtos vendidos consolidado foi de R\$ 3.486,6 milhões, 38% superior a 2020 devido ao aumento de volume e preços desses insumos. O CPV foi de R\$ 2.533,6 milhões, crescimento de 14% em relação a 2019, resultante, principalmente, do aumento do volume de vendas de soda cáustica e PVC e do custo dos principais insumos, alavancado, também, pela desvalorização do real frente ao dólar norte-americano, cujo impacto afeta parcialmente o CPV. Em 2019, o CPV foi de R\$ 2.231,9 milhões, apresentando aumento de 1% em relação a 2018. O aumento do preço dos insumos e matérias-primas, alavancado, também, pela desvalorização do real frente ao dólar norte-americano, foi o principal responsável pelo crescimento no CPV no ano de 2019, parcialmente compensado pela reclassificação de custos alocados no CPV para despesas gerais e administrativas na Unipar Indupa no Brasil no 2º semestre de 2018, devido à uniformização de critérios e sistemas.

Lucro bruto e margem bruta

O lucro bruto consolidado foi de R\$ 2.802,8 milhões em 2021, crescimento de 110% em relação ao exercício de 2020, devido ao crescimento da receita e eficiência na contenção de custos, correspondendo a uma margem bruta de 45%. O lucro bruto consolidado foi de R\$ 1.334,6 milhões, crescimento de 63% em relação a 2019, devido, principalmente, ao crescimento da receita. Tal lucro bruto corresponde a uma margem de 35% em relação à receita líquida. Em 2019, o lucro bruto consolidado foi de R\$ 816,9 milhões em 2019, com uma margem bruta de 27%, sendo tal redução de 35% em relação a 2018 decorrente, principalmente, da queda da receita.

Despesas com vendas

No ano de 2021, as despesas com vendas consolidadas foram 13% superior em relação a 2020, atingindo R\$ 197,7 milhões, em função, do frete decorrente do maior volume de vendas, além do aumento do custo

de frete. As despesas com vendas consolidadas foram de R\$ 175,4 milhões em 2020, 15% superior em relação a 2019, em função do maior volume de vendas no acumulado do ano. As despesas com vendas somaram R\$ 153,1 milhões em 2019, aumento de 1% em relação a 2018, em função, principalmente, da utilização da tabela nacional de frete divulgada pela ANTT.

Despesas gerais e administrativas

No ano de 2021, as despesas gerais e administrativas consolidadas foram de R\$ 409,0 milhões, 7% superiores a 2020, decorrente principalmente, serviços de consultoria e jurídicos relacionados a projetos de energia (Complexo Solar de Pirapora/MG e Complexo Eólico de Cajuína/RN), consultorias jurídicas e provisão de PLR. As despesas gerais e administrativas consolidadas foram de R\$ 381,4 milhões, 36% superior a 2019, decorrente do exercício do plano de outorga de ações ocorrido no 1T20, que correspondeu a uma despesa de R\$ 48,0 milhões (com efeito caixa de R\$ 24,0 milhões), de despesas pontuais com honorários advocatícios e serviços de consultoria relacionadas ao fechamento do processo de constituição da Tucano Holdings. As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 280,7 milhões em 2019, aumento de 13% em relação a 2018, sendo tal aumento resultante, sobretudo, da reclassificação de custos alocados no CPV para despesas gerais e administrativas na Unipar Indupa no Brasil no montante de R\$ 30,8 milhões.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Em 2021, outras receitas (despesas) operacionais, líquida registraram receita de R\$ 751,0 milhões proveniente do ajuste de preço de aquisição relacionado ao acordo realizado em dezembro/2021 com a vendedora da Unipar Indupa SAIC e de crédito referente a processos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, em 2020, registraram uma despesa de R\$ 26,9 milhões, enquanto 2019 registrou uma receita de R\$ 21,0 milhões, devido, principalmente, ao registro de ativo contingente referente à ação frente à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. no quarto trimestre de 2019.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial consolidado, referente aos resultados de participação nas empresas de energia Solalban e Tucano Holdings III, registrou R\$ 2,5 milhões negativos. O resultado de equivalência patrimonial consolidado foi negativo em R\$ 2,3 milhões em 2020, referente ao resultado da participação na empresa de energia Solalban, impactado pela aplicação do ajuste por hiperinflação da Argentina (IAS 29). Em 2019, tal resultado foi negativo em R\$ 6,5 milhões.

Resultado financeiro líquido

No ano de 2021, o resultado financeiro foi de R\$ 90,8 milhões positivos, influenciado, principalmente, pelo efeito da variação monetária positiva sobre o crédito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, parcialmente compensado pela aplicação do IAS 29 e juros e demais encargos sobre empréstimos. O resultado financeiro líquido, em 2020, foi negativo em R\$ 147,4 milhões, 4,6% superior a 2019, impactado pela variação cambial R\$/US\$. Em 2019, tal resultado foi negativo em R\$ 140,9 milhões, redução de 8,4% em relação a 2018 devido, principalmente, ao impacto da desvalorização do câmbio na dívida com terceiros, cujo efeito foi parcialmente compensado pelo efeito da aplicação do IAS-29 referente à hiperinflação na Argentina.

Provisão para IR e CSLL

Exceto quanto à equivalência patrimonial, que não gera efeitos de Imposto de Renda (“IR”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), todos os demais fatores listados anteriormente contribuem para explicar a variação na despesa de IR e CSLL especialmente o lucro. Adicionalmente, há o impacto das constituições de créditos fiscais diferidos sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Em 2021, a provisão para IR e CSLL foi de R\$ 1.031,5 milhões, R\$ 230,9 milhões em 2020 e R\$ 84,3 milhões em 2019.

BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO

| Ativo (R\$ mil) | Consolidado | | | | | | AH 2021 | AH 2020 |
|---------------------------------------|------------------|-------------|------------------|-------------|------------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2021 | AV | 2020 | AV | 2019 | AV | x 2020 | x 2019 |
| Circulante | 2.842.827 | 45% | 1.880.619 | 42% | 1.207.780 | 32% | 51% | 56% |
| Caixa e equivalentes de caixa | 331.177 | 5% | 924.852 | 21% | 301.525 | 8% | 8% | 207% |
| Aplicações financeiras | 1.291.272 | 21% | 188.908 | 4% | 213.158 | 6% | 229% | -11% |
| Contas a receber de clientes | 676.256 | 11% | 534.092 | 12% | 381.822 | 10% | 27% | 40% |
| Impostos a recuperar | 68.187 | 1% | 29.165 | 1% | 48.858 | 1% | 134% | -40% |
| Estoques | 442.130 | 7% | 189.238 | 4% | 209.591 | 6% | 134% | -10% |
| Despesa antecipada | 3.113 | - | 1.876 | - | 2.479 | - | 66% | -24% |
| Outros ativos circulantes | 30.692 | - | 12.488 | - | 50.347 | 1% | 146% | -75% |
| Não circulante | 3.405.381 | 55% | 2.627.678 | 58% | 2.511.041 | 68% | 30% | 5% |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 832.583 | 13% | 313.429 | 7% | 306.504 | 8% | 166% | 2% |
| Impostos a recuperar | 693.891 | 11% | 15.073 | - | 11.318 | - | 4.504% | 33% |
| Estoques | 62.657 | 1% | 69.714 | 2% | 52.923 | 1% | -10% | 32% |
| Depósitos Judiciais | 34.232 | 1% | 53.361 | 1% | 47.305 | 1% | -36% | 13% |
| IR e CSLL diferidos | - | - | 142.971 | 3% | 172.339 | 5% | - | -17% |
| Outros ativos não circulantes | 41.803 | 1% | 32.310 | 1% | 22.619 | 1% | 29% | - |
| Investimentos | 104.995 | 2% | 66.961 | 1% | 13.325 | - | 57% | 403% |
| Imobilizado | 2.159.924 | 35% | 1.949.684 | 43% | 1.890.717 | 51% | 11% | 3% |
| Intangível | 307.879 | 5% | 297.604 | 7% | 300.495 | 8% | 3% | -1% |
| Total do ativo | 6.248.208 | 100% | 4.508.297 | 100% | 3.718.821 | 100% | 39% | 21% |

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade do ativo e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

A conta de caixa e equivalentes de caixa consolidada somou, em 2021, o montante de R\$ 331,2 milhões, resultante, principalmente, da geração de caixa operacional da Companhia e reforço de caixa através da

emissão de debêntures, assim como o montante de R\$ 924,9 milhões em 2020. Em 2019, a conta de caixa e equivalentes de caixa somou R\$ 301,5 milhões.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, totalizavam R\$ 1.291,3 milhões e R\$ 188,9 milhões em 2020, sendo 100% em cotas de fundos de investimento. Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras somaram R\$ 213,2 milhões (R\$ 127,3 milhões em cotas de fundos de investimentos e R\$ 85,9 milhões em certificados de depósitos bancários).

Contas a receber de clientes e estoques

O saldo de contas a receber de clientes consolidada somou R\$ 676,3 milhões em 2021, crescimento de 27% em relação aos R\$ 534,1 milhões de 2020. No ano de 2019, o saldo de contas a receber era de R\$ 381,8 milhões. Tais crescimentos devem-se, principalmente, ao período de pandemia. O saldo de estoques ficou em R\$ 442,1 milhões em 2021, R\$ 189,3 milhões em 2020 e R\$ 209,6 milhões em 2019.

Impostos a recuperar

A conta de impostos a recuperar consolidado, em 2021, era de R\$ 68,2 milhões e de R\$ 29,2 milhões em 2020, sendo o aumento referente, principalmente, ao crédito dos processos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. Em 2019, o saldo de impostos a recuperar era de R\$ 48,9 milhões.

Outros ativos circulantes

O saldo de outros ativos circulantes consolidado era de R\$ 30,7 milhões em 2021 e de R\$ 12,5 milhões em 2020. Em 2019, o saldo de outros ativos circulantes consolidados foi de R\$ 50,3 milhões, dentro dos quais estão incluídos adiantamento a fornecedores e colaboradores e seguros.

Ativo não circulante

Impostos de renda e contribuição social diferidos

O saldo de IR e CSLL diferidos, em 2020, era de R\$ 143,0 milhões, abaixo do valor registrado em 2019 de R\$ 172,3 milhões devido, principalmente, ao efeito do término da compensação do prejuízo fiscal em controlada da Companhia. Em 2021, não há saldo.

Impostos a recuperar

A conta de impostos a recuperar consolidado no longo prazo teve um aumento expressivo passando de R\$ 15,1 milhões em 2020 para R\$ 693,9 milhões, em 2021, devido ao reconhecimento do crédito dos processos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

Investimentos

A conta de investimentos consolidado se refere à controlada indireta da Companhia Solalban Energía S.A., empresa argentina que possui ativos de geração de energia em seu próprio país e a joint venture de controle compartilhado para geração de energia eólica – Tucano Holdings III que passou a ser incluída em 2020. Esta conta registrou R\$ 105,0 milhões em 2021 e R\$ 67,0 milhões em 2020. Em 2019, quando incluía apenas a Solalban, registrou R\$ 13,3 milhões.

Imobilizado

O saldo da conta de imobilizado consolidada era de R\$ 2.159,9 milhões em 2021, aumento de 11% em relação aos R\$ 1.949,7 milhões em 2020, devido aos investimentos realizados no período, parcialmente compensados pela depreciação no mesmo período. Em 2019, o saldo era de R\$ 1.890,7 milhões.

BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO

| Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil) | Consolidado | | | | | | AH 2021 | AH 2020 |
|---|------------------|------------|------------------|------------|------------------|------------|------------|------------|
| | 2021 | AV | 2020 | AV | 2019 | AV | x 2020 | x 2019 |
| Circulante | 1.796.221 | 26% | 1.220.159 | 27% | 785.077 | 21% | 35% | 55% |
| Fornecedores | 391.762 | 6% | 238.342 | 5% | 182.468 | 5% | 64% | 31% |
| Empréstimos | 161.824 | 3% | 340.730 | 8% | 177.566 | 5% | -53% | 92% |
| Salários e encargos | 160.472 | 3% | 120.632 | 3% | 63.002 | 2% | 33% | 91% |
| Imposto de renda e contrib. social | 325.519 | 5% | 117.336 | 3% | 40.476 | 1% | 177% | 190% |
| Outros impostos e contrib. a pagar | 95.439 | 2% | 97.870 | 2% | 32.822 | 1% | -2% | 198% |
| Dividendos a pagar | 300.216 | 5% | 23.459 | 1% | 54.437 | 1% | 540% | -57% |
| Energia elétrica | 232.112 | 4% | 185.386 | 4% | 174.180 | 5% | 25% | 6% |
| Débito com terceiros | - | - | 1.950 | - | 300 | - | - | 550% |
| Passivo ambiental | 30.991 | - | 19.491 | - | 13.542 | - | 59% | 44% |
| Outros passivos circulantes | 97.886 | 2% | 74.963 | 2% | 46.284 | 1% | 31% | 62% |
| Não circulante | 2.130.550 | 34% | 1.549.099 | 34% | 1.450.521 | 39% | 38% | 7% |
| Empréstimos | 1.313.005 | 21% | 372.810 | 8% | 499.982 | 13% | 252% | -25% |
| Salários e encargos sociais | 7.403 | - | 3.779 | - | 4.315 | - | 96% | -12% |
| Outros impostos e contr. a pagar | 32.248 | 1% | 46.454 | 1% | - | - | -31% | - |
| IR e CSLL diferidos | 631.290 | 10% | 317.912 | 7% | 296.628 | 8% | 99% | 7% |
| Obrigações c/ benef. empregados | 51.274 | 1% | 56.318 | 1% | 50.250 | 1% | -9% | 12% |
| Demandas Judiciais | 69.250 | 1% | 35.731 | 1% | 41.392 | 1% | 94% | -14% |
| Passivo ambiental | 25.736 | - | 4.581 | - | 6.566 | - | 462% | -30% |
| Débito com terceiros | - | - | 711.015 | 16% | 551.388 | 15% | - | 29% |
| Outros passivos não circulantes | 344 | - | 499 | - | - | - | -31% | - |
| Total do passivo | 3.776.771 | 60% | 2.769.258 | 61% | 2.235.598 | 60% | 36% | 24% |
| Patrimônio líquido | 2.321.437 | 37% | 1.739.039 | 39% | 1.483.223 | 40% | 42% | 17% |
| Capital social | 699.002 | 11% | 699.002 | 16% | 699.002 | 19% | - | - |
| Ações em tesouraria | (1.401) | - | (1.154) | - | (101.459) | -3% | 21% | -99% |
| Reserva de lucros | 1.147.566 | 18% | 804.599 | 18% | 736.249 | 20% | 61% | 9% |
| Outros resultados abrangentes | 443.576 | 7% | 222.560 | 5% | 139.261 | 4% | 99% | 60% |
| Part. dos acion. não controladores | 32.694 | 1% | 14.032 | - | 10.170 | - | 133% | 38% |

| Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil) | Consolidado | | | | | | AH 2021 | AH 2020 |
|--|------------------|-------------|------------------|-------------|------------------|-------------|------------|------------|
| | 2021 | AV | 2020 | AV | 2019 | AV | x 2020 | x 2019 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 6.248.208 | 100% | 4.508.297 | 100% | 3.718.821 | 100% | 39% | 21% |

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade do passivo e do patrimônio líquido e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Passivo circulante

Fornecedores

O saldo de fornecedores consolidado, em 2021, era de R\$ 391,8 milhões e de R\$ 238,3 milhões em 2020, acima do valor de R\$ 182,5 milhões registrado em 2019 decorrente, principalmente, do maior volume de produção e vendas em ambos os períodos.

Empréstimos

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo somaram R\$ 161,8 milhões em 2021, redução de 53% em relação aos R\$ 340,7 milhões registrados em 2020, devido à captação de recursos financeiros através de debêntures com prazos de vencimento mais longos e amortização de empréstimos de capital de giro. Em 2019, o saldo era de R\$ 177,6 milhões.

Salários e encargos

O saldo de salários e encargos, em 2021, atingiu o valor de R\$ 160,5 milhões em 2021, aumento de 33% em relação ao saldo de R\$ 120,6 milhões em 2021. enquanto 2019 registrou um valor de R\$ 63,0 milhões. Tais crescimentos decorreram do aumento na provisão de salários e encargos.

Imposto de renda e contribuição social

A conta de IR e CSLL encerrou o ano de 2021 em R\$ 325,5 milhões, enquanto havia sido R\$ 117,3 milhões em 2020 e de R\$ R\$ 40,5 milhões em 2019. Tais aumentos foram efeito de melhor resultado da Companhia no ano.

Dividendos a pagar

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não efetuou nenhum pagamento de juros sobre o capital próprio.

Em 2021, houve a distribuição antecipada de dividendos relativos ao exercício de 2021 no montante total de R\$ 1.241,5 milhões, sendo R\$ 488,8 milhões referentes ao dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado. Em complemento, foram distribuídos R\$ 154,8 milhões referentes à reserva de lucros de exercícios anteriores. A distribuição remanescente de R\$ 250,0 milhões referentes ao exercício de 2021 serão objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 20 de abril de 2022. Sendo assim, o montante total de dividendos propostos para 2021 é de R\$ 1.646,4 milhões, permanecendo um saldo de dividendos a pagar de R\$ 300,2 milhões.

O valor total apurado como dividendos obrigatórios (25%) para o exercício de 2020 foi de R\$ 87,3 milhões, tendo sido pagos R\$ 72,0 milhões como dividendos intermediários em 2020 e R\$ 15,3 milhões em 2021.

Para o exercício de 2019, foi apurado um dividendo obrigatório de R\$ 41,2 milhões, os quais foram deliberados através de Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de abril de 2020, nos termos e forma autorizados pelo artigo 2º da Medida Provisória nº 931, de 30 de março de 2020, e pagos a partir de 22 de abril de 2020.

Energia elétrica

A Unipar possui contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica, na condição de consumidor livre. O custo de energia engloba o preço de aquisição da própria energia efetivamente contratada, taxa do uso do sistema de transmissão (TUST), e acrescida dos encargos estabelecidos no âmbito governamental. Um destes encargos refere-se à Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), e seu valor é determinado anualmente pelo Governo Brasileiro (ANEEL).

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2015 a julho de 2016 indicava alta majoração deste encargo, o que levou a Companhia, a Indupa Brasil e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança da CDE com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (“ABRACE”).

No início do 3º trimestre de 2015, a ABRACE obteve liminar indicando que, enquanto o processo encontrar-se em julgamento, os consumidores livres que questionaram o valor deveriam ser cobrados por valores menores do que aqueles inicialmente estipulados. A Unipar provisionou integralmente os valores inicialmente estipulados, mas efetuou os pagamentos apenas dos montantes previstos na liminar de acordo com o faturamento do fornecedor (CTEEP).

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2016 a julho de 2017 também indicou valores que, segundo a ABRACE, estão acima dos considerados corretos pela associação. Sendo assim, a ABRACE também questionou judicialmente as futuras cobranças do encargo com seu novo valor e obteve liminar favorável nos mesmos moldes da liminar obtida para as cobranças relativas ao período de agosto de 2015 a julho de 2016. Em 31 de dezembro de 2021, os respectivos processos continuam em discussão.

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao ano de 2019 indicava alta majoração deste encargo, o que levou a Companhia, a Indupa Brasil e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança da CDE com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres. A sentença foi improcedente. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu o pedido de tutela de urgência para suspender a exigibilidade da tarifa de energia elétrica cobrada com os valores dos subsídios destinados a políticas públicas não relacionadas ao serviço público de energia elétrica até o julgamento da apelação interposta no feito originário.

A Unipar, por intermédio da ABRACE, ajuizou ação tendo por objeto a declaração de inexigibilidade do pagamento da parcela da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST relativa à indenização de que trata o artigo 15, §2º, da Lei nº 12.783/2013.

A liminar foi deferida parcialmente “para determinar que a ANEEL exclua a parcela dita de “remuneração” da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST, calculada sobre os bens reversíveis, ainda não amortizados e nem depreciados, prevista no art. 15, § 2º, da Lei nº 12.783/2013, devendo incidir sobre o montante apenas a atualização”. A sentença foi improcedente. Em razão disso, a Companhia e

sua controlada indireta Indupa Brasil já estão recolhendo os valores que deixaram de ser pagos em razão da liminar deferida. Referido pagamento vem sendo realizado mensalmente na forma de um acréscimo na conta mensal de consumo, sendo revertido valores provisionados.

Débitos com terceiros

Conforme apontado no item 10.1.c, o débito com terceiros consolidado foi pré-pago em dezembro/2021, restando com saldo zero em 31 de dezembro de 2021. Tal dívida correspondia a parte da dívida da Controlada com Solvay Vinyls Holding AG no curto prazo.

Outros passivos circulantes

O saldo de outros passivos circulantes era de R\$ 97,9 milhões em 2021, 75,0 milhões em 2020 e de R\$ 46,3 milhões em 2019. Tais saldos são compostos, principalmente, por despesas alfandegárias, provisões de fretes e adiantamentos de clientes.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

Em 2021, os empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidados somaram R\$ 1.313,0 milhões, crescimento de 252% em relação ao saldo de R\$ 372,8 milhões em 2020 devido à captação de empréstimos, notadamente a 6ª e 7ª emissão de debêntures e 3ª emissão de notas promissórias. Em 2019, havia um saldo de R\$ 500,0 milhões.

IR e CSLL diferidos

Em 2021, 2020 e 2019, as principais movimentações desta rubrica foram a constituição de créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de anos anteriores, créditos de diferenças temporárias relacionadas a contingências, acréscimo dos saldos de impostos diferidos passivos, inerentes à diferença de taxas de depreciação contábil e fiscal, e utilização dos créditos fiscais relacionados à incorporação da Controlada Unipar Indupa S.A.I.C. Os saldos em 2021, 2020 e 2019 foram de R\$ 631,3 milhões, R\$ 317,9 milhões e R\$ 296,6 milhões, respectivamente.

Obrigações com benefícios aos empregados

Em 2021, o saldo da conta de obrigações com benefícios aos empregados era de R\$ 51,3 milhões, de R\$ 56,3 milhões em 2020 e de R\$ 50,3 milhões em 2019. A Companhia concede benefícios a seus funcionários que levam ao provisionamento de futuros desembolsos. Para determinar os valores justos destes benefícios e dos ativos que possam cobri-los, a Companhia utiliza premissas atuariais, tais como taxas de mortalidade, invalidez, rotatividade etc., e premissas financeiras, tais como: taxas de inflação futura, taxas de desconto, etc. Mudanças no cenário econômico e na expectativa de vida ou de tempo para aposentadoria/desligamento dos beneficiários, entre outras, podem afetar de forma significativa os valores atualmente registrados.

Demandas judiciais

Em 2021, o saldo de demandas judiciais consolidado era de R\$ 69,3 milhões, de R\$ 35,7 milhões em 2020 e de R\$ 41,4 milhões em 2019. A Companhia, suportada pela avaliação de seus consultores jurídicos, internos e externos, classifica a probabilidade de perda de suas demandas judiciais em “provável”, “possível” e “remota”. Para as causas consideradas “prováveis” são constituídas provisões.

Passivo ambiental

O saldo de passivo ambiental consolidado, em 2021, era de R\$ 25,7 milhões, de R\$ 4,6 milhões em 2020 e de R\$ 6,6 milhões em 2019. A Companhia, com base no aprofundamento dos estudos técnicos concluídos recentemente, através de monitoramento da qualidade das águas subterrâneas, estudos de alternativas das tecnologias de remediação, execução de testes piloto das alternativas selecionadas, bem como implementação de planos de intervenção, reavaliou sua estimativa para os gastos necessários para os próximos 5 anos em relação a gestão dos passivos ambientais.

Débitos com terceiros

Conforme apontado no item 10.1.c, o débito com terceiros consolidado foi pré-pago em dezembro/2021, restando com saldo zero em 31 de dezembro de 2021. Tal dívida correspondia a parte da dívida da Controlada com Solvay Vinyls Holding AG no longo prazo.

FLUXOS DE CAIXA

| Fluxo de Caixa (R\$ mil) | Consolidado | | | AH 2021 x | AH 2020 x |
|---|------------------|----------------|---------------|-------------|-------------|
| | 2021 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Caixa líquido nas atividades operacionais | 2.289.901 | 1.068.636 | 454.991 | 114% | 135% |
| Caixa líquido nas atividades de investimento | (1.414.177) | (151.062) | 292.134 | 393% | - |
| Caixa líquido nas atividades de financiamento | (1.443.733) | (288.158) | (754.980) | 401% | -62% |
| Efeito var. cambial sobre caixa e equiv. de caixa | (25.666) | (6.089) | 107.838 | 322% | - |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa | (593.675) | 623.327 | 99.983 | -88% | 523% |

Atividades operacionais

Em 2021, o caixa líquido consolidado gerado nas atividades operacionais foi de R\$ 2.289,9 milhões, 114% superior ao gerado em 2020 (R\$ 1.068,6 milhões), decorrente do aumento da receita consolidada com aumento no volume de vendas e dos preços internacionais de soda cáustica e PVC e ganho de eficiência nas plantas. Na comparação 2020 x 2019, o crescimento foi de 135%.

Atividades de investimentos

Em 2021, o caixa líquido consolidado gerado nas atividades de investimento foi negativo em R\$ 1.414,2 milhões com aportes de capital relacionados à empresa investida Tucano Holdings III, investimentos realizados na planta de Santo André durante parada programada no 2º trimestre de 2021 e aplicações em imobilizado e intangíveis. Em 2020, o caixa líquido de investimentos foi negativo em R\$ 151,1 milhões e, em 2019, a geração foi positiva em R\$ 292,1 milhões, devido, principalmente, às aplicações financeiras líquidas de resgate no período.

Atividades de financiamento

Em 2021, houve saída líquida de R\$ 1.443,7 milhões devido à amortização de empréstimos e debêntures e, principalmente, pelo pagamento de dividendos no período no montante de R\$ 1.365,0 milhões, compensados, parcialmente pela captação de debêntures no valor total de R\$ 850,0 milhões e notas promissórias no valor de R\$ 200,0 milhões. Em 2020, a saída R\$ 288,2 milhões nas atividades de financiamento devido à amortização de debêntures, empréstimos e notas promissórias, pagamento de juros e outros encargos sobre empréstimos e recompra de ações de própria emissão, parcialmente

compensados pela captação de R\$ 203,0 milhões em financiamento bancário para fazer frente a possíveis necessidades financeiras provenientes da pandemia. Em 2019, houve a aplicação de R\$ 755,0 milhões nas atividades de financiamento devido ao relevante montante de amortização de empréstimos e debêntures e pagamento de juros e outros encargos sobre empréstimos.

10.2 – Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia tem como atividades preponderantes a fabricação de cloro e derivados de cloro, soda cáustica e PVC, através de três plantas localizadas nos municípios de Cubatão (SP-Brasil), Santo André (SP-Brasil) e Bahía Blanca (Argentina), sendo sua receita composta por estes três produtos e seus derivados.

A tabela abaixo apresenta a receita operacional líquida consolidada da Companhia para os períodos indicados:

| Receita Líquida (R\$ mil, exceto %) | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | | | | |
|--|---|-------------------------|--------------------|-------------------------|--------------------|-------------------------|
| | 2021 | | 2020 | | 2019 | |
| | Receita Líquida | % da Receita Líquida | Receita Líquida | % da Receita Líquida | Receita Líquida | % da Receita Líquida |
| Produção de soda, cloro e derivados de cloro e PVC | 6.289.369 | 100,0% | 3.868.223 | 100,0% | 3.048.730 | 100,0% |

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Conforme comentários da Diretoria inseridos no item 10.1(h) deste Formulário de Referência, os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia nos últimos três exercícios sociais foram principalmente o aumento do volume de vendas de soda cáustica e PVC, aumento dos preços internacionais de referência dos produtos vendidos, e custo dos principais insumos, alavancado, também, pela desvalorização do real frente ao dólar norte-americano.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Companhia é decorrente da condição oferta-demanda, basicamente, no mercado interno, responsável pela quase totalidade do destino de vendas.

Apesar de, em algumas situações, ser possível repassar efeitos de inflação aos preços de venda, não há uma indexação preponderante e direta dos preços de venda a índices de inflação.

Aproximadamente 85% da receita operacional da Companhia é referenciada à cotação dos preços da soda cáustica e PVC no mercado internacional em dólar norte-americano e o restante, à cotação de preços no mercado interno em real.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

O resultado das operações pode ser afetado pela inflação, dado que, mesmo as receitas não estando indexadas diretamente aos índices de inflação (IGP-M, INPC, IPC-A etc.), parte dos custos operacionais tendem a acompanhar tais índices.

Em relação à exposição cambial, é válido destacar a influência do etileno, insumo primordial no processo de produção do PVC, que tem referência em dólar norte-americano. Sendo assim, pode haver variação nos preços desta matéria-prima em virtude de oscilações de moeda estrangeira, assim como no sal, em menor escala. Cerca de 30% do custo dos produtos vendidos está atrelado ao dólar norte-americano. A Companhia possui uma estratégia defensiva de gerenciamento de risco de variação cambial, conforme descrito no item 4.2 do Formulário de Referência da Companhia.

Com relação à exposição a taxas de juros, grande parte da dívida da Companhia está indexada ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), conforme demonstrado no item 10.1. Neste sentido, variações positivas ou negativas nesta taxa podem afetar o resultado financeiro de forma significativa, conforme descrito no item 4.2 do Formulário de Referência da Companhia. Em dezembro/2021, a Companhia pré-pagou um débito com terceiros em moeda estrangeira no valor de US\$ 136,0 milhões, conforme descrito no item 10.1.d.

10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em julho de 2021, a Companhia celebrou Contrato de Outorga de Opção de Compra com a Atlas Lar do Sol Holding Ltda. (“Atlas Renewable Energy”) para que a Companhia tenha o direito de se tornar sócia de sociedades de propósito específico (“SPEs”), após o cumprimento das condições precedentes ao negócio, com a finalidade de desenvolver projetos de geração de energia solar em estágio greenfield localizado na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais, em conjunto com a Atlas Renewable Energy, possibilitando, assim, o regime de autoprodução de energia por equiparação (“Projeto”). O Projeto possui 239 MWp de capacidade solar instalada, sendo que 49 MW médios serão comercializados por meio de um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica de longo prazo firmado, nesta data, entre as SPEs e a Companhia, com início do período de suprimento estimado para 2024 (“PPA”). As partes estimavam que o início de construção seria em 2021.

Em dezembro de 2021, a Unipar Indupa do Brasil S.A. celebrou Acordo de Investimentos (“Acordo”) com a AES Tucano Holding I S.A. (“AES Tucano”) para a constituição de uma joint venture tendo por objeto a geração de energia eólica (“Projeto”). O Projeto será desenvolvido no Complexo Eólico Cajuína, nas cidades de Lajes, Pedro Avelino, Angicos e Fernando Pedroza, no Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade eólica instalada 91 MW, dos quais 40 MW médios serão comercializados junto à Unipar Indupa do Brasil S.A. por meio de um contrato de compra de energia com prazo de 20 anos com início de vigência em 2024 e sob regime de autoprodução (“PPA”). As partes estimam que o início do período de construção ocorrerá no primeiro semestre de 2022 e com CAPEX estimado em aproximadamente R\$5,6 milhões/MW instalado.

Em setembro de 2020 a Companhia concluiu a formação de joint venture com a AES Tietê Energia S.A. (“AES Tietê”), através da aquisição de 50% das ações da Tucano Holdings III com controle compartilhado com a AES Tietê. O Acordo de Investimento tem o objetivo a geração total de 155 MW de energia eólica, equivalentes a 78 MW médios de energia assegurada. A fazenda eólica está em construção e faz parte do complexo eólico Tucano, localizado no Estado da Bahia.

Em 2019, dando continuidade ao processo de aquisição em etapas, a Unipar lançou uma segunda oferta pública para aquisição de até a totalidade das demais ações em circulação, representativas do capital social da Unipar Indupa S.A.I.C, com finalidade de cancelamento do registro de companhia aberta (“OPA”). A operação foi aprovada pela Comissão Nacional de Valores (“CNV”), iniciada em 14 de agosto de 2019 e finalizada em 30 de dezembro de 2019. Com adesão à oferta e aquisições no mercado, a OPA resultou em uma aquisição total de 44.200.801 ações ordinárias representativas de 10,68% do capital. O valor pago aos acionistas, decorrentes da OPA, foi efetuado em 29 de novembro de 2019, ao preço de AR\$ 25,01 (pesos argentinos) por ação. Com o resultado das etapas de aquisição, a Companhia passou a deter um total de 407.823.544 ações do total de 414.283.186 ações, o que representa um percentual de participação de 98,4% (87,7% em 31 de dezembro de 2018) do capital votante da controlada.

c. Eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou às suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos como resultado das alterações em práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer do auditor às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 apresentou uma ênfase sobre as diferenças na interpretação de cláusulas contratuais de *covenants* requeridas em contrato de dívida entre um credor e ex-controladora da Indupa Argentina (Solvay Vinyls Holding A.G.) e da Indupa Brasil, subsidiárias da Companhia, que eram objetos de disputa perante uma corte estadual do estado de Nova Iorque. Tal dívida estava classificada no passivo não circulante, e caso a conclusão da disputa fosse desfavorável à Companhia poderia ocorrer o vencimento antecipado da dívida.

Em dezembro de 2021, houve um acordo entre as partes envolvidas e a Unipar recebeu R\$ 449,7 milhões (US\$ 80,0 milhões), registrado no resultado da Companhia, referente ao ajuste de preço na aquisição da Indupa Argentina e da Indupa Brasil e suas controladas liquidaram a dívida na rubrica débito com terceiros. Com base nesse acordo, a Unipar não possui mais *covenants* e *negative covenants* vinculados e não houve ênfase no parecer do auditor em dezembro de 2021.

10.5 – Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. A Companhia revisa suas estimativas ao menos trimestralmente e o grau de revisão depende da natureza das transações e do cenário econômico.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que têm um risco significativo de sofrer ajustes relevantes quando os resultados reais forem conhecidos são apresentadas abaixo:

Tributos

Os tributos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

Pode haver casos em que as normas fiscais não são suficientemente claras em relação à sua aplicação. Adicionalmente, o resultado de julgamentos em tribunais superiores pode criar jurisprudência que difira do tratamento tributário atualmente adotado pela Companhia. Também há a possibilidade de as próprias autoridades fiscais emitirem orientações posteriores que esclareçam a aplicação de alguns tributos. Entre outras, estas são situações que podem levar a Companhia a alterar suas estimativas em relação ao pagamento de tributos.

Obrigações com benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a seus empregados, que levam ao provisionamento de futuros desembolsos. Para determinar os valores justos destes benefícios e dos ativos que possam cobri-los, a Companhia utiliza premissas atuariais, tais como taxas de mortalidade, invalidez, rotatividade, etc., e premissas financeiras, tais como taxas de inflação futura, taxas de desconto, etc.

Mudanças no cenário econômico e na expectativa de vida ou de tempo para aposentadoria / desligamento dos beneficiários, entre outras, podem afetar de forma significativa os valores atualmente registrados.

Provisões para processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A determinação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos.

A alteração destas evidências, incluindo resultados de julgamentos similares, em tribunais ou na esfera administrativa, podem alterar as estimativas atualmente registradas pela Companhia.

Recuperabilidade de créditos fiscais diferidos

A Administração realizou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelos órgãos de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal. Os estudos técnicos de viabilidade consideram estimativas que estão relacionadas ao desempenho da Companhia, assim como o comportamento do mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Mudanças no cenário de negócio podem afetar a previsão de recuperabilidade desses créditos.

Passivo Ambiental (recuperação ambiental)

A Companhia está exposta a riscos ambientais decorrentes de vazamento de substâncias químicas, falhas de equipamentos, acidentes de transporte ou falhas no processo de produção. A administração considera a proteção ao meio ambiente como um aspecto-chave de suas atividades, aplicando políticas que visam a prevenção e o controle desses riscos em todas as unidades de produção, que permitem o cumprimento, por vezes, além das normas legais. Em cumprimento às suas políticas internas sobre as questões ambientais, a Companhia se utiliza de especialistas para desenvolver estudos necessários para este fim.

A política contábil sobre este assunto é constituir um passivo quando este for possível de ser medido com certa razoabilidade. As características dos riscos envolvidos exigem estudos detalhados e a conclusão destes estudos é essencial para se estimar adequadamente os valores a serem desembolsados.

As controladas Unipar Indupa do Brasil S.A e Unipar Indupa S.A.I.C. têm custos estimados de recuperação ambiental em áreas específicas e continuam investigando outras áreas em suas plantas, para identificar, caso existam, danos ambientais causados por suas operações, conforme previsto no item 4.3 do Formulário de Referência da Companhia.

10.6 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iv. Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10.7 – Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10.8 – Plano de negócios

a. Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O atual programa de investimentos contempla basicamente a implantação de projetos voltados para a continuidade operacional e manutenção das instalações fabris, além das ações focadas na manutenção e aperfeiçoamento dos padrões de segurança operacional, preservação ambiental e saúde ocupacional.

Não há planos formais, aprovados por órgãos da Administração, definindo ações específicas que prevejam investimentos ou desinvestimentos relevantes na Companhia. Encontra-se, atualmente, em análise pela Companhia, o projeto de substituição do processo de produção via células de mercúrio por células de membrana para definição do montante de investimento necessário e data do início da operação, tanto na planta de Cubatão como na planta de Bahía Blanca.

Em novembro/2019, a Companhia divulgou a projeção de investimento (Capex) a ser dispendido para a construção de parque eólico no Nordeste, em parceria com AES Tietê Energia S.A., no montante total de R\$ 620,0 milhões, na qual a Companhia possui 50% de participação das ações da Tucano Holding III S.A. O acordo de investimento foi celebrado em 3 de setembro de 2020, por meio do qual a Companhia adquiriu sua participação pelo montante de R\$ 40,1 milhões, dos quais R\$ 30,5 milhões foram pagos em dinheiro na data da assinatura do acordo e o saldo remanescente, de R\$ 9,6 milhões, serão pagos nos doze meses seguintes.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A responsabilidade de identificação e escolha das fontes de financiamento a custos atrativos é uma atribuição da Administração da Companhia. Na presente data, as principais fontes de financiamento da Companhia são geração de caixa operacional, capital do acionista e capital de terceiros por meio de financiamentos bancários e mercado de capitais.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de negócios, tampouco desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Além das informações já divulgadas sobre investimentos, não há informações complementares a divulgar.

c. Novos produtos e serviços:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

10.9 – Outros fatores com influência relevante

A Companhia esclarece que em 2021 não ocorreram outros fatores (tais como despesas com publicidade, patrocínios e convênio) que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional além dos citados nos outros itens desta seção.



ANEXO III
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021, CONTENDO, NO MÍNIMO, AS INFORMAÇÕES INDICADAS
NO ANEXO 9-1-II DA ICVM 481/09, NOS TERMOS DO ARTIGO 9º, PARÁGRAFO ÚNICO,
INCISO II, DA ICVM 481/09

(este anexo inicia-se na próxima página)

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

A Administração da Companhia disponibiliza abaixo as informações exigidas pelo Anexo 9-1-II da Instrução nº 481, de 17 de dezembro 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), conforme alterada (“ICVM nº 481/09”).

1. Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.984.763.589,73 (um bilhão, novecentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e sessenta e três mil, quinhentos e oitenta e nove reais e setenta e três centavos).

2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Os dividendos obrigatórios (“Dividendos Obrigatórios”), intercalares (“Dividendos Intercalares”) e intermediários (“Dividendos Intermediários”) propostos (“Dividendos”) pela Administração totalizam R\$ 1.550.000.000,00 (um bilhão, quinhentos e cinquenta milhões de reais), sendo R\$ 15,41640420901 para cada ação ordinária, R\$ 16,95804463002 para cada ação preferencial classe “A” e R\$ 16,95804463002 para cada ação preferencial classe “B”.¹

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Os Dividendos Obrigatórios correspondem a 25% do lucro líquido ajustado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Considerando os Dividendos Intercalares, que já foram distribuídos em 2021, os Dividendos Obrigatórios e Dividendos Intermediários, os Dividendos propostos pela Administração correspondem a 79,28% (setenta e nove inteiros e vinte e oito centésimos por cento) do lucro líquido ajustado do exercício de 31 de dezembro de 2021, observado, todavia, que os Dividendos Intermediários foram distribuídos com base nos lucros de outros exercícios, conforme indicado no item 4 a seguir.

4. Montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

A distribuição dos Dividendos Intermediários, à conta reserva de lucros a realizar, corresponde a R\$ 58.484.000,00 (cinquenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil reais), sendo R\$ 0,58168579598 para cada ação ordinária, R\$ 0,63985437557 para cada ação preferencial classe “A” e R\$ 0,63985437557 para cada ação preferencial classe “B”.

¹ Os valores unitários correspondem à soma dos valores unitários calculados à época do pagamento dos dividendos antecipados e dos valores unitários calculados com base no capital social e na quantidade de ações em tesouraria na data desta proposta (16 de março de 2022) para os dividendos a pagar.

5. Informações, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados, sobre:

- **a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:**

O valor bruto do total de dividendos a serem distribuídos com base no exercício de 2021, deduzidos dos valores já antecipados em 2021, é de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), sendo o valor unitário por ação de cada espécie e classe conforme abaixo²:

- R\$ 2,48651680790 por ação ordinária, equivalente a R\$ 82.074.872,20 (oitenta e dois milhões, setenta e quatro mil, oitocentos e setenta e dois reais e vinte centavos);
- R\$ 2,73516848869 por ação preferencial classe “A”, equivalente a R\$ 5.553.144,20 (cinco milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, cento e quarenta e quatro reais e vinte centavos); e
- R\$ 2,73516848869 por ação preferencial classe “B”, equivalente a R\$ 162.371.983,60 (cento e sessenta e dois milhões, trezentos e setenta e um mil, novecentos e oitenta e três reais e sessenta centavos).

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:

Caso aprovados nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) de 20 de abril de 2022, os Dividendos mencionados na alínea “a” deste item 5 serão pagos à vista por meio de crédito em conta corrente, a partir do dia 4 de maio de 2022.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio:

Não há incidência de atualização e juros sobre os Dividendos a serem declarados na AGOE.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

Os dividendos propostos na alínea “a” do item 5 deverão ser aprovados na AGOE de 20 de abril de 2022, sendo essa mesma data considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento. Desta forma, as ações da Companhia serão negociadas ex-dividendos a partir do dia 22 de abril de 2022.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

O valor bruto do total de Dividendos Intercalares distribuídos com base no exercício de 2021 foi de R\$ 1.241.516.000,00 (um bilhão, duzentos e quarenta e um milhões, quinhentos e dezesseis mil reais).

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

² Valores unitários com base no Capital Social e quantidade de ações em tesouraria na data desta proposta (16 de março de 2022). Até a data de pagamento dos dividendos declarados, a proporção de ações preferenciais classe A e preferenciais classe B poderão ser alteradas em decorrência de conversões previstas no Estatuto Social da Companhia. Conforme artigo 30, §4º, da Lei das S.A., as ações em tesouraria não têm direito a dividendos e sua quantidade poderá ser alterada dado o 3º Programa de Recompra de Ações de própria emissão aprovado em Conselho de Administração em 11 de novembro de 2021.

Os Dividendos Intercalares, referentes ao exercício de 2021, foram distribuídos conforme deliberações, pagamentos e valor unitário por ação de cada espécie e classe abaixo:

| Data de Deliberação | Data de Pagamento | Tipo/Classe | Valor por ação | Valor Total |
|---------------------|-------------------|-------------|-------------------|--------------------|
| 27/05/2021 | 15/06/2021 | ON | R\$ 2,4865168079 | R\$ 82.074.872,20 |
| 27/05/2021 | 15/06/2021 | PNA | R\$ 2,7351684888 | R\$ 5.846.898,56 |
| 27/05/2021 | 15/06/2021 | PNB | R\$ 2,7351684888 | R\$ 162.078.229,24 |
| 12/08/2021 | 27/08/2021 | ON | R\$ 2,70533028700 | R\$ 89.297.460,95 |
| 12/08/2021 | 27/08/2021 | PNA | R\$ 2,97586331570 | R\$ 6.077.796,10 |
| 12/08/2021 | 27/08/2021 | PNB | R\$ 2,97586331570 | R\$ 176.624.742,95 |
| 11/11/2021 | 30/11/2021 | ON | R\$ 2,98382016949 | R\$ 98.489.846,64 |
| 11/11/2021 | 30/11/2021 | PNA | R\$ 3,28220218644 | R\$ 6.663.773,04 |
| 11/11/2021 | 30/11/2021 | PNB | R\$ 3,28220218644 | R\$ 194.846.380,32 |
| 16/12/2021 | 30/12/2021 | ON | R\$ 4,17253434074 | R\$ 137.726.888,35 |
| 16/12/2021 | 30/12/2021 | PNA | R\$ 4,58978777482 | R\$ 9.318.531,37 |
| 16/12/2021 | 30/12/2021 | PNB | R\$ 4,58978777482 | R\$ 272.470.580,28 |

7. Tabela comparativa sobre:

a. O lucro líquido do exercício dos 3 (três) exercícios anteriores por ação de cada espécie e classe:

| (Valores em R\$) | 2021 | 2020 | 2019 |
|--|-------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Lucro líquido do exercício | 1.984.763.589,73 | 367.666.128,17 | 173.504.704,06 |
| Lucro líquido do exercício por ação | | | |
| <i>Ordinárias</i> | <i>19,7405</i> | <i>3,6197</i> | <i>1,7420</i> |
| <i>Preferenciais classe "A"</i> | <i>21,7146</i> | <i>3,9824</i> | <i>1,9162</i> |
| <i>Preferenciais classe "B"</i> | <i>21,7146</i> | <i>3,9817</i> | <i>1,9162</i> |

b. Os dividendos e juros sobre capital próprio ("JCPs") distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores por ação de cada espécie e classe:

| | Ordinárias | | Preferenciais classe "A" | | Preferenciais classe "B" | |
|------|------------|------|--------------------------|------|--------------------------|------|
| | Dividendos | JCPs | Dividendos | JCPs | Dividendos | JCPs |
| 2021 | 15,4164 | - | 16,9580 | - | 16,9580 | - |
| 2020 | 1,8265 | - | 2,0092 | - | 2,0092 | - |
| 2019 | 0,3940 | - | 0,7146 | - | 0,4334 | - |

8. Informações sobre a destinação de lucros à reserva legal, a saber:

a. Montante destinado à reserva legal:

Em 31 de dezembro de 2021, o montante destinado à reserva legal foi de R\$ 29.642.331,93 (vinte e nove milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, trezentos e trinta e um reais e noventa e três centavos).

b. Forma de cálculo da reserva legal:

Conforme inciso III do artigo 32 do Estatuto Social, 5% (cinco por cento) do lucro do exercício será

destinado para formação de fundo de reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia.

9. Com relação às ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a. Descrição da forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos:

As ações preferenciais classe “A” têm direito ao recebimento de dividendo mínimo prioritário de 10% (dez por cento) ao ano calculado sobre a parcela do capital social constituído por esta classe de ação, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% (cento e dez por cento) do atribuído a cada ação ordinária. As ações preferenciais classe “B” têm direito ao recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária. Ainda, o Estatuto Social prevê o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, não cumulativo, que equivale a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. O dividendo obrigatório compreende o dividendo prioritário das ações preferenciais classe “A”. Se o montante do dividendo obrigatório exceder dos dividendos prioritários das ações preferenciais classe “A”, o excesso será aplicado na seguinte ordem: (a) pagamento de dividendo às ações ordinárias e às ações preferenciais classe “B” até 10% (dez por cento) calculado sobre a parcela do capital social constituída pelas ações ordinárias e pelas ações preferenciais classe “B”, dividendo a ser entre elas rateado igualmente, observado os direitos e vantagens atribuídos a cada espécie de ações; e (b) distribuição do dividendo adicional a todas ações, ordinárias e preferenciais, observados os direitos e vantagens atribuídos a cada espécie de ações.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos:

No ano de 2021, o lucro líquido apurado é suficiente para efetuar o pagamento integral dos dividendos mínimos.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo prioritário não é cumulativo.

d. Informações a respeito do valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais:

O valor global total dos Dividendos, a serem pagos pelas classes “A” e “B” de ações preferenciais é de R\$ 1.041.135.792,35 (um bilhão, quarenta e um milhões, cento e trinta e cinco mil, setecentos e noventa e dois reais e trinta e cinco centavos), dos quais R\$ 873.210.664,55 (oitocentos e setenta e três milhões, duzentos e dez mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) já foram pagos, sendo o valor global por cada classe de ações preferenciais conforme abaixo:

- R\$ 34.762.926,94 (trinta e quatro milhões, setecentos e sessenta e dois mil, novecentos e vinte e seis reais e noventa e quatro centavos) para as ações preferenciais classe “A”, sendo que R\$ 29.209.782,74 (vinte e nove milhões, duzentos e nove mil, setecentos e oitenta e dois reais e setenta e quatro centavos) já foram pagos e R\$ 5.553.144,20 (cinco milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, cento e quarenta e quatro reais e vinte centavos) serão pagos após a AGO; e
- R\$ 1.006.372.865,41 (um bilhão, seis milhões, trezentos e setenta e dois mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e um centavos) para as ações preferenciais classe “B”, sendo que R\$

844.000.881,81 (oitocentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e oitenta e um reais e oitenta e um centavos) já foram pagos e R\$ 162.371.983,60 (cento e sessenta e dois milhões, trezentos e setenta e um mil, novecentos e oitenta e três reais e sessenta centavos) serão pagos após a AGO.

e. Informações a respeito dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

O valor dos Dividendos Obrigatórios por ação preferencial de cada classe é:

- R\$ 5,34758605590 por preferencial classe “A”; e
- R\$ 5,34758605590 por preferencial classe “B”.

10. Com relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrição da forma de cálculo prevista no Estatuto Social:

O artigo 33 do Estatuto Social e a Política de Destinação de Resultados da Companhia estabelecem um dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A.

b. Informações a respeito de o dividendo obrigatório estar ou não sendo pago integralmente

Em 2021, está sendo proposto o pagamento do Dividendo Obrigatório em sua totalidade, assim como o pagamento de Dividendos Intercalares e Dividendos Intermediários.

c. Informações a respeito do montante eventualmente retido em razão da situação financeira da companhia

Nenhum montante foi retido em razão da situação financeira da Companhia.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia:

a. Montante da retenção:

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de retenção de dividendos obrigatórios.

b. Descrição, pormenorizada, da situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos:

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de retenção de dividendos obrigatórios.

c. Justificativa da retenção dos dividendos:

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de retenção de dividendos obrigatórios.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a. Montante destinado à reserva:

Não aplicável. Não há proposta de destinação do lucro líquido para reserva de contingências.

b. Identificação da perda considerada provável e sua causa:

Não aplicável. Não há proposta de destinação do lucro líquido para reserva de contingências.

c. Razão pela qual a perda foi considerada provável:

Não aplicável. Não há proposta de destinação do lucro líquido para reserva de contingências.

d. Justificativa da constituição da reserva:

Não aplicável. Não há proposta de destinação do lucro líquido para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Montante destinado para reserva de lucros a realizar:

Não aplicável. Não há proposta de destinação do lucro líquido para reserva de lucros a realizar.

b. Natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva:

Não aplicável. Não há proposta de destinação do lucro líquido para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrição das cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva:

Conforme inciso V do artigo 32 do Estatuto Social, 5% (cinco por cento) do lucro do exercício será destinado para constituição de reserva especial para dividendos. Ainda, nos termos do inciso VI do artigo 32 do Estatuto Social, o saldo restante do lucro do exercício, respeitado o eventual registro de lucros na reserva de lucros a realizar, será levado à reserva para investimentos, com a finalidade assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar seu capital de giro. Nos termos do parágrafo 5º do artigo 32 do Estatuto Social, o saldo da reserva especial para dividendos, da reserva para investimentos e das demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderão ultrapassar o valor do capital social.

b. Montante destinado à reserva:

Se propõe destinar para constituição de reserva especial para dividendos o montante de R\$ 29.642.331,93 (vinte e nove milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, trezentos e trinta e um reais e noventa e três centavos) e o montante de R\$ 433.962.925,87 (quatrocentos e trinta e três milhões, novecentos e sessenta e dois mil, novecentos e vinte e cinco reais e oitenta e sete centavos) à reserva para investimentos.

c. Descrição de como o montante foi calculado:

Para fins de constituição da reserva especial para dividendos, o montante foi calculado conforme previsto em Estatuto Social, ou seja, 5% (cinco por cento) do lucro do exercício.

O montante destinado à reserva para investimentos foi calculado conforme tabela abaixo:

(Valores em R\$)

| | |
|---|-------------------------|
| Lucro líquido do exercício | 1.984.763.589,73 |
| Constituição de reserva legal | (29.642.331,93) |
| Lucro líquido ajustado | 1.955.121.257,80 |
| Dividendo obrigatório | (488.780.314,45) |
| Dividendo intercalar | (1.002.735.685,55) |
| Constituição de reserva especial para dividendos | (29.642.331,93) |
| Constituição de reserva para investimentos | 433.962.925,87 |

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Montante da retenção:

Não aplicável. Não há proposta de retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

b. Cópia do orçamento de capital:

Não é aplicável. Não há proposta de retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Montante destinado à reserva de incentivos fiscais:

Não aplicável. Não há proposta de destinação de lucro líquido para reserva de incentivos fiscais.

b. Explicação da natureza da destinação:

Não aplicável. Não há proposta de destinação de lucro líquido para reserva de incentivos fiscais.



ANEXO IV

INFORMAÇÕES DOS CANDIDATOS PARA OCUPAR OS CARGOS DE MEMBROS EFETIVOS E SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA, CONFORME INFORMAÇÕES APRESENTADAS NOS ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 10, INCISO I, DA ICVM 481/09

(este anexo inicia-se na próxima página)

12.5 – Composição e experiência profissional dos candidatos para Conselho de Administração e Conselho Fiscal

| Nome | Data de nascimento | Órgão da administração | Data de eleição | Prazo do mandato | # de mandatos consecutivos |
|---|--------------------|---|-----------------|----------------------|--------------------------------|
| CPF | Profissão | Cargo eletivo Indicado | Data de posse | Indicado controlador | % de participação nas reuniões |
| Outros cargos e funções exercidos na Companhia | | | | | |
| Membro independente | | | | | |
| <u>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</u> | | | | | |
| Frank Geyer Abubakir | 19/10/1972 | Conselho de Administração | 20/04/2022 | Até a AGO 2024 | 3 |
| 891.689.415-87 | Empresário | Presidente do Conselho de Administração efetivo | 20/04/2022 | Sim | 100% |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |
| Não é considerado independente. | | | | | |
| Bruno Soares Uchino | 07/11/1978 | Conselho de Administração | 20/04/2022 | Até a AGO 2024 | 3 |
| 011.066.477-93 | Advogado | Membro de Conselho de Administração efetivo | 20/04/2022 | Sim | 100% |
| Coordenador do Comitê de Auditoria. | | | | | |
| Não é considerado independente. | | | | | |
| João Guilherme de Andrade Só Consiglio | 07/12/1968 | Conselho de Administração | 20/04/2022 | Até a AGO 2024 | 3 |
| 119.038.148-63 | Economista | Membro de Conselho de Administração efetivo | 20/04/2022 | Sim | 100% |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |
| Não é considerado independente. | | | | | |
| Lucas Queiroz Abud | 16/11/1979 | Conselho de Administração | 20/04/2022 | Até a AGO 2024 | 2 |
| 798.163.805-44 | Engenheiro Civil | Membro de Conselho de Administração efetivo | 20/04/2022 | Sim | 100% |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |
| Não é considerado independente. | | | | | |
| Aníbal do Vale | 13/02/1956 | Conselho de Administração | 20/04/2022 | Até a AGO 2024 | 1 |
| 011.817.458-45 | Engenheiro Químico | Membro de Conselho de Administração efetivo | 20/04/2022 | Sim | 100% |

| Nome | Data de nascimento | Órgão da administração | Data de eleição | Prazo do mandato | # de mandatos consecutivos |
|---|---------------------------|------------------------------------|-----------------|----------------------|--------------------------------|
| CPF | Profissão | Cargo eletivo Indicado | Data de posse | Indicado controlador | % de participação nas reuniões |
| Outros cargos e funções exercidos na Companhia | | | | | |
| Membro independente | | | | | |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |
| Não é considerado independente. | | | | | |
| <u>CONSELHO FISCAL</u> | | | | | |
| João Cláudio Zola | 22/06/1947 | Conselho Fiscal | 20/04/2022 | Até a AGO 2023 | 14 |
| 336.222.308-78 | Contador | Membro de Conselho Fiscal efetivo | 20/04/2022 | Sim | 100% |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |
| Victor Mitunari Matsuyama | 10/08/1988 | Conselho Fiscal | 20/04/2022 | Até a AGO 2023 | 1 |
| 368.901.988-59 | Administrador de Empresas | Membro do Conselho Fiscal suplente | 20/04/2022 | Sim | 0% |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |
| Clovis Hideaki Ikeda | 23/09/1963 | Conselho Fiscal | 20/04/2022 | Até a AGO 2023 | 4 |
| 049.392.408-60 | Administrador de Empresas | Membro do Conselho Fiscal efetivo | 20/04/2022 | Sim | 100% |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |
| Mariana Guerini Berenguer | 05/03/1967 | Conselho Fiscal | 20/04/2022 | Até a AGO 2023 | 0 |
| 116.223.338-96 | Advogada | Membro do Conselho Fiscal suplente | 20/04/2022 | Sim | 0% |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |
| Silvio de Sousa Pinheiro | 21/09/1977 | Conselho Fiscal | 20/04/2022 | Até a AGO 2022 | 3 |
| 671.730.715-34 | Advogado | Membro do Conselho Fiscal efetivo | 20/04/2022 | Sim | 100% |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |
| Roberto Dutra | 02/04/1949 | Conselho Fiscal | 20/04/2022 | Até a AGO 2023 | 6 |
| 224.100.238-00 | Economista | Membro do Conselho Fiscal suplente | 20/04/2022 | Sim | 0% |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Frank Geyer Abubakir - 891.689.415-87

O Sr. Frank Geyer Abubakir é Presidente do Conselho de Administração desde novembro de 2017, reeleito em abril de 2018 e julho de 2020. É membro do Comitê de Ética desde novembro de 2017. Foi Diretor Presidente da Unipar Carbocloro de maio de 2014 a março de 2015. Foi Presidente do Conselho de Administração da Unipar de abril de 2008 a março de 2015, tendo sido Vice-Presidente de abril de 2005 a março de 2008. Foi membro do Conselho de Administração da Carbocloro e da Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A. Foi Presidente dos Conselhos de Administração da Quattor Participações S.A, Quattor Petroquímica S.A, Quattor Química S.A e da Rio Polímeros S.A. de 2008 a 2010. Foi Diretor Superintendente da Securitas União Corretora de Seguros S.A. de janeiro de 2001 a abril de 2005 e Diretor da Vila Velha S.A. de abril de 2006 a abril de 2009, tendo sido reeleito em dezembro de 2017.

O Sr. Frank Geyer Abubakir informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Bruno Soares Uchino - 011.066.477-93

O Sr. Bruno Soares Uchino é Conselheiro de Administração desde novembro de 2017, reeleito em abril de 2018 e julho de 2020. É Coordenador do Comitê de Auditoria desde novembro de 2017. É sócio da Essentia Partners, tendo mais de 20 anos de experiência em fusões e aquisições, reestruturações de dívida e direito societário. Entre 2011 e 2017 foi sócio sênior Olímpia Partners e da G5 Evercore, liderando diversas operações relevantes e coordenando a equipe de assessoria estratégica. Antes de se juntar à G5 Evercore, o Sr. Uchino atuou pelo escritório Bulhões Pedreira, Bulhões Carvalho, Piva, Rosman e Souza Leão Advogados, especializado em direito societário, tributário e M&A. Ocupou ainda cargos no Grupo Royal Dutch Shell e na Oi Telecom, além de ter ocupado os cargos de membro do Conselho de Administração da Companhia de Hotéis Palace e do Conselho Fiscal da Patrimônio Consultoria de Imóveis S.A. Graduado em Advocacia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O Sr. Bruno Soares Uchino informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

João Guilherme de Andrade Só Consiglio - 119.038.148-63

O Sr. João Guilherme de Andrade Só Consiglio é Conselheiro de Administração eleito em novembro de 2017, reeleito em abril de 2018 e julho de 2020. Trabalhou no mercado financeiro e como economista por mais de 25 anos. Foi Vice-Presidente Executivo do Banco Santander (Brasil) e membro do Comitê Executivo do banco no Brasil por 7 anos, responsável pelos negócios com grandes clientes corporativos (Corporate). Foi também Diretor de Produtos do ABN AMRO/ Banco Real e trabalhou na área de Desenvolvimento Corporativo, liderando aquisições e desinvestimentos do banco no Brasil, atuou em Private Equity e operações de Mercado de Capitais. Antes de entrar no mercado financeiro foi Economista no Grupo Bunge. Participou em vários Conselhos de Administração como: Banco Renault (Banco RCI Brasil SA), CIP (Câmara Interbancária de Pagamentos), Cia Brasileira de Soluções e Serviços (antiga Visa Vale, hoje Alelo), entre outros. Formado em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), com post-laurea pela Universidade Degli Studi di Genova, Itália.

O Sr. João Guilherme de Andrade Só Consiglio informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Lucas Queiroz Abud - 798.163.805-44

O Sr. Lucas Queiroz Abud é Conselheiro de Administração da Companhia desde abril de 2019, reeleito em julho de 2020. É atualmente gestor dos recursos financeiros da família Abud, englobando ativos de natureza líquida e ilíquida, bem como é Diretor da Viva Realizações Imobiliárias Ltda, empresa de incorporação e desenvolvimento de empreendimentos imobiliários do Grupo Viva. De 2001 a 2012, foi Diretor da Viva Ambiental e Serviços Ltda, empresa com atuação no setor de gerenciamento de resíduos e uma das principais operadoras de aterros sanitários na região nordeste do país, posição em que era responsável pelo desenvolvimento, construção e operação dos empreendimentos, bem como pela coordenação do processo

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

de M&A da empresa no ano de 2012 para o Grupo Estre, maior empresa de serviços ambientais atuante no mercado nacional. Formado em engenharia civil pela UNIFACS, entidade membro da Laureate International Universities.

O mesmo informou à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Aníbal do Vale – 011.817.458-45

O Sr. Aníbal do Vale é membro do Conselho de Administração da Companhia, tendo sido eleito em julho de 2020. Foi Diretor Presidente da Companhia entre 2015 e 2020. Foi Diretor de Relações com Investidores da Companhia entre março de 2018 e maio de 2018 e foi eleito novamente em outubro de 2018. Foi Vice-Presidente de operações da Companhia de outubro de 2013 a maio de 2018. Foi Presidente da Carbocloro de dezembro de 2011 a setembro de 2013. Foi Diretor Comercial da Carbocloro de janeiro de 2000 a novembro de 2011. Ingressou na Carbocloro em 1992, como gerente de vendas, passando posteriormente a gerente comercial e diretor comercial. Sua área de atuação na Carbocloro englobou vendas, marketing, desenvolvimento de novos produtos e aplicações, logística, assistência técnica e serviços ao cliente. Foi Diretor Vice-Presidente da Vila Velha de abril de 2013 a abril de 2015. Formou-se Engenheiro Químico, pela Escola de Engenharia Mauá e com MBA em Gestão Empresarial pela Universidade de São Paulo. É membro do Conselho Diretor da Abiquim e da Abrace e Vice-Presidente da Abiclor. É membro do Governing Council do Conselho Mundial do Cloro (WCC) e é Presidente do Sinálcalis (Sindicato da Indústria Álcalis), sendo representante junto a FIESP.

O Sr. Aníbal do Vale informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

CONSELHO FISCAL, SE SOLICITADA A SUA INSTALAÇÃO

João Cláudio Zola - 336.222.308-78

O Sr. João Cláudio Zola é Conselheiro Fiscal (titular) da Companhia desde abril de 2009, reeleito pela última vez em abril de 2021. Foi Presidente do Conselho Fiscal da Carbocloro até fevereiro de 2013. Foi presidente do Conselho Fiscal da Vila Velha S.A. Foi membro titular do conselho fiscal da Quattor Participações S.A, Quattor Petroquímica S.A, Quattor Química S.A e Rio Polímeros S.A., de 2008 a 2010. Exerceu na Companhia, no período de 1976 a 2008, os cargos de Contador, Gerente de Contabilidade e Gerente de Controladoria, respectivamente. É Técnico em Contabilidade, Bacharel em Ciências Contábeis com Pós Graduação em Administração de Empresas.

O Sr. João Cláudio Zola informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Victor Mitunari Matsuyama - 368.901.988-59

O Sr. Victor Mitunari Matsuyama é Conselheiro Fiscal (suplente) da Companhia eleito em abril de 2021. Atualmente, é sócio da Essentia Partners, empresa independente de assessoria financeira e estratégica. Antes de ingressar na Essentia, Matsuyama atuou por 2 anos como associado sênior do time de investimentos da Hemisfério Sul Investimento – HSI, maior real estate private equity do Brasil, onde foi responsável pela aquisição e gestão de portfólio relevante de ativos. Entre 2010 e 2015, Victor foi VP do time de M&A e reestruturação de dívidas da G5 Evercore, onde trabalhou em diversas transações relevantes. Victor atuou, ainda, como gestor interino do Grupo Maravilhas do Lar, comércio varejista com atuação no interior de São Paulo, da qual é membro do Conselho Consultivo. Victor é graduado em Administração de Empresas pelo Insper.

O mesmo informou à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Clovis Hideaki Ikeda – 049.392.408-60

O Sr. Clovis Hideaki Ikeda é Conselheiro Fiscal (titular) da Companhia desde abril de 2018, reeleito pela última vez em abril de 2021. Possui mais de 25 anos de experiência em instituições financeiras como Santander, Safra, ABN AMRO Real, ING Barings, Chase e Citibank. Experiência na gestão de produtos ativos locais e internacionais, cash management e custódia qualificada. Experiência de 20 anos em originação e execução de operações de Banco de Investimento nos setores elétrico e infraestrutura. É membro do Conselho de Auto Regulação de Serviços Qualificados (ANBIMA). É membro do Comitê de

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Produtos Bancários PJ (Febraban). É Sócio Gerente da Olimpia Partners desde 2016. Foi Diretor Internacional de Trade Finance & FX no Banco Safra entre 2014 e 2016. Foi Diretor de Produtos e Novos Negócios em 2014 no Banco Fibra. Foi Diretor Executivo de Produtos Transacionais do Banco Santander entre 2009 a 2013. Foi membro do Conselho da CIP (Câmara Interbancária de Pagamentos) entre 2010 e 2013. Graduado em Administração em 1984 pela Universidade de São Paulo. Possui Mestrado em Finanças pela Universidade de São Paulo (1988). Possui Certificado do Programa Avançado de Finanças pelo London Business School (1998) e MBA Executivo pela Insper em 2003.

O mesmo informou à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Mariana Guarini Berenguer - 116.223.338-96

A Sra. Mariana Guarini Berenguer é Conselheira de Administração do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP) e também membro do Comitê de Governança do Museu. Foi Presidente do MAM-SP entre abril de 2019 a abril de 2021. A Sra. Mariana é também membro do WCD, com formação no Curso para Conselheiros do IBGC. Possui graduação pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EASP); sendo pós-graduada em Administração de Empresas pela FGV-EASP e em Legislação de Títulos e Valores Mobiliários pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Mariana atuou como advogada e consultora em direito societário e empresarial e desenvolveu grande parte de sua carreira no setor jurídico bancário onde alcançou a Diretoria Jurídica do Banco de Atacado e Coordenação Jurídica na América Latina do Banco ABN AMRO S.A. Desde maio de 2021, é membro do grupo Grupo de Art Economics do FGVInvest, contribuindo com os projetos educacionais, orientação dos pesquisadores e o esforço de pesquisa do grupo. A Sra. Mariana vem também participando, como convidada especial em várias das edições do Curso de Economia do Mercado da Arte, ministrado na graduação da Escola de Economia de São Paulo de FGV EESP.

A Sra. Mariana Guarini Berenguer informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Silvio de Sousa Pinheiro - 671.730.715-34

O Sr. Silvio de Sousa Pinheiro é Conselheiro Fiscal (efetivo) desde abril de 2019, reeleito pela última vez em abril de 2021. Foi Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) entre dezembro/2016 e dezembro/2018; Secretário de Urbanismo do Município de Salvador (BA) de janeiro/2014 a maio/2016 e Superintendente de Controle e Ordenamento e Uso do Solo do Município de Salvador entre janeiro/2013 e dezembro/2014. Integrou o Grupo Unipar de maio/2011 a set/2016, como conselheiro fiscal e de administração. Sócio fundador do Escritório de Advocacia Humildes, Pinheiro, Lopes, Rosa e Caribé Advogados Associados. É formado em Direito pela Universidade Católica do Salvador, em 2001.

O Sr. Silvio de Sousa Pinheiro informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

Roberto Dutra - 224.100.238-00

O Sr. Roberto Dutra é Conselheiro Fiscal (suplente) da Companhia desde abril de 2017, reeleito pela última vez em abril de 2021. Foi Supervisor Contábil pela Carbocloro S/A Indústrias Químicas, empresa no qual trabalhou por 29 anos. É Técnico em Contabilidade pelo Colégio D. Pedro II em 1977 e formado em Ciências Econômicas pelo IMES em 1979.

O Sr. Roberto Dutra informou à Companhia que não sofreu condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais. Informou, também, não ser pessoa pública ou politicamente exposta.

12.6 – Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Conselho de Administração

| Membro | Total de reuniões realizadas após a posse até dezembro de 2021 | % de participação nas reuniões realizadas |
|---|---|--|
| Frank Geyer Abubakir | 27 | 100% |
| Bruno Soares Uchino | 27 | 100% |
| João Guilherme de Andrade Só Consiglio | 27 | 100% |
| Lucas Queiroz Abud | 27 | 100% |
| Aníbal do Vale | 27 | 100% |

Conselho Fiscal

| Membro | Total de reuniões realizadas após a posse até dezembro de 2021 | % de participação nas reuniões realizadas |
|--------------------------|---|--|
| João Cláudio Zola | 3 | 100% |
| Clovis Hideaki Ikeda | 3 | 100% |
| Silvio de Sousa Pinheiro | 3 | 100% |

12.7/12.8 – Composição dos comitês

Conforme previsto no artigo 22, inciso XIII, Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração poderá, dentre outras atividades, constituir e definir as respectivas atribuições de comitês e comissões técnicas ou de aconselhamento responsáveis por elaborar propostas ou recomendações ao Conselho de Administração. Nesse sentido, seguem abaixo os dados referentes à atual composição dos Comitês da Companhia, ressaltando, por oportuno, que os *curriculum vitae* dos membros dos Comitês abaixo relacionados constam no item 12.5 acima, no que se refere à qualificação dos indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia.

| Nome | Tipo comitê | Cargo ocupado | Profissão | Data de eleição | Prazo do mandato | Percentual de participação nas reuniões |
|---|-------------------------------------|----------------------------------|--------------------------------------|-----------------|---------------------------------|---|
| CPF | Descrição outros comitês | Descrição outros cargos ocupados | Data de nascimento | Data de posse | Número de mandatos consecutivos | Indicado pelo controlador |
| Outros cargos e funções exercidos na Companhia | | | | | | |
| Bruno Soares Uchino | Comitê de Auditoria Não Estatutário | Coordenador | Advogado | 17/03/2021 | RCA após AGOE de 2022 | 100% |
| 011.066.477-93 | - | - | 07/11/1978 | 17/03/2021 | 2 | Sim |
| Membro do Conselho de Administração | | | | | | |
| Humberto Rapussi | Comitê de Auditoria Não Estatutário | Membro do Comitê (Efetivo) | Auditor | 17/03/2021 | RCA após AGOE de 2022 | 100% |
| 177.480.778-51 | - | - | 21/01/1975 | 17/03/2021 | 2 | Sim |
| Secretário do Comitê de Ética | | | | | | |
| Alexandre de Castro | Comitê de Ética | Membro do Comitê (Suplente) | Administrador de Empresas | 17/03/2021 | RCA após AGOE de 2022 | 0% |
| 891.167.989-53 | - | - | 16/09/1974 | 17/03/2021 | 0 | Sim |
| Diretor não estatutário | | | | | | |
| Guillermo Alejandro Petracci | Comitê de Ética | Membro do Comitê (Suplente) | Licenciado em Organização Industrial | 17/03/2021 | RCA após AGOE de 2022 | 0% |
| 000.000.000-00 | - | - | 06/05/1962 | 17/03/2021 | 0 | Sim |
| Diretor não estatutário de controlada | | | | | | |
| Humberto Rapussi | Comitê de Ética | Membro do Comitê (Efetivo) | Auditor | 17/03/2021 | RCA após AGOE de 2022 | 100% |
| 177.480.778-51 | - | - | 21/01/1975 | 17/03/2021 | 2 | Sim |
| Membro do Comitê de Auditoria | | | | | | |

| Nome | Tipo comitê | Cargo ocupado | Profissão | Data de eleição | Prazo do mandato | Percentual de participação nas reuniões |
|---|--------------------------|----------------------------------|---------------------------|-----------------|---------------------------------|---|
| CPF | Descrição outros comitês | Descrição outros cargos ocupados | Data de nascimento | Data de posse | Número de mandatos consecutivos | Indicado pelo controlador |
| Outros cargos e funções exercidos na Companhia | | | | | | |
| André dos Santos Ferreira | Comitê de Ética | Membro do Comitê (Efetivo) | Advogado | 17/03/2021 | RCA após AGOE de 2022 | 100% |
| 278.319.768-50 | - | - | 20/02/1977 | 17/03/2021 | 1 | Sim |
| Gerente Jurídico | | | | | | |
| Christian Eduard Carraresi Schnitzlein | Comitê de Ética | Membro do Comitê (Efetivo) | Administrador de Empresas | 17/03/2021 | RCA após AGOE de 2022 | 100% |
| 285.440.958-28 | - | - | 23/05/1979 | 17/03/2021 | 0 | Sim |
| Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores | | | | | | |
| Rodrigo Cannaval | Comitê de Ética | Membro do Comitê (Efetivo) | Engenheiro Químico | 17/03/2021 | RCA após AGOE de 2022 | 100% |
| 216.411.928-28 | - | - | 15/01/1977 | 17/03/2021 | 0 | Sim |
| Diretor | | | | | | |
| Ro Yung Jia | Comitê de Ética | Membro do Comitê (Suplente) | Engenheiro | 17/03/2021 | RCA após AGOE de 2022 | 0% |
| 128.220.628-11 | - | - | 25/10/1969 | 17/03/2021 | 0 | Sim |
| Controller | | | | | | |

12.8 – Participação de membros de comitês em reuniões realizadas pelo respectivo órgão

Comitê de Auditoria

| Membro | Total de reuniões realizadas após a posse até dezembro de 2021 | % de participação nas reuniões realizadas |
|---------------------|--|---|
| Bruno Soares Uchino | 3 | 100% |
| Humberto Rapussi | 3 | 100% |

Comitê de Ética

| Membro | Total de reuniões realizadas após a posse até dezembro de 2021 | % de participação nas reuniões realizadas |
|--|--|---|
| Humberto Rapussi | 5 | 100% |
| André dos Santos Ferreira | 5 | 100% |
| Christian Eduard Carraresi Schnitzlein | 5 | 100% |
| Rodrigo Cannaval | 5 | 100% |

12.9 – Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionada a administradores do emissor, controladas e controladores

Não aplicável pois, na data desta Proposta da Administração, não há qualquer relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º (segundo) grau entre qualquer candidato ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e administradores da Companhia, suas controladas e controladores.

12.10 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Exercício Social 31/12/2021

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---|--------------------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | | | |
| <u>Administrador do emissor</u> | | | |
| Frank Geyer Abubakir | 891.689.415-87 | Controle | Controlador Direto |
| Presidente do Conselho de Administração | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| Vila Velha S.A. - Administração e Participações | 30.280.531/0001-46 | | |
| Presidente | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do emissor</u> | | | |
| Anibal do Vale | 011.817.458-45 | Controle | Controlador Direto |
| Membro do Conselho de Administração | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| Vila Velha S.A. - Administração e Participações | 30.280.531/0001-46 | | |
| Diretor | | | |
| <u>Observação</u> | | | |

Exercício Social 31/12/2020

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---|--------------------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | | | |
| <u>Administrador do emissor</u> | | | |
| Frank Geyer Abubakir | 891.689.415-87 | Controle | Controlador Direto |
| Presidente do Conselho de Administração | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| Vila Velha S.A. - Administração e Participações | 30.280.531/0001-46 | | |
| Presidente | | | |
| <u>Observação</u> | | | |

Exercício Social 31/12/2019

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---|--------------------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | | | |
| <u>Administrador do emissor</u> | | Controle | Controlador Direto |
| Frank Geyer Abubakir Presidente do Conselho de Administração | 891.689.415-87 | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| Vila Velha S.A. - Administração e Participações Presidente | 30.280.531/0001-46 | | |
| <u>Observação</u> | | | |



ANEXO V
PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E, CONFORME O CASO,
DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, CONFORME ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE
REFERÊNCIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 12, INCISO II, DA ICVM 481/09

(este anexo inicia-se na próxima página)

13.1 – Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A política de Remuneração da Administração, que se aplica tanto aos membros do Conselho de Administração como da Diretoria Estatutária, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de março de 2021. A referida política visa aplicar critérios uniformes e princípios éticos para assegurar padrões de remuneração compatíveis com as responsabilidades profissionais em relação aos cargos que ocupam na administração da Companhia, além da responsabilidade inerente aos mesmos.

A remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária é baseada em estudo de mercado, conduzido por uma empresa global de consultoria de gestão de negócios, Korn Ferry/Hay.

A remuneração do Conselho Fiscal observa o prescrito no § 3º do artigo 162 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e é estabelecida em valor equivalente, no mínimo, a 10% da remuneração média mensal de cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

A Política de Remuneração encontra-se à disposição para consulta no site da Companhia (<http://www.ri.unipar.com/governanca-corporativa/estatuto-social-e-politicas/>).

b. Composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um:

A remuneração paga aos administradores da Companhia é composta por: (i) remuneração fixa, que objetiva atrair e reter profissionais, reconhecendo experiência, formação e conhecimento do executivo, (ii) pacote de benefícios que visa garantir a competitividade das práticas de remuneração total, frente ao mercado de executivos, e (iii) remuneração variável, que visa reconhecer o desempenho individual do executivo e sua colaboração nos resultados da Companhia.

Os membros do Conselho de Administração recebem uma remuneração fixa mensal, enquanto os diretores, além da remuneração fixa mensal, recebem os seguintes benefícios indiretos: previdência privada, assistência médica e seguros de vida em grupo. O Presidente do Conselho de Administração também tem o benefício de assistência médica.

Conforme disposição estatutária, a Diretoria da Companhia tem direito a uma participação no resultado do exercício, em valor até o teto aprovado no Programa de Remuneração Variável. O Programa de Remuneração Variável com Incentivos de Curto Prazo (“ICP”) é composto por metas individuais (4 a 5 metas negociadas entre a Diretoria e o Conselho de Administração), equivalente a 30% (trinta por cento), e o resultado global da empresa (EBITDA), equivalente a 70% (setenta por cento). Ainda como parte da remuneração variável, há um bônus adicional com Incentivos de Longo Prazo (“ILP”) com *vesting period* de 3 (três) anos e correspondente a 33,3% (trinta e três inteiros e três décimos por cento) do valor acumulado a cada ano.

O Conselho Fiscal tem sua remuneração fixada em Assembleia Geral, equivalente a, no limite mínimo,

10% (dez por cento) da média da remuneração fixa mensal da Diretoria. Essa remuneração só se aplica aos membros titulares do referido órgão.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos três últimos exercícios sociais:

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 | | | | |
|--|---------------------|-------------------------|------------|-------|
| % em relação à remuneração total | | | | |
| | Remuneração Fixa | Remuneração Variável | Benefícios | Total |
| Conselho de Administração | 98,3% | 0% | 1,7% | 100% |
| Diretoria | 40,1% | 50,9% | 9,0% | 100% |
| Conselho Fiscal | 99,8% | 0% | 0,2% | 100% |

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 | | | | |
|--|---------------------|-------------------------|------------|-------|
| % em relação à remuneração total | | | | |
| | Remuneração Fixa | Remuneração Variável | Benefícios | Total |
| Conselho de Administração | 98,5% | 0% | 1,5% | 100% |
| Diretoria | 73% | 25,6% | 1,4% | 100% |
| Conselho Fiscal | 99,8% | 0% | 0% | 100% |

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 | | | | |
|--|---------------------|-------------------------|------------|-------|
| % em relação à remuneração total | | | | |
| | Remuneração Fixa | Remuneração Variável | Benefícios | Total |
| Conselho de Administração | 98,1% | 0% | 1,9% | 100% |
| Diretoria | 44,0% | 34,5% | 8,9% | 100% |
| Conselho Fiscal | 100% | 0% | 0% | 100% |

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

O Conselho de Administração estabelece a remuneração individual dos administradores, que poderá ser reajustada em consonância com o reajuste aprovado no dissídio da categoria dos empregados da Companhia ou com referenciais de mercado.

A Companhia adota metodologia sugerida por empresa de consultoria especializada externa, que permite o cálculo da remuneração dos Administradores com base em variáveis como: linha de reporte, complexidade do cargo, e capacidade intelectual ou *know-how* exigidos para desempenhar as funções

naquele cargo. A avaliação dos administradores, para efeito da determinação de sua remuneração, é feita com base em sistema de pontuação que permite uma comparação com o mercado geral de executivos, (Pesquisa Top Exec para Diretores e Top Presidentes para o Presidente) e/ou do mercado selecionado com relação a empresas do mesmo setor econômico. Essa metodologia permite que as remunerações pagas aos ocupantes de posições executivas e de liderança da Companhia estejam de acordo com as remunerações pagas no mercado em geral e nas demais áreas internas da Companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

A política de remuneração dos administradores da Companhia considera as responsabilidades de cada cargo e as práticas de mercado.

v. a existência de membros não remunerados e a razão para esse fato:

Não há membros da administração não remunerados.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Para determinação da remuneração mensal dos Diretores, é considerado o valor do cargo por meio de sistema de avaliação de cargos e referências do mercado. Para o Conselho de Administração, além da comparação do mercado, são levados em consideração o “notório saber” e a experiência que os conselheiros agregam à Companhia.

Para determinação da remuneração variável dos Diretores, são considerados (i) o desempenho anual da Companhia, medido pelo EBITDA; e (ii) o atingimento de metas individuais previamente traçadas.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A metodologia utilizada pela Companhia para definição da remuneração a ser paga aos seus administradores em cada exercício social contempla o atingimento de metas econômico-financeiras.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo:

A política de remuneração da Companhia é pautada em indicadores aprovados anualmente, e procura incentivar a Diretoria ao atingimento de metas previamente acordadas, de modo a buscar a melhor rentabilidade dos projetos desenvolvidos pela Companhia e alinhar os interesses dos Diretores com os da Companhia. Tais metas são, usualmente, vinculadas à melhoria do resultado da Companhia.

A remuneração dos administradores visa sustentar os objetivos de curto, médio e longo prazo da Companhia, estando compatível com o mercado.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não aplicável, visto que nenhum dos administradores recebe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores, diretos ou indiretos.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado

evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não aplicável, visto que não existem acordos firmados pela Companhia nesse sentido.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria:

i. órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório e de que forma participam

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração individual dos administradores é definida anualmente com base em estudo de mercado conduzido por uma empresa global de consultoria de gestão de negócios, Korn Ferry/Hay.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:

A Companhia adota metodologia sugerida por empresa de consultoria especializada externa, que permite o cálculo da remuneração dos seus administradores com base em variáveis como: (i) linha de reporte, (ii) complexidade do cargo, o que engloba abrangência de suas responsabilidades e dedicação ao cargo (exemplificativamente, se exclusiva ou não), e (iii) capacidade intelectual ou *know-how* exigidos para desempenhar as funções em determinado cargo.

A avaliação dos administradores, para efeito da determinação de sua remuneração, é feita com base em sistema de pontuação que permite uma comparação com o mercado geral de executivos e/ou do mercado selecionado (empresas do mesmo setor econômico).

Essa metodologia permite que as remunerações pagas aos ocupantes de posições executivas e de liderança da Companhia estejam de acordo com as remunerações pagas no mercado em geral e nas demais áreas internas da Companhia.

iii. frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração:

As diretrizes adotadas pela Companhia para avaliação da adequação da política de remuneração, bem como os montantes a serem pagos são discutidos ao menos uma vez ao ano pelo Conselho de Administração, no contexto da proposta de remuneração da administração.



13.2 – Remuneração total do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal

| Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais | | | | |
|---|---------------------------|---------------|--------------------------------|---------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria | Conselho Fiscal ⁽¹⁾ | Total |
| Nº total de membros | 7,0 | 4,0 | 5,0 | 16 |
| Nº de membros remunerados | 7,0 | 4,0 | 5,0 | 16 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore* | 8.237.485,26 | 5.320.267,11 | 747.587,09 | 14.305.339,46 |
| Benefícios diretos e indiretos* | 139.617,12 | 636.319,76 | 1.259,21 | 777.196,09 |
| Participação em comitês* | - | - | - | - |
| Outros* | - | - | - | - |
| Descrição de outras remunerações fixas | - | - | - | - |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus* | - | 11.772.544,11 | - | 11.772.544,11 |
| Participação de resultados* | - | - | - | - |
| Participação em reuniões* | - | - | - | - |
| Comissões* | - | - | - | - |
| Outros* | - | - | - | - |
| Descrição de outras remunerações variáveis | - | - | - | - |

| | | | | |
|--|--|--|--|---------------|
| Pós-emprego* | - | 598.001,07 | - | 598.001,07 |
| Cessação do cargo* | - | - | - | - |
| Baseada em ações, incluindo opções* | - | - | - | - |
| Observação | Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, (i) o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) os valores da remuneração não incluem encargos sociais que são ônus do empregador. | Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) os valores da remuneração não incluem encargos sociais que são ônus do empregador. | Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) os valores da remuneração não incluem encargos sociais que são ônus do empregador. A remuneração do Conselho Fiscal não faz parte da remuneração dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária. | |
| Total da remuneração* | 8.377.102,38 | 18.337.961,61 | 748.846,30 | 27.463.910,29 |

⁽¹⁾ Caso, na AGO, seja solicitada instalação de Conselho Fiscal.



* Em reais.

| Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais | | | | |
|---|---------------------------|--------------|--------------------------------|---------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria | Conselho Fiscal ⁽¹⁾ | Total |
| Nº total de membros | 7,0 | 4,0 | 5,0 | 16 |
| Nº de membros remunerados | 7,0 | 4,0 | 5,0 | 16 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore* | 7.532.460,00 | 4.797.482,48 | 662.129,00 | 12.992.072,76 |
| Benefícios diretos e indiretos* | 127.259,52 | 578.869,68 | 1.221,5 | 707.350,70 |
| Participação em comitês* | - | - | - | - |
| Outros* | - | - | - | - |
| Descrição de outras remunerações fixas | 1.506.492,07 | 959.496,49 | 132.425,99 | 2.598.414,55 |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus* | - | 6.097.924,46 | - | 6.097.924,46 |
| Participação de resultados* | - | - | - | - |
| Participação em reuniões* | - | - | - | - |
| Comissões* | - | - | - | - |
| Outros* | - | - | - | - |
| Descrição de outras | - | 1.219.584,89 | - | 1.219.584,89 |

| | | | | |
|--|--|--|--|---------------|
| remunerações variáveis | | | | |
| Pós-emprego* | - | 495.747,23 | - | 495.747,23 |
| Cessação do cargo* | - | - | - | - |
| Baseada em ações, incluindo opções* | - | - | - | - |
| Observação | Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº1/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº1/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº1/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A remuneração do Conselho Fiscal não faz parte da remuneração dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária. | |
| Total da remuneração* | 9.166.211,91 | 14.149.105,24 | 795.777,44 | 24.111.094,60 |

* Em reais.

| Remuneração total para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais Realizados | | | | |
|--|----------------------------------|------------------|------------------------|---------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros | 7,0 | 4,0 | 5,0 | 16,0 |
| Nº de membros remunerados | 7,0 | 4,0 | 5,0 | 16,0 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore* | 6.983.910,60 | 4.622.768,10 | 639.625,91 | 12.246.304,61 |
| Benefícios diretos e indiretos* | 124.764,04 | 393.698,28 | 1.279,74 | 519.758,32 |
| Participação em comitês* | - | - | - | - |
| Outros* | - | - | 126.207,22 | 10.543.648,45 |
| Descrição de outras remunerações fixas | 1.396.782,12 | 924.553,62 | 127.925,18 | 2.449.260,92 |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus* | - | 6.156.791,03 | - | 6.156.791,03 |
| Participação de resultados* | - | - | - | - |
| Participação em reuniões* | - | - | - | - |
| Comissões* | - | - | - | - |
| Outros* | - | 500.000 | - | 500,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | - | 9.350.637,82 | - | 9.350.637,82 |
| Pós-emprego* | - | 492.871 | - | 492.871 |
| Cessação do cargo* | - | 40.096.398,06 | - | 40.096.398,06 |

| | | | | |
|--|--|--|---|---------------|
| Baseada em ações, incluindo opções* | - | - | - | 0 |
| Observação | Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A remuneração do Conselho Fiscal não faz parte da remuneração dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária. | |
| Total da remuneração* | 8.505.456,76 | 62.537.717,90 | 768.847,09 | 71.812.021,75 |

* Em reais.

| Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2019 - Valores Anuais Realizados | | | | |
|---|---------------------------|-----------------------|-----------------|---------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros | 6,0 | 5,0 | 5,0 | 16,0 |
| Nº de membros remunerados* | 6,0 | 5,0 | 5,0 | 16,0 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore* | 6.114.179,20 | 5.549.212,76 | 628.546,40 | 12.291.938,36 |
| Benefícios diretos e indiretos* | 117.725,94 | 481.285,74 | - | 599.011,68 |
| Participação em comitês* | - | - | - | - |
| Outros* | - | - | - | - |
| Descrição de outras remunerações fixas | 1.222.835,84 | 1.428.987,66 | 125.709,28 | 2.777.532,78 |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus* | - | 4.345.539,57 | - | 4.345.539,57 |
| Participação de resultados* | - | - | - | - |
| Participação em reuniões* | - | - | - | - |
| Comissões* | - | - | - | - |
| Outros* | - | - | - | - |
| Descrição de outras remunerações variáveis | - | 869.107,91 | - | 869.107,91 |
| Pós-emprego* | - | 640.799,41 | - | 640.799,41 |
| Cessaçao do cargo* | - | 1.595.725,52 | - | 1.595.725,52 |

| | | | | |
|--|---|---|---|---------------|
| Baseada em ações, incluindo opções* | - | - | - | - |
| Observação | <p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p> | <p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p> | <p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº2/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A remuneração do Conselho Fiscal não faz parte da remuneração dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária.</p> | |
| Total da remuneração | 7.454.740,98 | 14.910.658,57 | 754.255,68 | 23.119.655,23 |

* Em reais.



13.3 – Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

| 2022 - Previsto | Conselho de Administração ⁽¹⁾ | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal ⁽²⁾ | Total |
|---|--|-----------------------|--------------------------------|---------------|
| Nº total de membros | 7,0 | 4,0 | 5,0 | 16 |
| Nº de membros remunerados | 7,0 | 4,0 | 5,0 | 16 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$) | - | 2.165.244,84 | - | 2.165.244,84 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$) | - | 14.127.052,94 | - | 14.127.052,94 |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas (R\$) | - | 8.667.841,13 | - | 8.667.841,13 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$) | - | - | - | - |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | - | - | - | - |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | - | - | - | - |

| 31/12/2021 - Realizado | Conselho de Administração ⁽¹⁾ | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal ⁽²⁾ | Total |
|---|--|-----------------------|--------------------------------|---------------|
| Nº total de membros | 7,0 | 4,0 | 5,0 | 16 |
| Nº de membros remunerados | 7,0 | 4,0 | 5,0 | 16 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$) | - | 2.270.112,16 | - | 2.270.112,16 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$) | - | 11.108.044,00 | - | 11.108.044,00 |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas (R\$) | - | 9.493.529,43 | - | 9.493.529,43 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$) | - | 7.317.509,35 | - | 7.317.509,35 |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | - | - | - | - |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | - | - | - | - |

| 31/12/2020 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|---------------|
| Nº total de membros | 7,0 | 4,0 | 5,0 | 16,0 |
| Nº de membros remunerados | 7,0 | 4,0 | 5,0 | 16,0 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$) | - | 4.830.007,33 | - | 4.830.007,33 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$) | - | 12.279.582,63 | - | 12.279.582,63 |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas (R\$) | - | 9.771.198,02 | - | 9.771.198,02 |

| | | | | |
|---|---|--------------|---|--------------|
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$) | - | 7.388.149,23 | - | 7.388.149,23 |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | - | - | - | - |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | - | - | - | - |

| 31/12/2019 | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---------------------------|-----------------------|-----------------|---------------|
| Nº total de membros | 6,0 | 5,0 | 5,0 | 16,0 |
| Nº de membros remunerados | 6,0 | 5,0 | 5,0 | 16,0 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$) | - | 4.594.863 | - | 4.594.863 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$) | - | 13.264.607,17 | - | 13.264.607,17 |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas (R\$) | - | 11.340.447,85 | - | 11.340.447,85 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (R\$) | - | 5.214.647,48 | - | 5.214.647,48 |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | - | - | - | - |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | - | - | - | - |

13.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 28 de janeiro de 2020, foi aprovado o Plano Outorga de Ações Restritas da Companhia (“Plano de Outorga” ou “Plano”). A outorga das ações foi inteiramente realizada no ano de 2020, não tendo qualquer realização no exercício social passado (2021) ou prevista para o exercício social corrente (2022).

a. Termos e condições gerais:

O Plano de Outorga será administrado pelo Conselho de Administração de acordo com seus termos e condições, observadas as restrições previstas em lei.

Sendo assim, o Conselho de Administração, por indicação do seu Presidente, terá poderes para eleger, a seu exclusivo critério, os respectivos Participantes do Plano, dentre os administradores da Companhia com dedicação exclusiva à Companhia e/ou às Subsidiárias que (i) estejam em processo de transição para ocupar cargo no Conselho de Administração; ou (ii) estejam em processo de desligamento –, ou seja, qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica do Participante ou demissão, renúncia ao cargo, destituição, substituição ou não reeleição como administrador sem vínculo de emprego e rescisão do contrato de prestação de serviços (“Desligamento”), desde que sem a violação a deveres e responsabilidades dos administradores previstos na legislação aplicável, no estatuto social da Companhia e no Plano (“Justa Causa”) e, a critério do Conselho de Administração, tenham completado satisfatoriamente seu ciclo de contribuição profissional na Companhia e/ou nas Subsidiárias (“Participantes”).

Caberá ao Conselho de Administração estabelecer o número de ações preferenciais de emissão da Companhia a serem objeto de outorga aos Participantes (“Ações Restritas”), sujeito aos limites e condições previstos no Plano de Outorga e em cada Contrato de Outorga de Ações Restritas a ser celebrado individualmente com cada Participante (“Contrato”).

O Plano de Outorga é criado como parte da estrutura de remuneração e como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência na Companhia dos Participantes, bem como ao reconhecimento dos serviços prestados à Companhia pelos Participantes.

b. Principais objetivos do plano:

O Plano tem como principais objetivos: (i) estabelecer regras para que os Participantes possam receber Ações Restritas; (ii) aumentar o alinhamento a médio e longo prazo dos interesses dos Participantes com os interesses dos acionistas e da Companhia, ampliando o senso de propriedade, comprometimento e geração de valor dos Participantes por meio do conceito de investimento e risco, atrelando o recebimento de ações de emissão da Companhia ao efetivo e satisfatório exercício das funções na Companhia, bem como ao cumprimento de determinadas metas e sempre a exclusivo critério do Conselho de Administração; e (iii) fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo dos Participantes, dentro do contexto de uma companhia aberta.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos:

O Plano de Outorga é criado como parte da estrutura de remuneração e como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência na Companhia dos Participantes, bem como ao

reconhecimento dos serviços prestados à Companhia pelos Participantes.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor:

O Plano de Outorga visa a oferecer benefícios justos aos Participantes e que atendam aos interesses da Companhia.

O Plano tem por objetivo fortalecer a remuneração de longo prazo, oferecendo a possibilidade de retornos ainda mais atrativos, e, por outro lado, exige uma forte demonstração de comprometimento pelos Participantes na criação de valor para a Companhia e seus acionistas.

Além disso, o Plano de Outorga contribui com a estratégia de retenção dos administradores da Companhia e das demais sociedades controladas ou que venham a ser controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia, conforme critérios de elegibilidade a serem definidos pelo Conselho de Administração.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo:

Observadas as condições estabelecidas no Plano de Outorga, os Participantes poderão se tornar acionistas da Companhia, o que procura alinhar os interesses dos Participantes com os da Companhia, a curto, médio e longo prazos, na medida em que a potencial remuneração do Participante está atrelada aos resultados da Companhia.

Adicionalmente, um dos objetivos do Plano é fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade dos Participantes, por meio de uma remuneração atrativa a longo prazo, respeitadas a elegibilidade aplicável e as demais condições do Plano.

f. Número máximo de ações abrangidas:

Sujeito às condições previstas no Plano de Outorga e no respectivo Contrato com cada Participante, o número máximo de Ações Restritas, que poderá ser concedido de acordo com o Plano, estará limitado a 704.574 (setecentas e quatro mil quinhentas e setenta e quatro) Ações Restritas (“Número Máximo de Ações Restritas”).

g. Número máximo de opções a serem outorgadas:

Não aplicável, tendo em vista que não serão outorgadas opções de ações em decorrência do Plano.

h. Condições de aquisição de ações:

Sujeito à continuidade do vínculo estatutário do Participante com a Companhia durante todo o Período de Transição (conforme definido adiante), bem como o cumprimento pelo Participante de todos os termos e obrigações do Contrato, as Ações Restritas serão transferidas pela Companhia ao Participante, sem nenhum custo ao Participante, em até 30 (trinta) dias contados do término do referido Período de Transição, respeitadas as condições estabelecidas no Contrato e as disposições da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 567, de 17 de setembro de 2015 (“Instrução CVM 567”).

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

A outorga das Ações Restritas será realizada a título não oneroso aos Participantes, desde que

observados os termos e condições do Plano de Outorga e dos respectivos Contratos.

Nesse contexto, o Plano não se trata de um plano de opção de compra de ações, nos termos do artigo 168, §3º, da Lei das S.A.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício:

A Companhia terá o prazo de até 30 (trinta) dias contados do término do período entre a data de assinatura do Contrato pelo Participante e a data em que o Participante efetivamente receba Ações Restritas nos termos deste Plano (“Período de Transição”), respeitadas as condições estabelecidas no Plano e no Contrato.

k. Forma de liquidação:

Com o propósito de satisfazer o recebimento das Ações Restritas nos termos do Plano, a Companhia, sujeita à lei e regulamentação aplicáveis, transferirá ações mantidas em tesouraria por meio de operação privada, nos termos da Instrução CVM 567.

Alternativamente, caso, a cada data de transferência das Ações Restritas, a Companhia não possua ações em tesouraria suficientes para satisfazer o recebimento das Ações Restritas pelos respectivos Participantes, a Companhia, conforme decisão do Conselho de Administração, poderá optar por diferir a entrega por até 30 (trinta) dias para adquirir as ações necessárias no mercado ou, ainda, adotar outras medidas substitutivas ou complementares.

l. Restrições à transferência das ações:

Exceto caso disposto de forma diversa no Contrato com cada Participante, o Participante somente poderá alienar, transferir, alugar, ceder, empenhar ou oferecer em garantia Ações Restritas de sua titularidade, conforme o cronograma abaixo:

| Período | Ações Restritas Liberadas (%) | Ações Restritas Sujeitas ao <i>Lock-up</i> (%) |
|--|-------------------------------|--|
| Entre a Data de Aquisição e a data correspondente ao 1º aniversário da Data de Aquisição | 0 | 100 |
| Após o 1º aniversário da Data de Aquisição | 20 | 80 |
| Após o 2º aniversário da Data de Aquisição | 40 | 60 |
| Após o 3º aniversário da Data de Aquisição | 60 | 40 |
| Após o 4º aniversário da Data de Aquisição | 80 | 20 |
| Após o 5º aniversário da Data de Aquisição | 100 | 0 |

Na hipótese de qualquer evento que enseje uma alteração do atual controle societário da Companhia a título oneroso, as Ações Restritas adquiridas pelo Participante que eventualmente ainda estejam sujeitas ao período de *lock-up*, ficarão livres e desembaraçadas para venda.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

O Plano entrou em vigor na data de sua aprovação pelos acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 28 de janeiro de 2020, e permanecerá em vigor por prazo indeterminado, até que seja expressamente extinto por deliberação da Assembleia Geral de acionistas ou do Conselho de Administração, sendo certo que quando o Número Máximo de Ações Restritas for alcançado (i.e. com a efetiva entrega da totalidade das Ações Restritas objeto do respectivo Contrato celebrado com cada Participante), não mais poderão haver outorgas nos termos do Plano.

Adicionalmente, o Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá suspender o Plano de Outorga ou rever suas condições, desde que não alterem os respectivos princípios básicos, especialmente quanto ao Número Máximo de Ações Restritas aprovados pela assembleia geral da Companhia.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

Observadas as demais cláusulas e condições deste Plano, nenhum Participante receberá Ações Restritas até que (i) o Participante tenha sido eleito para o Conselho de Administração e tenha renunciado ao seu cargo na Diretoria ou em órgão similar da Companhia ou, alternativamente, (ii) tenha cumprido as condições previamente fixadas e definidas nos respectivos Contratos, bem como tenha concluído seu processo de Desligamento, sem Justa Causa, ainda que não tenha sido eleito para o Conselho de Administração.

13.5 – Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

- a. Órgão:
- b. Número total de membros:
- c. Número de membros remunerados:
- d. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga:
 - ii. quantidade de opções outorgadas:
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis:
 - iv. prazo máximo para exercício das opções:
 - v. prazo de restrição à transferência das ações:
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social:
 - perdidas durante o exercício social:
 - exercidas durante o exercício social:
 - expiradas durante o exercício social:
- e. Valor justo das opções na data de cada outorga:
- f. Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas:

O Plano Outorga de Ações Restritas da Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 28 de janeiro de 2020, tendo 100% de sua outorga realizada no ano de 2020. Assim, não há qualquer realização prevista para o ano corrente (2022), bem como não houve outorga de ações nos exercícios sociais 2021 e 2019.

| Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2022) | | |
|---|---------------------------|-----------|
| Plano de Outorga de Ações Restritas | | |
| | Conselho de Administração | Diretoria |
| Nº de membros | 7 | 4 |
| Nº de membros remunerados | 0 | 0 |
| Preço médio ponderado de exercício: | | |
| (a) Das outorgas em aberto no início do exercício social | n/a | n/a |
| (b) Das outorgas perdidas durante o exercício social | n/a | n/a |
| (c) Das outorgas exercidas durante o exercício social | n/a | n/a |
| (d) Das outorgas expiradas durante o exercício social | n/a | n/a |

| | | |
|--|-----|-----|
| Diluição potencial no caso da transferência efetiva de todas as ações outorgadas | n/a | n/a |
|--|-----|-----|

| Remuneração baseada - exercício social 2021 | | |
|--|---------------------------|-----------|
| Plano de Outorga de Ações Restritas | | |
| | Conselho de Administração | Diretoria |
| Nº de membros | 7 | 4 |
| Nº de membros remunerados | 0 | 0 |
| Preço médio ponderado de exercício: | | |
| (a) Das outorgas em aberto no início do exercício social | n/a | n/a |
| (b) Das outorgas perdidas durante o exercício social | n/a | n/a |
| (c) Das outorgas exercidas durante o exercício social | n/a | n/a |
| (d) Das outorgas expiradas durante o exercício social | n/a | n/a |
| Diluição potencial no caso da transferência efetiva de todas as ações outorgadas | n/a | n/a |

| Outorga realizada para o exercício social de 2020 | | |
|--|---------------------------|------------|
| Plano de Outorga de Ações Restritas | | |
| | Conselho de Administração | Diretoria |
| Outorga de ações | n/a | 704.574 |
| Data da outorga | n/a | 28/01/2020 |
| Quantidade de ações outorgadas | n/a | 704.574 |
| Prazo para que as ações se tornem exercíveis | n/a | n/a |
| Prazo máximo para exercício das ações | n/a | n/a |
| Prazo de restrição à transferência das ações | n/a | n/a |
| Valor justo das ações na data da outorga | n/a | n/a |
| Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas | n/a | n/a |

Em 2019, a Companhia não possuía plano de outorga baseado em ações.

13.6 – Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

- a. Órgão:**
- b. Número de membros:**
- c. Número de membros remunerados:**
- d. Em relação às opções ainda não exercíveis:**
 - i. quantidade:**
 - ii. data em que se tornarão exercíveis:**
 - iii. prazo máximo para exercício das opções:**
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações:**
 - v. preço médio ponderado de exercício:**
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social:**
- e. Em relação às opções exercíveis:**
 - i. quantidade:**
 - ii. prazo máximo para exercício das opções:**
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações:**
 - iv. preço médio ponderado de exercício:**
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social:**
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social:**

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto ao final do último exercício social.

13.7 – Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

- a. **Órgão:**
- b. **Número de membros:**
- c. **Número de membros remunerados:**
- d. **Em relação às opções exercidas informar:**
 - i. **número de ações:**
 - ii. **preço médio ponderado de exercício:**
 - iii. **valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas:**
- e. **Em relação às ações entregues informar:**
 - i. **número de ações:**
 - ii. **preço médio ponderado de aquisição:**
 - iii. **valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas:**

Os membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia não recebem ações, pois não existem planos com esse modelo de outorga.

Não houve opções exercidas ou ações entregues, relativas à remuneração em ações do Conselho de Administração e da Diretoria nos exercícios sociais de 2019, 2020 e 2021.

13.8 – Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 – método de precificação do valor das ações e das opções

- a. **Modelo de precificação:**
- b. **Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:**
- c. **Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:**
- d. **Forma de determinação da volatilidade esperada:**
- e. **Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:**

Não aplicável, tendo em vista que a outorga das Ações Restritas foi realizada a título não oneroso aos Participantes, desde que observados os termos e condições do Plano de Outorga e dos respectivos Contratos. Nesse contexto, o Plano não se trata de um plano de opção de compra de ações, nos termos do artigo 168, §3º, da Lei das S.A.

13.9 – Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por

administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Não havia ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelos controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal na data de encerramento do último exercício social. A tabela abaixo apresenta os valores mobiliários emitidos pela Companhia e detidos por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal na data de encerramento do último exercício social:

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 | | | | |
|---|----------------------------------|------------------|------------------------|--------------|
| Valor Mobiliário | Conselho de Administração | Diretoria | Conselho Fiscal | Total |
| Ações Ordinárias | 4.608.090 | 0 | 10.100 | 4.618.190 |
| Ações Preferenciais Classe A | 513.571 | 0 | 0 | 513.571 |
| Ações Preferenciais Classe B | 14.491.474 | 0 | 25.110 | 14.516.584 |

13.10 – Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A tabela abaixo apresenta os planos de previdência em vigor para Diretores da Companhia:

| 2021 - Acumulado | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal |
|--|---------------------------|--|-----------------|
| Nº total de membros | - | 4 | - |
| Nº de membros remunerados | - | 4 | - |
| Nome de plano | - | Carboprev | - |
| Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar | - | 0 | - |
| Condições para se aposentar antecipadamente | - | 55 anos de idade e 3 anos de plano | - |
| Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$) | - | 1.190.407,8 | - |
| Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$) | - | - | - |
| Possibilidade e condições para resgate antecipado | - | <p>O participante poderá resgatar 100% do saldo de conta composto somente pelas suas contribuições, perdendo o saldo referente às contribuições da Empresa em seu nome.</p> <p>Porém, a partir de 5 anos de vinculação ao Plano o participante também poderá resgatar o saldo de conta da empresa, com variação entre 10% a 80% do valor total depositado.</p> | - |

13.11 – Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 | | | |
|--|-----------------------|---------------------------|-----------------|
| Valores anuais | Diretoria Estatutária | Conselho de Administração | Conselho Fiscal |
| Nº total de membros | 4,0 | 7,0 | 5,0 |
| Nº de membros remunerados | 4,0 | 7,0 | 5,0 |
| Valor da maior remuneração (Reais) | 7.058.067,43 | 5.456.871,48 | 160.132,68 |
| Valor da menor remuneração (Reais) | 1.179.470,46 | 618.223,00 | 158.911,00 |
| Valor médio da remuneração (Reais) | 3.537.276,31 | 1.309.458,84 | 159.155,49 |
| Observação | - | - | - |

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 | | | |
|--|-----------------------|---------------------------|-----------------|
| Valores anuais | Diretoria Estatutária | Conselho de Administração | Conselho Fiscal |
| Nº total de membros | 4,0 | 7,0 | 5,0 |
| Nº de membros remunerados | 4,0 | 7,0 | 5,0 |
| Valor da maior remuneração (Reais) | 7.978.221,00 | 5.468.409,00 | 160.308,00 |
| Valor da menor remuneração (Reais) | 3.121.844,00 | 618.223,00 | 159.911,00 |
| Valor médio da remuneração (Reais) | 4.527.868,00 | 1.311.107,00 | 159.190,00 |
| Observação | - | - | - |

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 | | | |
|--|-----------------------|---------------------------|-----------------|
| Valores anuais | Diretoria Estatutária | Conselho de Administração | Conselho Fiscal |
| Nº total de membros | 5,0 | 6,0 | 5,0 |
| Nº de membros remunerados | 5,0 | 6,0 | 5,0 |
| Valor da maior remuneração (Reais) | 8.119.896,63 | 4.506.233,46 | 150.851,14 |
| Valor da menor remuneração (Reais) | 3.063.725,14 | 589.701,50 | 150.851,14 |
| Valor médio da remuneração (Reais) | 2.982.131,71 | 1.242.456,83 | 150.851,14 |
| Observação | - | - | - |

13.12 – Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, exceto, neste último caso, pelos benefícios relacionados aos planos de previdência em vigor,



descritos no item 13.10 acima.

13.13 – Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

A tabela abaixo apresenta o percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores nos três últimos exercícios sociais:

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | | |
|---|-------|-------|-------|
| | 2021 | 2020 | 2019 |
| Conselho de Administração | 63,7% | 61,9% | 59,8% |
| Diretoria Executiva | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Conselho Fiscal | 0,00% | 0,00% | 0,00% |

13.14 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios.

13.15 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, visto que nenhuma remuneração de administradores ou membros do conselho fiscal da Companhia é reconhecida no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, das sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia.

13.16 – Outras informações relevantes

Em exercícios sociais anteriores, a Companhia reportou, no item 13.2, os montantes relativos à remuneração dos administradores conforme as despesas efetivamente reconhecidas nas demonstrações financeiras dos respectivos exercícios sociais, considerando, inclusive os encargos sociais incidentes, conforme requeria o Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2020. No entanto, tendo em vista o entendimento do Colegiado da CVM proferido em reunião realizada em 08.12.2020, no âmbito do Processo CVM nº 19957.007457/2018-109, os encargos sociais de ônus do empregador não integram os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral, nos termos do artigo 152 da Lei das S.A. – e, conseqüentemente, não constituem elementos de remuneração para os fins do item 13.2 do Formulário de Referência.

Neste sentido, para efeitos de comparação da proposta de remuneração do exercício corrente com as propostas apresentadas nos exercícios anteriores, a Companhia entende pertinente informar os valores dos encargos sociais de ônus do empregador previstos para 2022 e aqueles relativos aos exercícios de 2021, 2020 e 2019:

| | Conselho de Administração | Diretoria | Conselho Fiscal | Total |
|------|---------------------------|---------------|-----------------|---------------|
| 2022 | 1.647.497,05 | 3.418.562,24 | 149.517,42 | 5.215.576,71 |
| 2021 | 1.506.492,07 | 2.179.081,38 | 132.425,99 | 3.817.999,44 |
| 2020 | 1.396.782,12 | 10.275.191,44 | 127.925,18 | 11.799.898,74 |
| 2019 | 1.222.835,84 | 2.298.095,57 | 125.709,28 | 3.646.640,69 |

A Companhia não possui outras informações que julgue relevantes.



ANEXO VI
AUMENTO DE CAPITAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 14 DA ICVM 481/09, NA FORMA DO
ANEXO 14

(este anexo inicia-se na próxima página)

AUMENTO DE CAPITAL

(Conforme artigo 14 da Instrução CVM 481 na forma do Anexo 14)

1. Informar valor do aumento e do novo capital social

O capital social da Companhia será aumentado em R\$ 228.874.322,86 (duzentos e vinte e oito milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, trezentos e vinte e dois reais e oitenta e seis centavos), passando de R\$ 699.002.142,83 (seiscentos e noventa e nove milhões, dois mil e cento e quarenta e dois reais e oitenta e três centavos) para R\$ 927.876.465,69 (novecentos e vinte e sete milhões, oitocentos e setenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), mediante a capitalização de parte do saldo da reserva estatutária da Companhia, denominada reserva para investimento, em conformidade com o disposto no artigo 169 da Lei das Sociedades por Ações, com a emissão de 9.443.286 (nove milhões, quatrocentas e quarenta e três mil, duzentas oitenta e seis) ações nominativas, escriturais, sem valor nominal, sendo 3.300.797 (três milhões, trezentas mil, setecentas e noventa e sete) ações ordinárias, 205.537 (duzentas e cinco mil, quinhentas e trinta e sete) ações preferenciais classe “A” e 5.936.952 (cinco milhões, novecentas e trinta e seis mil, novecentas e cinquenta e duas) ações preferenciais classe “B”, que serão atribuídas aos titulares de ações, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) nova ação de cada espécie para cada 10 (dez) ações detidas da mesma espécie, ou seja, à razão de 10%, sendo que as ações mantidas em tesouraria também serão bonificadas. As novas ações emitidas serão distribuídas de forma gratuita e beneficiarão os acionistas proporcionalmente à participação acionária em 20 de abril de 2022 (“**Data de Corte**”). Desta forma, a quantidade (i) de ações ordinárias da Companhia passará de 33.007.970 (trinta milhões, sete mil novecentos e setenta ações) para 36.308.767 (trinta e seis milhões, trezentas e oito mil, setecentas e sessenta e sete); (ii) de ações preferenciais classe “A” passará de 2.055.375 (duas milhões, cinquenta e cinco mil, trezentas e setenta e cinco) para 2.260.912 (duas milhões, duzentas e sessenta mil, novecentas e doze); e (iii) de ações preferenciais classe “B” passará de 59.369.527 (cinquenta e nove milhões, trezentas e sessenta e nove mil, quinhentas e vinte e sete) para 65.306.479 (sessenta e cinco milhões, trezentas e seis mil, quatrocentas e setenta e nove) (“Aumento de Capital”).

2. Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures ou outros títulos de dívida em ações; (b) exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição; (c) capitalização de lucros ou reservas; ou (d) subscrição de novas ações.

O Aumento de Capital será realizado mediante a capitalização de parte do saldo da reserva estatutária da Companhia, denominada reserva para investimento, em conformidade com o disposto no artigo 169 da Lei das Sociedades por Ações, com a emissão de novas ações

que serão atribuídas aos titulares de ações, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) nova ação de cada espécie para cada 10 (dez) ações detidas da mesma espécie, sendo que as ações mantidas em tesouraria também serão bonificadas. As novas ações emitidas serão distribuídas de forma gratuita e beneficiarão os acionistas proporcionalmente à participação acionária em 20 de abril de 2022.

3. Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e econômicas

O aumento de capital com a bonificação em ações tem como objetivo atender ao disposto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista que o limite de saldo de reservas de lucro previsto nesse artigo foi excedido na última assembleia geral ordinária da Companhia, e preservar a liquidez das ações de emissão da Companhia.

Uma vez aprovado o aumento de capital, o montante de R\$ 228.874.322,86 (duzentos e vinte e oito milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, trezentos e vinte e dois reais e oitenta e seis centavos), que atualmente é parte do saldo da reserva para investimento, será capitalizado. Desse modo, o saldo de reserva de lucros deixará de exceder o limite do art. 199 da Lei das Sociedades por Ações.

A Administração propõe a capitalização de parte do saldo da reserva para investimento, no montante de R\$ 228.874.322,86 (duzentos e vinte e oito milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, trezentos e vinte e dois reais e oitenta e seis centavos), com a emissão de 9.443.286 (nove milhões, quatrocentas e quarenta e três mil, duzentas oitenta e seis) ações nominativas, escriturais, sem valor nominal, sendo 3.300.797 (três milhões, trezentas mil, setecentas e noventa e sete) ações ordinárias, 205.537 (duzentas e cinco mil e quinhentas e trinta e sete) ações preferenciais classe “A” e 5.936.952 (cinco milhões, novecentas e trinta e seis mil, novecentas e cinquenta e duas) ações preferenciais classe “B”, a título de bonificação. As novas ações emitidas serão distribuídas de forma gratuita e beneficiarão os acionistas proporcionalmente à participação acionária detida anteriormente à bonificação.

4. Fornecer cópia do parecer do Conselho Fiscal, se aplicável

O Conselho Fiscal da Companhia emitiu parecer favorável sobre o Aumento de Capital, o qual encontra-se na forma do **Anexo IX** à Proposta da Administração.

5. Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações

Não aplicável, tendo em vista que o Aumento de Capital não será realizado mediante a subscrição de ações, mas sim por meio da capitalização de reserva de lucros.

6. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas

a) Informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas

O Aumento de Capital ora proposto não implicará alteração do valor nominal das ações da Companhia, tendo em vista que as ações emitidas pela Companhia não têm valor nominal.

O Aumento de Capital ora proposto será feito por meio de bonificação em ações, de forma igualitária e extensiva a todos os acionistas, nos termos do artigo 169 da Lei das Sociedades por Ações.

As ações em tesouraria também farão jus à bonificação em ações.

b) Informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal

O Aumento de Capital, mediante a capitalização de reserva de lucros, propõe aumentar o capital social com a emissão de novas ações conforme abaixo:

| Espécie de ações | Quantidade antes do Aumento de Capital | Quantidade após o Aumento de Capital |
|--------------------------------|---|---|
| Ações ordinárias | 33.007.970 | 36.308.767 |
| Ações preferenciais classe "A" | 2.055.375 | 2.260.912 |
| Ações preferenciais classe "B" | 59.369.527 | 65.306.479 |
| Total | 94.432.872 | 103.876.158 |

c) Em caso de distribuição de novas ações:

i. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe

| Espécie de ações | Quantidade de ações a serem emitidas |
|--------------------------------|---|
| Ações ordinárias | 3.300.797 |
| Ações preferenciais classe "A" | 205.537 |
| Ações preferenciais classe "B" | 5.936.952 |
| Total | 9.443.286 |

ii. Informar o percentual que os acionistas receberão em ações

Todos os acionistas da Companhia receberão, a título de bonificação, gratuitamente ações na proporção de 1 (uma) nova ação de cada espécie para cada 10 (dez) ações da mesma espécie, equivalente a 10% (dez por cento) do total de ações da Companhia.

iii. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas

Farão jus ao direito à bonificação ora proposto, os titulares de ações de emissão da Companhia em 20 de abril de 2022. As ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas ex-bonificação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) a partir de 22 de abril de 2022. As ações oriundas da bonificação terão os mesmos direitos conferidos pelo Estatuto Social da Companhia e pela legislação aplicável, às ações já existentes, conforme abaixo, inclusive a dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que venham a ser declarados após a emissão das ações oriundas da bonificação.

| Espécie de ações | Direitos | Vantagens | Restrições |
|--------------------------------|---|--|---------------------|
| Ações ordinárias | Com direito a voto. | Não há. | Não há. |
| Ações preferenciais classe “A” | Recebimento de dividendo mínimo prioritário de 10% (dez por cento) ao ano, calculado sobre a parcela do capital social constituída por essa classe de ação, dividendo a ser entre elas rateado igualmente, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% do atribuído a cada ação ordinária. | Conversão, à vontade do acionista, em igual número de ações preferenciais classe “B”. | Sem direito a voto. |
| Ações preferenciais classe “B” | (a) Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia; e (b) recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária. | Conversão, por deliberação da Assembleia Geral, em ações ordinárias ou em outra classe de ações preferenciais que vier a ser criada. | Sem direito a voto. |

iv. Informar o custo de aquisição, em reais por ação, a ser atribuído para que os acionistas possam atender ao art. 10 da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995

O custo atribuído às ações bonificadas é de R\$ 24,24 (vinte e quatro reais e vinte e quatro centavos) por ação, independentemente da espécie.

v. Informar o tratamento das frações, se for o caso

A bonificação será efetuada sempre em números inteiros, de forma que, nos termos do disposto no artigo 169, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, as sobras decorrentes das frações de ações serão vendidas na B3 e o valor líquido apurado será disponibilizado aos acionistas titulares das eventuais frações.

d) Informar o prazo previsto no § 3º do art. 169 da Lei 6.404, de 1976

As frações decorrentes do procedimento de bonificação serão vendidas na B3 em data a ser divulgada pela Companhia por meio de comunicado ao mercado, sendo o valor líquido apurado disponibilizado aos acionistas titulares das eventuais frações. Antes de tal data, os acionistas terão prazo não inferior a 30 (trinta) dias, durante o qual poderão transferir as frações de ação.

e) Informar e fornecer as informações e documentos previstos no item 5 acima, quando cabível

Não aplicável.

7. Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures ou outros títulos de dívida em ações ou por exercício de bônus de subscrição

Não aplicável.

8. O disposto nos itens 1 a 7 deste Anexo não se aplica aos aumentos de capital decorrentes de plano de opção, caso em que o emissor deve informar:

Não aplicável.



ANEXO VII
ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO CONTENDO AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS,
CONFORME ARTIGO 11, INCISO I, DA ICVM 481/09

(este anexo inicia-se na próxima página)



ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO CONTENDO AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS
(Conforme artigo 11, inciso I, da Instrução CVM 481)

**ESTATUTO SOCIAL DA
UNIPAR CARBOCLORO S.A.**

Companhia Aberta
CNPJ nº 33.958.695/0001-78
NIRE 35.300.454.758

**CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO**

Artigo 1º – A **UNIPAR CARBOCLORO S.A.** é uma companhia que se rege pelo presente Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto (i) a indústria, comércio, importação e exportação de soda cáustica, cloro e produtos químicos derivados, e também a importação e exportação de quaisquer outros produtos fabricados/comercializados por terceiros, inclusive produtos agrícolas de qualquer natureza e derivados, que sejam do interesse da Companhia; (ii) a prestação de serviços relacionados às atividades descritas no item anterior; (iii) a representação, por conta própria ou de terceiros, de sociedades nacionais e estrangeiras; (iv) a participação como sócia ou acionista de outras sociedades, direta ou indiretamente, inclusive por meio de fundos de investimento; e (v) armazenagem de matérias-primas, insumos e produtos semiacabados.

Artigo 3º – A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Artigo 4º – O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

**CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 927.876.465,69 (novecentos e vinte e sete milhões, oitocentos e setenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais, e sessenta e nove centavos), dividido em 103.876.158 (cento e três milhões, oitocentas e setenta e seis mil, e cento e cinquenta e oito) ações, todas nominativas e escriturais, sem valor nominal, divididas nas seguintes espécies e classes:

- (i) 36.308.767 (trinta e seis milhões, trezentas e oito mil, e setecentas e sessenta e sete) ações ordinárias;
- (ii) 2.260.912 (dois milhões, duzentas e sessenta mil, e novecentas e doze) ações preferenciais classe “A”; e
- (iii) 65.306.479 (sessenta e cinco milhões, trezentas e seis mil, e quatrocentas e setenta e nove) ações preferenciais classe “B”.

Artigo 6º – Nas deliberações da Assembleia Geral, cada ação ordinária dará direito a um voto.

Artigo 7º – As ações preferenciais da Companhia dividem-se em 2 (duas) classes, com os seguintes direitos e vantagens:

- (i) Ações Preferenciais classe "A" – recebimento de dividendo mínimo prioritário de 10% (dez por cento) ao ano calculado sobre a parcela do capital social constituída por essa classe de ação, dividendo a ser entre elas rateado igualmente, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% do atribuído a cada ação ordinária;
- (ii) Ações Preferenciais classe "B" – (a) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia e (b) recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

Parágrafo 1º – As ações preferenciais classes "A" e "B" não terão direito a voto.

Parágrafo 2º – As ações preferenciais classe "B" poderão, por deliberação da Assembleia Geral, ser convertidas em ordinárias ou em outra classe de preferenciais que vier a ser criada.

Parágrafo 3º – As ações preferenciais da classe "A" poderão, à vontade do acionista, ser convertidas em igual número de ações preferenciais da classe "B".

Parágrafo 4º – Enquanto não efetivada a conversão total das ações preferenciais da classe "A" em "B", considerar-se-á, para efeito de representação do capital social, a posição de cada uma dessas classes declarada em Assembleia Geral.

Artigo 8º – A Companhia poderá aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, até o valor correspondente a R\$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), observados os seguintes limites quanto às espécies e classes de ações:

- (i) ações preferenciais classe "A" não excederão o limite fixado no inciso (ii) do Artigo 5º deste Estatuto;
- (ii) até 2/3 (dois terços) do capital social serão representados por ações preferenciais; e
- (iii) o restante do capital social será representado por ações ordinárias.

Parágrafo Primeiro – As deliberações do Conselho de Administração sobre a emissão de ações serão transcritas no livro próprio, e estabelecerão, entre outros termos:

- (i) a quantidade, a espécie e a classe de ações objeto da emissão;
- (ii) se a subscrição será pública ou particular;
- (iii) as condições de integralização em moeda, bens ou direitos, o valor e o prazo ou datas de pagamento das prestações, que deverão constar do Boletim de Subscrição;
- (iv) os valores fixos mínimos pelos quais as ações poderão ser colocadas ou subscritas; e
- (v) o prazo para exercício do direito de preferência para subscrição das ações, se aplicável.

Parágrafo 2º – A não realização pelo acionista, nas condições previstas no Boletim de Subscrição, de qualquer prestação correspondente às ações subscritas importará de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação, na constituição do acionista em mora, sujeitando-se o mesmo ao pagamento do valor da(s) prestação(ões) vencida(s), atualizada(s) monetariamente, pelos índices de atualização dos débitos fiscais, multa de 5% (cinco por cento) e juros de 6% (seis por cento) ao ano sobre o total da dívida. Na hipótese acima a Companhia poderá à sua escolha promover a execução do acionista ou determinar a venda das ações em Bolsa de Valores, por conta e risco do acionista inadimplente.

Artigo 9º – Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência para subscrição do aumento de capital.

Parágrafo 1º – O disposto neste artigo não se aplica aos aumentos de capital mediante emissão de ações destinadas a:

- (i) venda em Bolsa de Valores ou subscrição pública;
- (ii) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; e
- (iii) subscrição de ações nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais.

Parágrafo 2º – Quando os acionistas tiverem direito de preferência à subscrição, o prazo de exercício desse direito não será inferior a 30 (trinta) dias a contar da primeira publicação da ata da deliberação social que aprovar o respectivo aumento de capital.

Artigo 10 – No limite do capital autorizado a Companhia poderá:

- (i) de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral com base em proposta do Conselho de Administração, e por deliberação deste, outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais prestadoras de serviços da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, podendo o Conselho de Administração delegar a execução do plano a um Comitê cujos membros serão por ele designados dentre os administradores da Companhia; e
- (ii) por deliberação do Conselho de Administração, emitir bônus de subscrição de ações do capital social, com ou sem direito de preferência para os antigos acionistas.

Parágrafo 1º – A proposta de outorga de opção de compra de ações será lavrada em livro próprio e conterá:

- (i) a quantidade, a espécie e a classe das ações com a indicação do titular do direito de opção;
- (ii) o prazo ou a época para seu exercício; e
- (iii) o preço de aquisição das ações objeto da opção, ou os critérios de sua determinação.

Parágrafo 2º – A deliberação sobre a emissão de bônus de subscrição estabelecerá:

- (i) as condições de sua alienação ou a outorga pela Companhia, inclusive eventual exclusão do direito de preferência nas hipóteses de colocação mediante venda em Bolsa de Valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle;
- (ii) a quantidade, a espécie e a classe das ações objeto da emissão; e
- (iii) os critérios de determinação do preço de emissão das ações, o prazo para o exercício do direito e os demais requisitos legalmente fixados para emissão de títulos.

Artigo 11 – A Companhia deverá:

- (i) completar, dentro de 15 (quinze) dias do pedido do acionista ou interessado, os atos de registro, averbação, conversão ou transferência de ações; e
- (ii) promover o registro nas contas de ações escriturais, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da respectiva ata de Assembleia Geral, das ações correspondentes ao aumento de capital mediante incorporação de lucros ou reservas, ou subscrição.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 12 – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro de 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que convocada, com observância dos preceitos legais:

- (i) pelo Presidente do Conselho de Administração, por sua iniciativa ou a pedido de 2 (dois) de seus membros, com a indicação da Ordem do Dia;
- (ii) por dois ou mais membros do Conselho de Administração que tenham, com observância do disposto no inciso anterior, pedido ao Presidente do Conselho a convocação da Assembleia, se este não promover a publicação do Aviso de convocação dentro de 10 (dez) dias do recebimento do pedido; e
- (iii) pelo Conselho Fiscal ou pelos acionistas nos casos previstos na lei.

Artigo 13 – A Assembleia será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quem este indicar.

Parágrafo 1º – Na ausência do Presidente do Conselho ou de sua indicação, a Assembleia será instalada por qualquer um dos administradores, membros do Conselho Fiscal ou acionistas que tenham assinado o Aviso de Convocação, cabendo aos acionistas presentes eleger o Presidente da Mesa.

Parágrafo 2º – O Presidente da Mesa escolherá um dos presentes para secretariá-lo.

Parágrafo 3º – Caberá exclusivamente ao Presidente da Mesa a condução dos trabalhos relacionados à eleição de membros do Conselho de Administração.

Artigo 14 – Antes de instalar-se a Assembleia Geral, os acionistas devidamente identificados assinarão o Livro de Presença de Acionistas, de que constarão seu nome e a quantidade de ações de que forem titulares.

Parágrafo 1º – A lista dos acionistas presentes será encerrada pelo Presidente da Mesa no momento da instalação da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º – Os acionistas que comparecerem à Assembleia Geral após a sua instalação poderão participar da reunião, mas não terão direito de votar em qualquer deliberação social.

Artigo 15 – Na Assembleia Geral serão observados, pela Companhia e pela mesa, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, os seguintes requisitos formais de participação:

- (i) até 24 (vinte e quatro) horas antes da Assembleia Geral:
 - (a) todos os acionistas deverão enviar à Companhia declaração da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, com a quantidade de ações de que constavam como titulares a partir de, no máximo, 2 (dois) dias antes da Assembleia Geral; e
 - (b) os acionistas representados por procuradores deverão enviar à Companhia a respectiva procuração;
- (ii) os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimento deverão enviar à Companhia, no mesmo prazo referido no inciso anterior:

- (a) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na Assembleia Geral, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador;
 - (b) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à Assembleia Geral ou a quem tenha outorgado a procuração;
 - (c) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos na alínea (b) deste inciso, a ele relativos; e
- (iii) os documentos referidos nos itens anteriores poderão ser apresentados por cópia, sendo certo que os originais dos documentos referidos no inciso (i), dispensado o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até a instalação da Assembleia Geral.

Parágrafo 1º – A Companhia adotará, na fiscalização da regularidade documental da representação do acionista, o princípio da boa-fé, presumindo verdadeiras as declarações verossímeis que lhe forem feitas, vedada, contudo, a participação na Assembleia de acionistas que não tenham apresentado a respectiva procuração outorgada a seus representantes, ou a declaração do custodiante, quando as ações constem como de titularidade de instituição custodiante.

Parágrafo 2º – Verificando-se que acionistas que tenham comparecido à Assembleia Geral não estavam corretamente representados ou não eram titulares da quantidade de ações declarada, incumbe à Companhia notificá-los, dando ciência de que, independentemente de realização de nova Assembleia Geral, a Companhia desconsiderará os votos de tais acionistas, que responderão pelas perdas e danos que seus atos tiverem causado.

Artigo 16 – As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 17 – A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria.

Parágrafo único – O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada e a representação da Companhia caberá privativamente aos Diretores.

Artigo 18 – O mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é de 2 (dois) anos, admitida a reeleição.

Parágrafo 1º – O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos administradores eleitos, mediante assinatura dos respectivos termos de posse.

Parágrafo 2º – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria são dispensados da prestação de garantia de gestão.

Parágrafo 3º – Os membros do Conselho de Administração não podem ser eleitos para a Diretoria, ou indicados para a Diretoria de suas controladas.

Seção I

Conselho de Administração

Artigo 19 – O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros efetivos, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º – A Assembleia Geral poderá eleger suplentes, em número limitado ao dos conselheiros eleitos, vinculados ou não a conselheiros efetivos específicos.

Parágrafo 2º – Em caso de ausência, os membros do Conselho de Administração serão substituídos da seguinte forma e na seguinte ordem: (a) por seu suplente específico, se houver; ou (b) por um outro conselheiro efetivo ou por um suplente que não tenha sido eleito como suplente específico, previamente indicado pelo ausente, que poderá proferir voto em seu nome.

Parágrafo 3º – No caso de vacância no cargo de conselheiro, não havendo suplente, o Conselho de Administração elegerá tantos substitutos quantos forem os cargos vagos, que exercerão seu mandato provisoriamente, até a próxima Assembleia Geral que for realizada, cumprindo o novo titular o restante do mandato.

Artigo 20 – O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos pela Assembleia Geral por maioria de votos dos presentes.

Parágrafo único – Em caso de vacância ou ausência temporária do cargo de Presidente do Conselho, seu sucessor, nessa função, será (a) o membro efetivo por ele indicado ou (b) o Vice-Presidente, em caráter provisório, se não houver indicação.

Artigo 21 – O Conselho de Administração reunir-se-á, pelo menos 6 (seis) vezes por ano, realizando outras reuniões sempre que se fizer necessário.

Parágrafo 1º – As reuniões serão sempre convocadas pelo Presidente, mediante comunicação escrita, da qual deverá constar a pauta, encaminhada aos Conselheiros com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo 2º – Será dispensado o interregno de que trata o parágrafo anterior, quando a reunião contar com a presença da totalidade dos membros do Conselho.

Parágrafo 3º – A reunião do Conselho poderá instalar-se com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 4º – Serão considerados presentes à reunião os Conselheiros que dela participarem por meio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita sua identificação e a comunicação simultânea com os demais presentes.

Parágrafo 5º – As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria de votos, cabendo voto de qualidade ao Presidente. Caso este esteja ausente ou impedindo, e inexistindo indicação de substituto na forma do parágrafo único do Artigo 20, o voto de qualidade caberá ao Vice-Presidente.

Parágrafo 6º – Das reuniões do Conselho serão lavradas atas no livro próprio, assinadas por todos os presentes.

Artigo 22 – Compete ao Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação geral e estratégica dos negócios da Companhia;
- (ii) eleger e destituir os Diretores da Companhia;

- (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- (iv) convocar a Assembleia Geral Ordinária e, quando julgar conveniente, ou nos casos em que a convocação é determinada por lei ou por este Estatuto, a Assembleia Geral Extraordinária;
- (v) manifestar-se sobre o Relatório Anual da Administração, as demonstrações financeiras da Companhia e a proposta de distribuição de resultados, a serem submetidas à Assembleia Geral;
- (vi) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- (vii) fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Diretor Presidente e, por recomendação deste, dos demais membros da Diretoria;
- (viii) deliberar sobre (a) a emissão de ações de qualquer espécie ou classe ou de bônus de subscrição, observados, em ambos os casos, o capital autorizado, fixando os termos e condições aplicáveis às respectivas emissões, bem como sobre (b) a outorga de opção a administradores, empregados ou pessoas naturais prestadoras de serviços da Companhia ou de sociedade sob o seu controle;
- (ix) deliberar sobre a emissão de notas promissórias nos termos da regulamentação em vigor, do Conselho Monetário Nacional, ou de debêntures simples, não conversíveis em ações;
- (x) autorizar o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável, bem como declarar dividendos semestrais ou intermediários, observado o disposto nos Artigos 34, § 2º, e 35;
- (xi) autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como a alienação das respectivas ações mantidas em tesouraria;
- (xii) aprovar o Regimento Interno e demais políticas e normas de conduta interna da Companhia;
- (xiii) constituir e definir as respectivas atribuições de comitês e comissões técnicas ou de aconselhamento responsáveis por elaborar propostas ou recomendações ao Conselho de Administração;
- (xiv) aprovar as propostas da Diretoria relativas aos orçamentos anuais de operação de capital e financiamento e a planos plurianuais de investimento;
- (xv) autorizar a Diretoria a celebrar contratos derivativos e operações financeiras não previstos no orçamento anual da Companhia;
- (xvi) aprovar as propostas do Diretor Presidente relativas às atribuições dos Diretores sem designação específica, inclusive fixação dos respectivos âmbitos de responsabilidade;
- (xvii) autorizar a Diretoria a (a) instalar e encerrar filiais, sucursais, agências, escritórios e depósitos em qualquer parte do território nacional ou no exterior; (b) contratar com os acionistas ou administradores da Companhia, ou com sociedades em que tenham interesse; (c) levantar balanços extraordinários da Companhia e (d) prestar caução, avais ou fianças em garantia de obrigações de terceiros, observado sempre o interesse social da Companhia;

- (xviii) aprovar a aquisição ou aumento de participação da Companhia em outras sociedades ou empreendimentos, inclusive fundos de investimento ou consórcios, bem como a celebração de acordos de acionistas ou quotistas, ou documento equivalente, no âmbito de tais sociedades ou empreendimentos;
- (xix) em relação a sociedades ou empreendimentos de que a Companhia participe, aprovar (a) a alienação das participações da Companhia, no todo ou em parte; (b) a renúncia ou o exercício de direito de preferência à subscrição de ações em aumentos do capital social; e (c) a indicação dos representantes da Companhia nos órgãos de administração;
- (xx) autorizar a aquisição, alienação, criação de gravames ou oneração de quaisquer bens ou direitos da Companhia em valor individual ou agregado ao longo de um exercício social superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) não previstos no orçamento anual da Companhia;
- (xxi) recomendar ou propor à Assembleia Geral (a) a dissolução e liquidação da Companhia, bem como (b) a cisão parcial ou total da Companhia, sua fusão, a incorporação da Companhia, ou de suas ações, por outra sociedade ou a incorporação de outra sociedade, ou de suas ações, pela Companhia;
- (xxii) estabelecer os critérios de distribuição entre Conselheiros e Diretores, da participação a eles atribuída pelo presente estatuto nos lucros sociais;
- (xxiii) estabelecer o limite de competência para a Diretoria firmar contratos de qualquer natureza e objeto, atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, celebração de acordos, renúncia e direitos, aquisição, permuta, alienação, por qualquer forma, de bens e direitos, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação naqueles casos em que o valor ultrapasse o referido limite; e
- (xxiv) manifestar-se sobre os casos omissos neste estatuto Social.

Seção II

Diretoria

Artigo 23 – A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 7 (sete) membros, incluindo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e 4 (quatro) Diretores sem designação específica.

Parágrafo 1º – Os Diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração, em reunião extraordinária realizada dentro de 30 (trinta) dias da data da assembleia que eleger os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º – Nas eleições para a Diretoria, o Conselho de Administração poderá estabelecer a cumulação de funções por um ou mais Diretores.

Parágrafo 3º – No caso de impedimento ou ausência temporária dos Diretores, inclusive do Diretor Presidente, caberá a este último a indicação do respectivo substituto entre os demais Diretores.

Parágrafo 4º – Em caso de vacância de cargo de Diretor com designação específica, o Conselho de Administração será convocado nos 10 (dez) dias seguintes para preencher o cargo vago, sendo possível a cumulação de cargos entre os Diretores, e o substituto eleito exercerá o cargo pelo prazo remanescente do respectivo mandato.

Artigo 24 – Compete à Diretoria, além das demais atribuições previstas na Lei e no Estatuto Social:

- (i) a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à gestão dos negócios sociais, podendo abrir e encerrar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos e dependências em qualquer parte do país ou do exterior, observados os limites e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;
- (ii) o acompanhamento e avaliação dos negócios da Companhia e das sociedades nas quais a Companhia participe do capital social direta ou indiretamente, ou empreendimentos, inclusive consórcios, e geração de relatórios para o Conselho de Administração; e
- (iii) a apresentação do relatório anual da administração e das demonstrações financeiras da Companhia ao Conselho de Administração; e
- (iv) a formulação de propostas de objetivos e metas da Companhia e sua atuação nas sociedades de cujo capital participe direta ou indiretamente, ou empreendimentos, inclusive consórcios, a serem aprovadas pelo Conselho de Administração, que constem ou não dos Planos Plurianuais e Programas de Ações Anuais da Companhia.

Parágrafo 1º – Os atos que se destinem a produzir efeitos perante terceiros – incluindo, sem limitação, a representação da Companhia em juízo ou fora dele, perante instituições públicas ou privadas; a abertura, movimentação e extinção de contas bancárias – serão praticados por dois Diretores em conjunto, por um Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais, ou por dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo 2º – Os procuradores da Companhia serão constituídos por instrumento de mandato firmado por dois de seus Diretores, que especificará de forma precisa e completa, a finalidade do mandato, os poderes conferidos e o prazo de validade, que não excederá um ano, salvo quando a procuração for outorgada com poderes da cláusula *ad judicium et extra*, cuja validade poderá ser por prazo indeterminado.

Parágrafo 3º – A Diretoria poderá autorizar a representação da Companhia por um único diretor ou um procurador constituído especialmente, discriminando, na ata da reunião, a finalidade e limite dos poderes outorgados.

Artigo 25 – Compete ao Diretor Presidente:

- (i) dirigir, orientar e coordenar as atividades da Companhia e dos demais Diretores;
- (ii) promover a execução das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- (iii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e
- (iv) formular as propostas de atribuições, âmbitos de responsabilidade e programas de ação dos Diretores sem designação específica, a serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 26 – Compete ao Diretor Financeiro, entre outras funções que lhe venham a ser atribuídas:

- (i) dirigir, orientar e coordenar às operações financeiras da Companhia, zelando pela escrituração contábil de suas atividades e pela administração das obrigações fiscais da Companhia;
- (ii) assegurar a elaboração do relatório anual da administração e das demonstrações financeiras da Companhia.

Artigo 27 – Compete ao Diretor de Relações com Investidores, entre outras funções que lhe venham a ser atribuídas:

- (i) representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e demais autarquias e instituições que regulam e fiscalizam o mercado de capitais;
- (ii) prestar as informações necessárias aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação; e
- (iii) zelar pelo cumprimento da legislação aplicável, das normas regulamentares expedidas pela CVM e da política de divulgação de informações e negociação da Companhia.

Artigo 28 – Sem prejuízo de suas atribuições estatutárias, os Diretores sem denominação específica desempenharão as funções que lhes forem cometidos pelo Conselho de Administração no ato de sua eleição.

CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

Artigo 29 – A Companhia terá um Conselho Fiscal, com as atribuições da lei, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes.

Parágrafo único – O Conselho Fiscal não funcionará permanentemente, mas somente será instalado a pedido dos acionistas, nos termos da lei.

CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DE LUCROS

Artigo 30 – O exercício social terminará a 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 31 – Ao fim de cada exercício social a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras do exercício e as submeterá à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do lucro do exercício.

Parágrafo único – Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação ou constituição de reservas, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

Artigo 32 – O lucro do exercício terá, obrigatoriamente, a seguinte destinação:

- (i) a participação dos empregados nos lucros ou resultados, respeitados os acordos celebrados entre a Companhia e seus empregados e observadas as disposições legais;
- (ii) a participação dos administradores no lucro social em valor até o teto legal admitido;
- (iii) 5% (cinco por cento) para formação de fundo de reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social;
- (iv) pagamento de dividendo prioritário de 10% (dez por cento) ao ano calculado sobre a parcela do capital social constituída por ações preferenciais Classe “A”, dividendo a ser entre elas rateado igualmente; se o montante do dividendo obrigatório de que trata o Artigo 33 exceder

dos dividendos prioritários das ações preferenciais classe "A", o excesso será aplicado na seguinte ordem:

- (a) pagamento de dividendo às ações ordinárias e às ações preferenciais classe "B" até 10% (dez por cento) calculado sobre a parcela do capital social constituída pelas ações ordinárias e pelas ações preferenciais Classe "B", dividendo a ser entre elas rateado igualmente, observado os direitos e vantagens atribuídos a cada espécie de ações; e
- (b) distribuição do dividendo adicional a todas ações, ordinárias e preferenciais, observados os direitos e vantagens atribuídos a cada espécie de ações.
- (v) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva especial para dividendos (§ 3º); e
- (vi) o saldo restante, respeitado o eventual registro de lucros na reserva de lucros a realizar, será levado à reserva para investimentos (§4º).

Parágrafo 1º – A participação dos administradores somente poderá ser atribuída no exercício social em relação ao qual for pago aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Artigo 33.

Parágrafo 2º – O Conselho de Administração deliberará sobre a forma de distribuição, entre Conselheiros e Diretores, da participação nos lucros a eles atribuída na conformidade deste artigo.

Parágrafo 3º – A reserva especial para dividendos a que se refere o inciso V do "caput" deste artigo terá por finalidade assegurar fluxo regular de dividendos e possibilitar o pagamento antecipado, durante cada exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as respectivas demonstrações financeiras, do dividendo obrigatório (Artigo 33), observado o seguinte:

- (i) a essa reserva, constituída inicialmente com os saldos dos lucros apurados nos exercícios de 1989 e 1990, serão destinados anualmente 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, além da reversão do valor do dividendo obrigatório pago antecipadamente (Artigo 33, § 2º);
- (ii) a escrituração da reserva registrará o seu saldo discriminado em subcontas segundo o exercício de formação dos lucros ou o regime tributário a que estiverem sujeitos; e
- (iii) o saldo da reserva não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do capital social.

Parágrafo 4º - A reserva para investimentos a que se refere o inciso VI do "caput" deste artigo terá por finalidade assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar seu capital de giro.

Parágrafo 5º - O saldo das reservas a que se referem os incisos V e VI do "caput" e das demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderão ultrapassar o valor do capital social.

Artigo 33 – A Companhia distribuirá como dividendo, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei 6.404, de 15/12/1976.

Parágrafo 1º – O dividendo obrigatório compreende o dividendo prioritário das ações preferenciais classe "A".

Parágrafo 2º – Por deliberação do Conselho de Administração, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante, com recursos da reserva especial para dividendos (Artigo 32, inciso V e § 3º); o valor do dividendo antecipado será compensado com o do dividendo obrigatório do exercício, podendo o valor a



compensar ser atualizado monetariamente. A Assembleia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório que houver, bem como a reversão àquela reserva do valor pago antecipadamente.

Parágrafo 3º – O montante dos juros a título de remuneração do capital próprio que vier a ser pago pela Companhia, na forma do Art. 9º da Lei nº 9.249/95, será imputado, pelo seu valor líquido, ao valor do dividendo obrigatório de que trata o "caput" deste artigo, conforme faculta o § 7º do Art. 9º da referida lei.

Artigo 34 – A Companhia levantará balanço semestral no dia 30 de junho de cada ano.

Parágrafo 1º – O Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários à conta do lucro apurado (i) com base em balanço semestral e (ii) observadas as disposições legais, com base em balanços levantados em períodos menores.

Parágrafo 2º – A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e observadas as disposições legais, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros.

Artigo 35 – As demonstrações financeiras do exercício serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes, registrados na Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo 36 – Os dividendos deverão ser pagos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

CAPÍTULO VII EMIÇÃO DE DEBÊNTURES

Artigo 37 – A Companhia poderá emitir debêntures nas condições aprovadas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, observados os termos da lei e o disposto neste Estatuto Social.

Parágrafo único – As debêntures poderão ser conversíveis em ações nas condições constantes da escritura de emissão, hipótese em que os acionistas terão preferência para subscrever a emissão de debêntures, exceto nas hipóteses de venda em Bolsa de Valores ou subscrição pública.

CAPÍTULO VIII LIQUIDAÇÃO

Artigo 38 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo ao Conselho de Administração nomear o liquidante e fixar a sua remuneração.

Parágrafo único – Durante o período de liquidação o Conselho Fiscal não funcionará permanentemente, mas somente será instalado a pedido dos acionistas, nos termos da lei.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 39 – O inciso VI e o parágrafo 4º do artigo 32 do Estatuto Social terão sua eficácia suspensa até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2014.

ANEXO VIII
JUSTIFICATIVAS E IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES AO ESTATUTO SOCIAL,
CONFORME ARTIGO 11, INCISO II, DA ICVM 481/09

(este anexo inicia-se na próxima página)

JUSTIFICATIVAS E IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES AO ESTATUTO SOCIAL

(Conforme Artigo 11, inciso II, da Instrução CVM nº 481)

| Estatuto social atual | Alteração proposta | Origem, justificativa e impacto |
|--|---|---|
| <p>Artigo 5º – O capital social é de R\$ 699.002.142,83 (seiscentos e noventa e nove milhões, dois mil, cento e quarenta e dois reais e oitenta e três centavos) divididos em 101.680.741 (cento e uma milhões, seiscentas e oitenta mil, setecentas e quarenta e uma) ações, todas nominativas e escriturais, sem valor nominal, das seguintes espécies e classes:</p> <p>(i) 35.252.274 (trinta e cinco milhões, duzentas e cinquenta e duas mil, duzentas e setenta e quatro) ações ordinárias;</p> <p>(ii) 2.812.055 (dois milhões, oitocentas e doze mil e cinquenta e cinco) ações preferenciais classe “A”; e</p> <p>(iii) 63.616.412 (sessenta e três milhões, seiscentas e dezesseis mil, quatrocentas e doze) ações preferenciais classe “B”.</p> | <p>Artigo 5º – O capital social é de R\$ 927.876.465,69 (novecentos e vinte e sete milhões, oitocentos e setenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais, e sessenta e nove centavos), dividido em 103.876.158 (cento e três milhões, oitocentas e setenta e seis mil, e cento e cinquenta e oito) ações, todas nominativas e escriturais, sem valor nominal, divididas nas seguintes espécies e classes:</p> <p>(i) 36.308.767 (trinta e seis milhões, trezentas e oito mil, e setecentas e sessenta e sete) ações ordinárias;</p> <p>(ii) 2.260.912 (dois milhões, duzentas e sessenta mil, e novecentas e doze) ações preferenciais classe “A”; e</p> <p>(iii) 65.306.479 (sessenta e cinco milhões, trezentas e seis mil, e quatrocentas e setenta e nove) ações preferenciais classe “B”.</p> | <p>A alteração reflete o aumento do capital social, realizado mediante a capitalização de reserva de lucros. Além disso, o número de ações preferencias classes A e B foram ajustados, conforme as conversões de ações preferenciais classe A em ações preferenciais classe B realizadas até a presente data.</p> <p>A Companhia não vislumbra impactos econômicos e/ou jurídicos relevantes em decorrência desta alteração.</p> |
| <p>Artigo 8º – A Companhia poderá aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, até o valor correspondente a R\$ R\$840.000.000,00 (oitocentos e quarenta milhões de reais), observados os seguintes limites quanto às espécies e classes de ações:</p> <p>(i) ações preferenciais classe "A" não excederão o limite fixado no inciso (ii) do Artigo 5º deste Estatuto;</p> | <p>Artigo 8º – A Companhia poderá aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, até o valor correspondente a R\$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), observados os seguintes limites quanto às espécies e classes de ações:</p> <p>(i) ações preferenciais classe "A" não excederão o limite fixado no inciso (ii) do Artigo 5º deste Estatuto;</p> | <p>A alteração reflete o novo limite do capital autorizado da Companhia.</p> <p>A proposta tem por objetivo adaptar o limite do capital autorizado à nova realidade da Companhia, permitindo ao Conselho de Administração iniciar, de forma mais ágil, os procedimentos necessários ao ingresso de novos recursos para o capital social, respeitando-se sempre as regras aplicáveis da Lei das S.A., principalmente o direito de preferência dos acionistas e a não diluição injustificada dos acionistas.</p> <p>A Administração não vislumbra efeitos econômicos e/ou jurídicos relevantes decorrentes desta alteração.</p> |

| Estatuto social atual | Alteração proposta | Origem, justificativa e impacto |
|--|--|--|
| <p>(ii) até 2/3 (dois terços) do capital social serão representados por ações preferenciais; e</p> <p>(iii) o restante do capital social será representado por ações ordinárias.</p> | <p>(ii) até 2/3 (dois terços) do capital social serão representados por ações preferenciais; e</p> <p>(iii) o restante do capital social será representado por ações ordinárias.</p> | |



ANEXO IX
PARECER DO CONSELHO FISCAL, CONFORME ITEM 4 DO ANEXO 14 DA ICVM 481/09

(este anexo inicia-se na próxima página)



PARECER DO CONSELHO FISCAL

(Conforme item 4 do Anexo 14 da Instrução CVM 481)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

“O Conselho Fiscal da Unipar Carbocloro S.A., no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos do artigo 163, incisos II e VII, da Lei nº 6.404/1976, em reunião realizada nesta data, procedeu ao exame e análise (i) do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhados do parecer da empresa de auditoria independente Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Companhia; e (ii) da Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021 elaborada pela Diretoria, incluindo distribuição de dividendos. O Conselho Fiscal concluiu que tais documentos e proposta foram regularmente elaboradas e, portanto, recomendam a submissão de tais documentos à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, bem como opinam favoravelmente à aprovação do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Além disso, conforme o art. 163, inciso III, da Lei nº 6.404/1976, o Conselho Fiscal examinou a Proposta de Aumento de Capital Social da Unipar no montante de R\$228.874.322,86 (duzentos e vinte e oito milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, trezentos e vinte e dois reais e oitenta e seis centavos), mediante a capitalização de parte do saldo da reserva para investimento da Companhia, com emissão de 9.443.286 (nove milhões, quatrocentas e quarenta e três mil, duzentas e oitenta e seis) ações nominativas, escriturais, sem valor nominal, sendo 3.300.797 (três milhões, trezentas mil, setecentas e noventa e sete) ações ordinárias, 205.537 (duzentas e cinco mil, quinhentas e trinta e sete) ações preferenciais classe “A” e 5.936.952 (cinco milhões, novecentas e trinta e seis mil, novecentas e cinquenta e duas) ações preferenciais classe “B”, que serão atribuídas aos detentores de ações, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) nova ação de cada espécie para cada 10 (dez) ações existentes da mesma espécie, ou seja, à razão de 10,0%, sendo que as ações mantidas em tesouraria também serão bonificadas. O Conselho Fiscal conclui por considerar a proposta oportuna e do interesse da Companhia e de seus acionistas, pelo que recomenda sua submissão à Assembleia Geral”. São Paulo, 15 de março de 2022. (ASS.) João Claudio Zola, Silvio de Sousa Pinheiro, Clovis Hideaki Ikeda, Paulo Henrique Zukanovich Funchal e Edilson São Leandro.